

Universidade do Minho
Escola de Arquitetura

Luís Maciel Gonçalves Rodrigues

A Casa da Quinta da Naia em Braga.
Análise e estudo histórico-artístico

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitetura
Área de Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor João Cabeleira

Ao meu melhor amigo;
Aos meus pais Júlio e Rita;
ao professor João Cabeleira;
à Bárbara;
ao André Ribeiro, ao Bruno Morais, ao José Manuel Fernandes e ao Leonardo Rodrigues;
ao Sr. Mário, ao Sr. Justino e filho, ao Sr. Raúl Reguenga e sua esposa, D. Alice;
à EAUM, à DRCN, ao ADB, à CMB, à UAUM e ao CUM;
aos meus familiares, amigos, colegas;
e a todos os que, no decorrer do curso e da tese,
me apoiaram e contribuíram para a minha formação profissional e humana:

muito obrigado!

Resumo

O objeto desta investigação é a Casa da Quinta da Naia em Braga. Trata-se de uma casa rural nobre seiscentista que hoje se encontra devoluta, num estado que ameaça comprometer a sua integridade física e, conseqüentemente, o seu valor arquitetónico e patrimonial.

O intuito desta reflexão, além da valorização do legado que os nossos antepassados nos deixaram, é de explorar ferramentas capazes de servir de suporte a uma intervenção de salvaguarda. É, pois, imperativo que os vários tipos de análise do objeto estejam em cima da mesa e honestamente realizados, de modo a que o projeto respeite a história do edifício e se faça valer como parte integrante do seu processo de sedimentação que é a construção do lugar.

Com recursos bibliográficos escassos e condições de levantamento desfavoráveis, o estudo estabelece uma base a partir de todo o material reunido e organizado, provando que é possível analisar estes enigmáticos objetos histórica e artisticamente.

Chegou-se à conclusão que não estamos só diante de uma casa com reconhecido valor, mas de um conjunto arquitetónico cuja análise da implantação, evolução construtiva, matrizes tipológicas e relações espaciais e programáticas, contribuiu no sentido de valorizar o seu sentido unitário e informar futuras decisões projetuais.

Desta forma, a dissertação termina com um conjunto de reflexões sobre o valor patrimonial, comprovando o interesse arquitetónico deste espaço para a comunidade e a necessidade de uma intervenção urgente.

Palavras-chave: Naia, casa nobre, património, barroco, implantação, ruína, quinta senhorial.

Abstract

The object of analysis is the *Casa da Quinta da Naia* in Braga. It's a noble rural seventeenth-century house which is found abandoned in poorly conditions that may threaten its physical integrity and, consequently, its architectural and asset value.

Besides valuing the legacy left by our ancestors, this reflection aims to explore capable tools that may guarantee a safeguard intervention. Therefore, the different types of analysis must be pointed out and also honestly performed, so that this investigation can clearly reflect the building's history and asserts itself as an integral part of its process sedimentation, which is the site's construction.

With scarce bibliographic resources and bad survey conditions, this study establishes a basis from all the collected and organized material, proving that it is possible to analyse these enigmatic objects historical and artistically.

After all the research, it demonstrates that this isn't only a house of recognized value, but an architectonic set whose implantation, constructive evolution, typological patterns and spatial and programmatic relations analysis, contribute to the valuing of its unitary sense and support of future project decisions.

Thus, the dissertation ends with a reflection set about the patrimonial asset of its parts, showing the space's architectonic interest for community and the need for an urgent intervention.

Keywords: Naia, noble house, patrimony, baroque, implantation, ruin, manor.

Índice Geral

| | |
|------------------------------------------------------|-----|
| Agradecimentos | iii |
| Resumo | v |
| Abstract | vii |
| Índice de Siglas/Acrónimos | x |
| Introdução | 13 |
| Parte 1 - Da nostalgia à contemporaneidade..... | 17 |
| Naja - História e localização | 20 |
| Proprietários | 24 |
| Síntese de elementos para análise | 32 |
| Espaços Exteriores..... | 32 |
| Espaços Interiores..... | 41 |
| Levantamento | 45 |
| Cronologia Síntese | 48 |
| Parte 2 - Da análise à discussão de resultados | 49 |
| Implantação, Aproximação e Matriz Tipológica | 51 |
| Casos para comparação | 73 |
| Prólogo às Fases..... | 85 |
| Fase 0..... | 89 |
| Fase 1 | 93 |
| Fase 2 e Fase 3 | 97 |
| Conclusões | 101 |
| Bibliografia..... | 107 |

Índice de Siglas/Acrónimos

ADB. - Arquivo Distrital de Braga

AHM - Arquivo Histórico Militar (Exército)

AML - Arquivo Municipal de Lisboa

CIP - Conjunto de Interesse Público

CMB - Câmara Municipal de Braga

DGPC - Direção-Geral do Património Cultural

DRCN - Direção Regional de Cultura do Norte

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IIP - Imóvel de Interesse Público

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico

JNE - Junta Nacional da Educação

RAF - *Royal Air Force*

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

ZEP - Zona Especial de Proteção

A Casa da Quinta da Naia em Braga.

Análise e estudo histórico-artístico

Introdução

Este trabalho pretende conduzir uma reflexão sobre a Casa da Quinta da Naia em Maximinos, Braga, através do conhecimento, análise e avaliação da sua matéria. O intuito desta reflexão, além da valorização do legado que os nossos antepassados nos deixaram, é de explorar ferramentas capazes de suportar e informar futuras intervenções. É, pois, imperativo que os vários tipos de análise do objeto estejam em cima da mesa e honestamente realizados, de modo a que o projeto respeite a história do edifício e se faça valer como parte integrante do seu processo de sedimentação que é a construção do lugar.

Por tudo isto, reitero a importância deste tipo de estudos, difíceis, ao mesmo tempo entusiasmantes, na procura das respostas para as inúmeras perguntas que estes objetos nos colocam: que época e que forma de pensar transmitem? O que motivou as suas construções? De que forma se transformaram e chegaram até nós?

A Casa da Quinta da Naia ou, simplesmente, Casa da Naia é um destes objetos enigmáticos. Por morar na Rua da Naia desde que nasci e ter passado momentos da minha infância nos jardins da casa, sempre me acompanhou uma grande vontade de desvendar o que está por detrás da sua ruína, vontade essa estimulada, mais tarde, no decorrer do curso de Arquitetura e, de modo particular, na Unidade Curricular de História da Arquitetura III e de Atelier/Seminário do 4º ano.

Partindo deste mote, a presente dissertação formaliza um estudo acerca da casa e dos elementos dispostos na quinta, sendo um desafio científico de análise e valorização do referido património.

O âmbito em que se insere esta investigação – *análise e estudo histórico-artístico* – é já um campo científico consolidado; com métodos comprovadamente eficazes; com material teórico e prático robusto; e que promete oferecer a estudos deste tipo todo o apoio da sua experiência.

Nesta ordem de ideias, o trabalho deve basear-se nas ferramentas que a História e Teoria da Arquitetura nos oferecem – nos vários tipos de análise –, a fim de delinear e sistematizar todas as questões sobre a Casa da Naia com que se pode confrontar – temporais, funcionais, tipológicas, formais, morfológicas e construtivas – para, assim, suportarem um conjunto de considerações que assistam novas descobertas e estudos, bem como decisões projetuais de eventuais intervenções que possam ser realizadas.

Por conseguinte, é lógico que o contributo de trabalhos como este deva ser o de satisfazer primariamente os requisitos que a referida experiência científica do âmbito em estudo exige e elaborar o Estado de Conhecimento do objeto, de modo a que, uma vez alcançado este patamar, possa lançar as próprias luzes, partindo para abordagens e métodos mais específicos e para um entendimento mais aprofundado.

Posto isto, em primeiro lugar foi feita uma pesquisa exaustiva no Arquivo Distrital de Braga (ADB), na Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), na Direção Geral do Património Cultural (DGPC), nos museus D. Diogo de Sousa e dos Biscainhos, em bibliotecas, em plataformas eletrónicas e, por fim, em fontes de proximidade (antigos moradores, vizinhos, etc.) elaborando o Estado do Conhecimento. Foram ainda consultadas as seguintes bases de dados:

Google Earth; www.patrimoniocultural.pt; www.monumentos.pt; pesquisa.adb.uminho.pt; e www.viasromanas.pt. As imagens não referenciadas são de autoria própria.

A par das escassas e dispersas informações sobre a origem da casa e sua história que foram sendo encontradas, foi sendo elaborado o levantamento arquitetónico, auxiliado por um levantamento fotográfico e por plantas, e onde se foram identificando antigos usos e funções dos espaços da casa e da quinta através de entrevistas a antigos moradores e vizinhos.

O reconhecimento do construído possibilita que sejam encontradas marcas físicas que, associadas aos documentos e informações recebidas, constituem um desenvolvimento contínuo e integral do conhecimento teórico e prático, além de contribuir para a compreensão direta do objeto.

O desenho e a produção de instrumentos gráficos, os exercícios de dedução e especulação, a comparação com casos de contextos semelhantes e a entrevista, são ferramentas fundamentais ao estudo, sendo possível sugerir reconstituições possíveis da quinta, enquadrando-as no seu contexto histórico.

Assim, esta dissertação divide-se em duas grandes partes: a primeira, *Da nostalgia à contemporaneidade*, expõe o objeto de estudo e os vários 'contextos' em que se insere, fazendo uma análise dos registos encontrados e descrevendo-o tal como ele chegou até às nossas mãos, incluindo as peças escritas e desenhadas; a segunda, *Da análise à discussão de resultados*, assenta na análise e estudo material da casa, comparando-a com casos coevos e tecendo especulações, conclusões, possíveis reconstituições e indicações sobre o valor patrimonial das fases da sua evolução, descortinando o valor dos vários elementos que as constituem.

O método utilizado para a referida análise é frequentemente praticado em muitas investigações deste âmbito: através de uma observação inicial atenta ao objeto e da documentação existente, e reconhecendo, a partir do levantamento (no qual se deverão incluir dados da estratigrafia do construído), a sua estrutura, acrescentos, alterações, técnicas construtivas, etc. faz-se uma contextualização histórica inserindo-o numa linha cronológica e/ou período artístico e estabelecem-se comparações com outros casos semelhantes aos mais variados níveis, produzindo-se especulações.

Este procedimento pode ter variações conforme os elementos disponíveis em cada análise e a necessidade de cruzamento de dados para alcançar resultados, podendo cada parte possuir um peso diferente ou escusar um dos passos.

Através de esquemas é possível ordenar e especular fases, tomando consciência que aquilo que se pode encontrar hoje construído é o produto de camadas que, sendo identificadas, são as principais marcas para a compreensão do edifício, da sua história, nomeadamente na identificação de opções, mutações e transformações da matriz de organização do espaço e da imagem do construído. Estas fases de construção e os seus elementos indiciam vontades e gostos de épocas que nela se foram imprimindo.

Depois da dedicação a temas específicos, dividir-se-á a análise em quatro etapas: a *Fase 0*, que regista um edifício pré-existente à Casa da Naia; a *Fase 1*, que corresponde à ampliação e fundação da casa atual em 'U' e elementos contíguos na viragem para o século XVIII e durante este século; a *Fase 2*, durante o século XIX, aquando importantes reformas no espaço interior; e, por último, a *Fase 3* no século XX, altura de grandes inovações resultando globalmente em novos espaços e usos. Acompanhando estas etapas, segue-se a análise dos vários elementos presentes na época e que cada etapa reúne.

A tese termina com um conjunto de reflexões reivindicando o valor patrimonial da Casa da Naia e dos seus espaços envolventes e reequacionando uma visão mais afinada acerca da sua classificação. Também se procura justificar a pertinência de estudos semelhantes a este para informar intervenções em património, para uma arquitetura mais consciente e responsável, bem como a importância da área de investigação de História da Arquitetura, que não poucas vezes é desprezada.

“Na casa está resumido todo um estilo de vida, por isso ela é elemento importantíssimo para o estudo de uma sociedade, em qualquer época que se considere.”¹

¹ Azevedo 1969: 13.



Fig. 1 [Fotografia]
Quinta da Naia (adaptado de Google Earth)

Parte 1

Da nostalgia à contemporaneidade



Fig. 2 [Perspetiva Panorâmica Fotográfica]
Panorâmica 360° - Miradouro do Monte de S. Gregório (Maximinos), 14.09.2016



Fig. 3 [Perspetiva Fotográfica]
S. Gregório - Bom Jesus - Sameiro, 01.04.2016



Fig. 4 [Perspetiva Panorâmica Fotográfica]
Quinta da Naia de Cima, 26.03.2016

Naja - História e localização

A “*Quinta da Naja*” situa-se no Lugar da Naia, freguesia de S. Pedro de Maximinos, cidade e distrito de Braga. A história desta quinta remonta a meados do século XII, havendo informação documental a partir desta data. Já a freguesia de Maximinos possui uma história tão antiga quanto a própria cidade, *Bracara Augusta*, e o seu nome vem do imperador romano *Gaius Iulius Verus Maximinus* (século III).²

Surge a primeira questão: se o nome *Naia* terá sido atribuído primariamente à quinta ou ao lugar. Apesar de *Naia* e *Naja* se pronunciarem de modo idêntico, antigamente a palavra escrevia-se com *J*, sendo encontrada nos documentos sob esta forma. Hoje em dia, poderá encontrar o pleno sentido do seu emprego na toponímia de Aragão, onde *Naya* significa o “lomo de un monte” ou, traduzindo, a “parte superior de uma montanha”.³

Assim, estabelecendo-se na encosta sul do *Monte de S. Gregório*⁴, lugar habitado desde há muitos séculos, a quinta agrícola marca o vértice do encontro de três freguesias bracarenses: S. Pedro de Maximinos, Santa Maria de Ferreiros e Santo André de Gondizalves. Estas freguesias foram marcadas por um carácter fortemente agrícola e rural desde a sua formação, tendo-se preservado ainda muitas destas características.

A quinta era atravessada à cota baixa por uma antiga *via*⁵ e pelo *rio Torto* – afluente do Cávado –, ainda restando atualmente mais de 2 hectares de área verde correspondente aos antigos campos da propriedade original.^[Fig. 4]

Além de uma localização estratégica, os vestígios de um castro⁶ no Monte de S. Gregório comprovam a ocupação milenar deste lugar.

² Freitas 1890, vol. 6: 171.

³ Baseado em: <<http://www.sellamara.com/nombre/naya>> (28 de março de 2016) onde se lê: “*Naya es la variante castellanizada de Naia. Naya también puede ser un topónimo aragones cuyo significado es «lomo de un monte».*”

“*Lomo*” é a parte superior de um quadrúpede (lombo), mas aqui traduziu-se, atendendo ao contexto, por “parte superior”.

⁴ Monte com capela em honra do Papa S. Gregório I, o Magno. Ver Figura 5.

⁵ Não é certo que seja a mesma via romana referenciada no *Itinerário de Antonino* que ligava a Astorga, ou que tenha sido uma via militar, devido ao facto de não terem sido encontrados quaisquer miliários a marcar esta via. Seria então uma via secundária romana ou medieval? Este traçado do *Itinerário de Antonino* é o único dos cinco que saíam de *Bracara Augusta* e que continua especulável: “*VIA XIX- Item per loca maritima a BRACARA ASTURICAM usque*”. Porém, a hipótese desta via ocidental ser um itinerário comercial romano e atravessar o rio Cávado em Barcelos tem sido registada em vários estudos atuais. Disponível em: <<http://www.viasromanas.pt/>> (9 de maio de 2016). Assumiremos esta via nos esquemas como sendo uma “*via medieval secundária*”, pelo estudo de Almeida 1978. Para mais informação sobre esta via, Anexo 1, Anexo 2 e Nota 71.

⁶ Baseado em: <<http://www.jn.pt/arquivo/2005/interior/sondagens-arqueologicas-travam-obras-des-gregorio-509473.html?id=509473>> (28 de março de 2016), onde se lê: “*O monte de S. Gregório contém vestígios arqueológicos – castro e posterior romanização –, que estão identificados no Plano Diretor Municipal e que constam no Inventário de Sítios e Achados Arqueológicos do Concelho de Braga. Segundo o arqueólogo Prof. Dr. Luís Fontes, investigador na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, o espólio identificado «poderá indicar um povoado-habitat fortificado da Idade do Ferro.»*”



Fig. 5 [Fotografia]
Capela de S. Gregório Magno (Maximinos) – “ANNO DE 1302”, 14.09.2016

Atualmente, a Casa da Naia é o único imóvel classificado da freguesia de Maximinos, como Imóvel de Interesse Público (IIP) pelo IGESPAR⁷, juntamente com o “*jardim e seus elementos decorativos*”, estando estes elementos envolvidos por uma ZEP que apenas protegia a casa, e que apenas foi retificada recentemente, envolvendo também o jardim.⁸

Esta classificação incide no valor histórico, material e artístico inerente à conceção arquitetónica da casa e do jardim, ainda que ambos se encontrem em elevado estado de degradação e com risco de perda da sua integridade física (inclusive, um dos elementos valorizados no processo – a escultura do tanque do jardim – já desaparecera).

⁷ Decreto-Lei n.º 129/1977, Diário da República, I Série, n.º 226, 29.09.1977; Processo CS: 896451, DRP/CLS-144, *Classificação da “Casa da Naia” – Braga*, Porto; PTDGMEN:DREM4351/22, Forte de Sacavém; Processo de salvaguarda nº DSBC-149-2013.

⁸ A autarquia, induzida em erro pelo decreto de 1977, considerou apenas o contorno da casa, pelo que se assiste hoje à presença de edifícios na sua envolvente que violam esta mesma proteção e que, pela sua aproximação e volumetrias inadequadas, colocam em causa a salvaguarda do enquadramento do conjunto edificado. Ver Anexo 4.

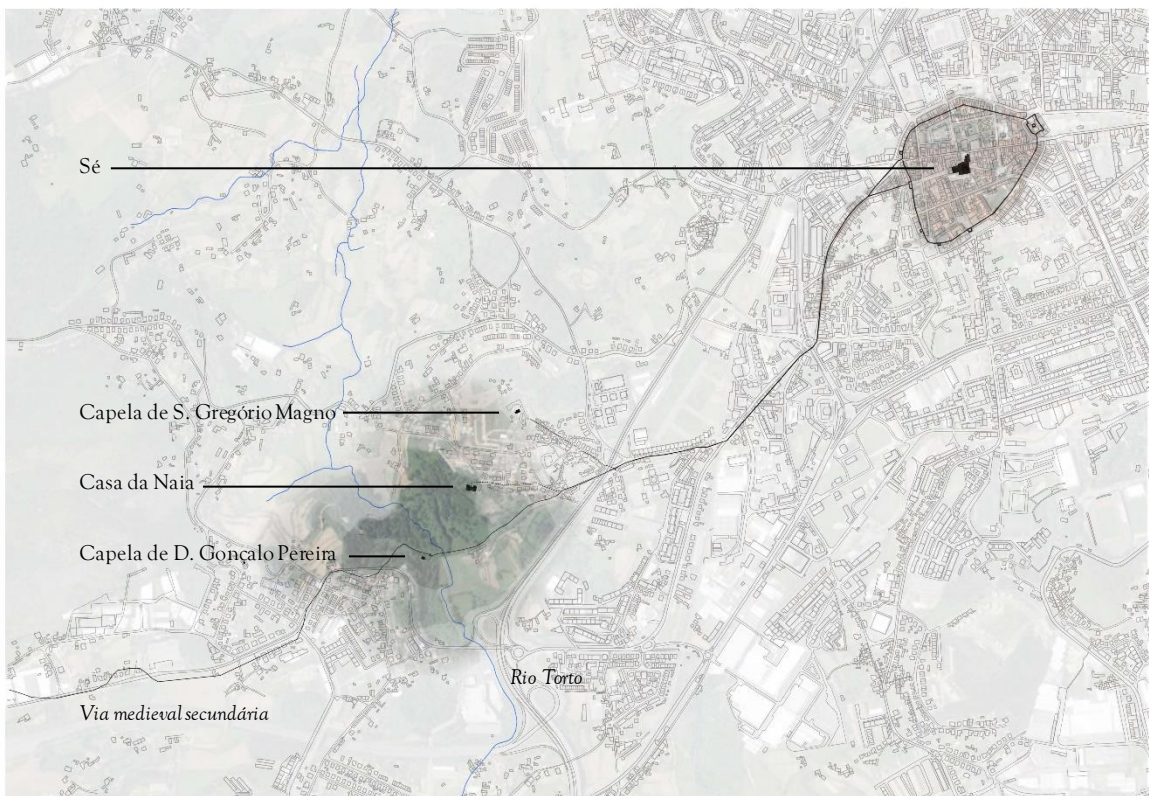


Fig. 6 [Esquema interpretativo]
Quinta da Naia e perímetro urbano de Braga intramuros (adaptado de cartografia de 1995 e de Google Earth)

Proprietários

Através dos registos encontrados no ADB é possível encontrar nomes que se cruzam com a história da Quinta da Naia. A primeira referência à quinta, que remonta ao século XII, encontra-se numa “*carta de compra*”⁹ de uma herdade em Ferreiros, “*desde a quinta da Naja abaixo do monte de S. Cláudio*”. Mais tarde, no ano 1219, uma carta de compra da própria Quinta da Naia¹⁰ apresenta um negócio realizado entre familiares (família Petri¹¹).

Apesar das evidências da propriedade ter sido particular na sua origem, em 1335 é doada ao Arcebispado bracarense numa “*carta de venda*” intitulada: “*Carta de venda que fez Vasco Gonçalves e outros ao arcebispo D. [Gonçalo] Gonçalves Pereira, da quinta da Naja*”¹². Apesar da maior parte dos documentos encontrados terem uma caligrafia apenas acessível a especialistas em paleografia, os seus títulos são suficientes para deduzirmos, por exemplo, que a propriedade terá pertencido ao arcebispado bracarense desde muito cedo.

No final do século XIV existe um “*prazo*”¹³ que fala duma capela em honra do arcebispo D. Gonçalo Pereira administrada por Vasco Domingues.¹⁴ Sustenta-se a probabilidade desta capela ser um exemplar primitivo da que se encontra hoje, em ruínas e coberta por vegetação, a sul da quinta. Segundo os relatos da população local, esta capela particular funcionaria ainda em meados do século passado, altura em que se começou a degradar.¹⁵

No século XV, há notícia de mais um prazo, sob o punho do arcebispo D. Fernando, aforando a quinta a Gonçalo Domingues¹⁶ (pelo nome poder-se-á encontrar relação quer com o arcebispo, quer com o antigo administrador da capela); no século XVII, um outro prazo em favor de “*D. Hierónima*”¹⁷ (período de sede vacante da arquidiocese); no início do

⁹ ADB, Índice do Cabido 1179.

¹⁰ Idem 1219.

¹¹ O apelido Petri sugere descendência francesa. Talvez imigrantes de Borgonha, província do Conde D. Henrique? Sabe-se que D. Teresa recebeu a cidade como dote do seu casamento com D. Henrique, e que foram senhores da cidade até 1112, ano da sua doação ao Arcebispado. Mas a cidade restringia-se ao perímetro amuralhado, pelo que as redondezas se dividiam em herdades e quintas particulares, tendo sido povoadas por muitos imigrantes da Flandres e da Borgonha durante o reinado de Sancho I, o povoador. Baseado em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sancho_I_de_Portugal> (31 de março de 2016).

¹² ADB, Coleção Cronológica 1335.

¹³ Capela 2003: 56, onde se lê: “*Emprazamento – Chamou-se emprazamento àquele contrato pelo qual o senhor do prédio dá parte dele a quem o cultive, transferindo-lhe o domínio útil e recebendo dele certa pensão anual. Os emprazamentos começaram por ser anuais, depois se fizeram pela vida do colono e passaram finalmente a fazer-se por três vida e também perpétuos», ditos enfitêuticos (...). Aforamento; Testamento.*”

¹⁴ ADB, Coleção Cronológica 1397.

¹⁵ ADB, Índice do Cabido 1375. Este documento mostra que já nesta época a capela estaria a ser mal administrada, tendo merecido uma admoestação da parte do arcebispo D. Lourenço.

¹⁶ ADB, Coleção Cronológica 1425.

¹⁷ ADB, Registo Geral 1649.



Fig. 7 [Fotografia]
Inscrição de "1689" na fonte do terreiro sul, 01.05.2016

século XVIII, pode ler-se outro “*Praço da quinta da Naja a favor de João Mendes de Araújo*”, uma vez mais mencionando a “*Capela de Dom Gonçalo Pereira*”¹⁸; e, no final do século XVIII, um “*registo de provisão*” a favor de “*Capitão Lourenço Francisco da Costa*”, agora com D. Gaspar a representar o arcebispado.¹⁹

Fica desta forma comprovado que a Quinta da Naia foi sendo mantida ao cuidado de foreiros, possíveis lavradores ou administradores, que geralmente pagavam o foro²⁰ com a exploração agrícola da quinta. Até esta época, não foi encontrado qualquer registo da quinta ou da sua toponímia em mapas, mas é possível encontrar a via que a dividia no *Mappa da Provincia d’Entre Douro e Minho de Custodio Jozé Gomes de Villas-boas* (século XVIII)²¹

Encontra-se também uma referência na obra de Artur Vaz-Osório da Nóbrega “*Pedras de Armas e Armas Tumulares do distrito de Braga*” (1970) que sugere que o “*Abade de Maximinos*”²², “*Costodio Soares da Silva*” (1730-1788)²³, poderá ter sido proprietário da Casa da Naia por haver indício de ter sido ele a mandar lavrar a pedra de armas do portal principal. Esta suposição vem do facto deste portal possuir heráldica tipicamente atribuída às famílias Soares e Silva – leão e torre, respetivamente²⁴ – ou apenas a Soares, de Tangil²⁵, contendo cartela decorativa com motivos eclesiásticos (chapéu eclesiástico, cordões de três borlas pendentes, elmo aberto e escudo).^[Fig.8]

De facto, poderá ter sido este clérigo a mandar construir o brasão, mas as Memórias Paroquiais de 1758 apontam para que seja “*Félix José Soares da Silva, proprietário da Quinta da Naia, juiz das sisas de Braga: Maximinos (c. Braga)*”²⁶. Poderão ter sido parentes próximos.²⁷ De resto, parece não haver dúvida de que terão sido os *Soares da Silva* a herdar esta propriedade e a mandar construir a casa nobre em ‘U’.

¹⁸ ADB, Registo Geral 1704.

¹⁹ Idem 1774.

²⁰ Capela 2003: 65, onde se lê: “(...) desde o século XII que se fixa em palavra para exprimir o contrato ou o canom ou direitos a pagar por virtude de contrato de empraçamento, aforamento ou enfiteuse (...)”.

²¹ Ver Anexo 4. Este mapa assinala “*Cazas e Quintas notáveis*”, mas é bastante omissivo neste aspeto, ignorando o nosso caso de estudo.

²² Talvez um abade nomeado pelos beneditinos do Mosteiro de Tibães? A manifesta influência que este mosteiro teve em Braga ao longo de toda a história suporta esta possibilidade. A partir desta ideia torna-se lógico, por exemplo, que tenha sido um destes abades beneditinos a implementar nesta paróquia a devoção a S. Gregório, o Magno (540-604), primeiro monge beneditino a ser eleito papa, mandando erguer esta capela em sua devoção.

²³ ADB, Inquirição de genere 1730, *Custodio Soares*. ADB, Livro de Óbitos. Ver *Figura 9*.

²⁴ Nóbrega 1970: 755.

²⁵ Correia et al. 1970, vol. XXIX: 308.

²⁶ Capela 2003: 142.

Informação sobre *Félix Soares da Silva* por consultar em: A.N.T.T. *Memórias paroquiais: São Pedro de Maximinos, Braga* (vol. 7, nº57e, fls.1145-1152). Lisboa. E em: Borrego, Nuno Pereira Gonçalo. *Habilitações nas Ordens Militares: Séculos XVII a XIX*, tomo I. Lisboa, p.483

²⁷ ADB, Inquirição de genere 1730, *Félix José Soares Silva*.

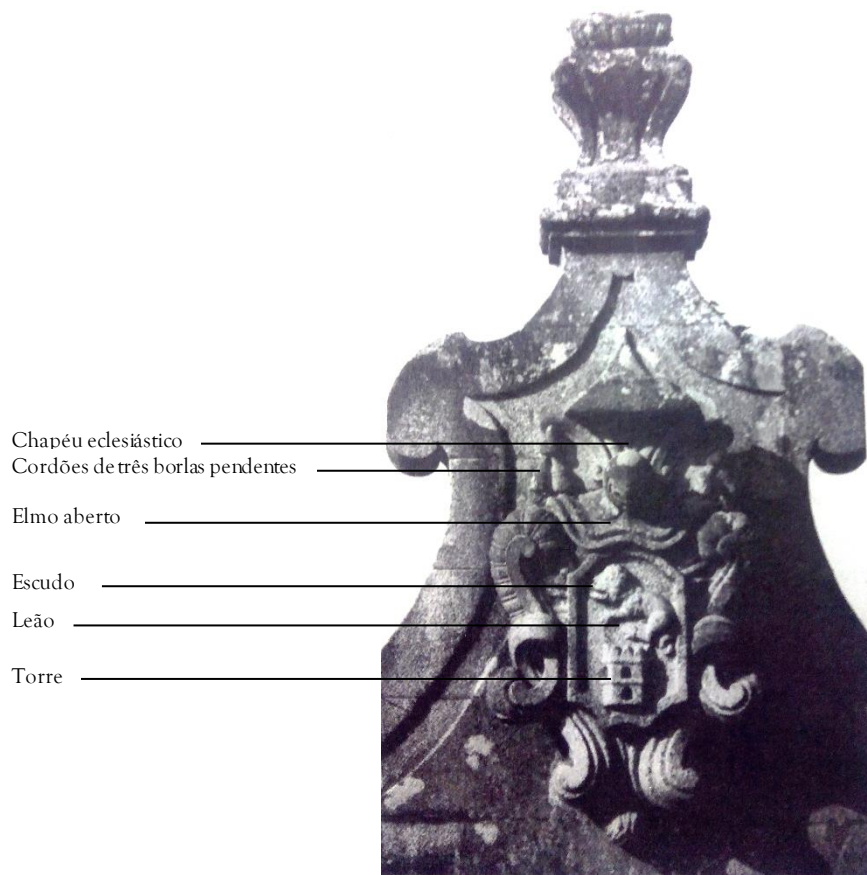


Fig. 8 [Fotografia]
 Pedra de armas da Casa da Naia (adaptado de Nóbrega 1970: 757)

“O Reverendo Costodio Suares da Silva Abbade rezerbatarario da Igreja Paroquial de Saõ Pedro de Maximinos Falação con todos os sacramentos no dia seis de Setembro do anno de mil e sete çentos e oitenta e oito [1788] e foi digo sen testamento e foi depozitado Igreja e sepultado no dia sete do mesmo mes e se lhe dicerão Missas geraes e se lhe fes hum ofiço por sua alma de çinquenta Padres nesta mesma Igreja e deixou por seu herdeiro a seu Filho Joze e para constar Fis este asento que asigno era mes e anno ut supra. o Coadjutor Joaõ Lopes da Ribeira.

À margem: fes a doação a seu Filho com obrigaçãõ de lhe mandar dizer «tres missas».”

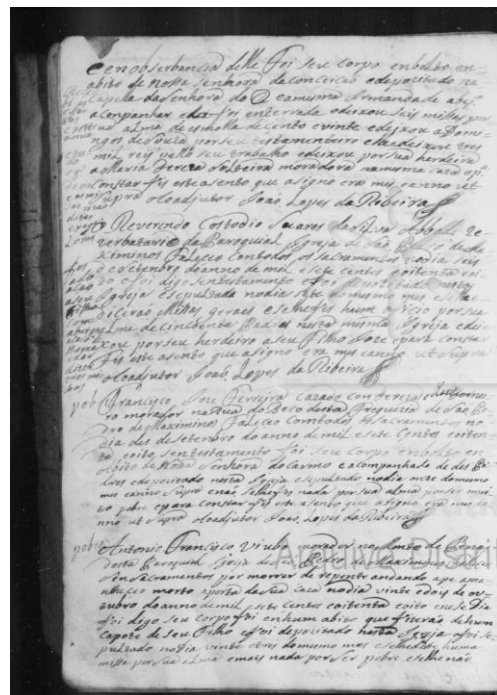


Fig. 9 [Livro de Óbito]
 Reverendo Costodio Suares da Silva, Abbade, 1730-1788 (adaptado de pesquisa.adb.uminho.pt)

Pela presença evidente do arcebispado nos vários documentos encontrados, a quinta deve ter continuado sob hasta do arcebispado até então. Daqui até ao início do século XX não foram encontrados mais indícios de quem terão sido os proprietários da quinta (talvez os descendentes de *Félix José Soares da Silva*?).

A partir do século XX é possível contar a história de forma mais assertiva, quando se definem, pela primeira vez, os limites da Quinta da Naia com muros a todo o perímetro²⁸, grande parte deles ainda existentes.

Por décadas, a Quinta da Naia funcionou, então, sob o jugo de “*Artur Carlos de Moura Coutinho Azevedo Soeiro da Fonseca e Silva Brandão*”, “n. em Cabeceira de Basto em 1876.”, jornalista, editor, empresário e político influente²⁹. Em 1899, fundou a “*Tipografia Lusitana Editora*”, esteve no Brasil de 1911 a 1918³⁰, e veio a ser Governador Civil de Braga em 1921 e em 1923³¹. Terá sido eventualmente por esta altura que faria a aquisição da Quinta da Naia e tiraria o proveito da produção agrícola.³²

Foi dono de um vasto monopólio de empresas e propriedades como: a Sociedade Artur Brandão & C.^a (Lisboa), o Banco Nacional Ultramarino, a Companhia de Moçambique (sede na Beira), o Grande Hotel da Beira, a Livraria Bertrand (1931), o Palácio Marquês de Pombal (Oeiras, 1939)³³ e a Companhia de Seguros Sagres (1942).

O capitalista dava de presente a Quinta da Naia a D. Ilda Ferreira Brandão, como casa de férias, decorando-a com móveis, quadros, pratas e porcelanas, e mandando calcetar a *Rua da Naia* em 1958³⁴, mesmo antes de falecer no ano de 1960.

A mulher, por seu lado, foi dada demente mais tarde e internada pela sobrinha³⁵, *Ilda Ferreira Gil Ortiz Montillano*, que acabou por ficar com a propriedade (por volta de 1975).³⁶ As primeiras fotografias que existem são desta altura (da JNE³⁷).

²⁸ Entrevista a António Justino, antigo caseiro da propriedade vizinha à Quinta da Naia e atual mora dor no Lugar da Naia. Possui um conhecimento profundo da realidade da quinta, nomeadamente das áreas de apoio e serviços, pois trabalhou aqui durante imensos anos, ajudando nos diversos trabalhos agrícolas.

²⁹ Correia *et al.* 1970, vol. XVIII: 29-30.

³⁰ Dirigindo aí o *Jornal do Brasil* e fundado a *Companhia Editora Americana*.

³¹ Baseado em: <app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/b/brandao_artur_carlos_de_moura_coutinho.pdf> (6 de maio de 2016).

³² Segundo António Justino a propriedade terá sido adquirida à família “*Palha*” no início do século.

³³ Meco 2007: 106.

³⁴ Segundo António Justino. Também se acredita que a maioria deste mobiliário veio do Palácio Marquês de Pombal em Oeiras.

³⁵ Entrevista a Raúl Reguenga, filho de um antigo feitor da Quinta da Naia, e sua esposa, que chegaram a viver na Casa da Naia depois da morte de Artur Brandão. D. Ilda Brandão viria à Naia apenas passar férias.

³⁶ Sousa 1974: 9.

³⁷ Junta Nacional da Educação, extinta em 1977.

**Câmara Municipal
de Braga**

Éditos de 30 dias

DOUTOR VÍTOR MANUEL FIGUEIREDO BRANCO, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Concelho de Braga:

Faço saber, nos termos dos art.º 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de Abril e para cumprimento do artigo 3.º do mesmo diploma que, por despacho ministerial, proferido sobre proposta da 4.ª Subsecção da 2.ª Secção da Junta Nacional da Educação, foi determinada a classificação como imóvel de interesse público da Casa da Naia bem como o jardim e seus elementos decorativos, sita na freguesia de Maximinos, desta cidade.

Mais se faz saber que a zona abrangida por esta classificação fica sujeita às disposições legais em vigor, designadamente os art.º 25.º e 48.º do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, do Decreto n.º 38 888, de 29 de Agosto de 1952, do Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de Fevereiro de 1938, do Decreto-Lei n.º 38 600, de 3 de Abril de 1954 e do n.º 2.º § 1.º do art.º 19.º do Decreto n.º 46 349, de 22 de Maio de 1965.

Assim e por este meio ficam convidados todos os interessados a apresentar quaisquer reclamações na Secretaria deste Corpo Administrativo durante o prazo do presente édito.

Para constar se publica este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares do costume.

BRAGA e Paços do Concelho, 9 de Abril de 1975.

E eu, *Carlos Augusto Braga da Cruz*, Chefe da Secretaria, o subscravo.

O Presidente da Comissão Administrativa,
Vítor Branco

11

Estes éditos foram publicados no jornal o "Correio do Minho", no dia 20 de Abril de 1975.

“Faço saber, nos termos dos art.ºs 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de Abril e para cumprimento do artigo 3.º do mesmo diploma que, por despacho ministerial, proferido sobre proposta da 4.ª Subsecção da 2.ª Secção da Junta Nacional da Educação, foi determinada a classificação como imóvel de interesse público da Casa da Naia bem como o jardim e seus elementos decorativos, sita na freguesia de Maximinos, desta cidade.”

Fig. 10 [Édito]

Classificação da Casa da Naia bem como o jardim e seus elementos decorativos, 09.04.1975 (adaptado de Sousa 1974:11)

Em 1977, a “*Casa da Naia, bem como o jardim e seus elementos decorativos*”, são classificados pelo IGESPAR como IIP., proposta do Museu de D. Diogo de Sousa³⁸, passando mais tarde por vários proprietários que acabaram por ir vendendo a casa e o seu recheio sem nunca chegarem a morar lá.³⁹

Como se constata no processo de classificação, os últimos proprietários de que há registo foram José Manuel Melo Silva Araújo⁴⁰ e, pelo menos, desde 2013, o registo da propriedade passa para o nome de uma empresa privada de construção – Britalar Soc. de Construções S.A.⁴¹

No final deste capítulo apresenta-se uma síntese cronológica que introduz a síntese do levantamento, confrontando temporalmente o Estado de Conhecimento do objeto com uma proposta para a sua evolução construtiva. Também se optou por adicionar a este esquema uma sinalética que nos permita refletir nas implicações que esta evolução teve na aproximação sequencial dos espaços, temas que serão motivo de análise na segunda parte do trabalho.

³⁸ Sousa 1974: 5.

³⁹ Segundo o vizinho António Justino. Há notícia do proprietário maximinense José Araújo ter vendido o seu recheio, garantindo ter, com isso, coberto o valor inicial do imóvel.

⁴⁰ Sousa, 1974: 36.

⁴¹ Idem: 43.

Síntese de elementos para análise – Espaços Exteriores

Como anteriormente referido, o caso de estudo é um artefacto parcialmente em ruína e que carece de muita documentação, consequência da propriedade ter perdido valor simbólico para os recentes proprietários, passando a ser objeto de negócio.

Vários roubos também se sucederam nos últimos anos de abandono, o que contribuiu igualmente para a perda de material e, conseqüentemente, de informação relevante. O contínuo crescer da vegetação selvagem e a sua apropriação pela natureza, também dificulta a análise.

Por tudo isto, torna-se imperativo que todo o material existente seja urgentemente reunido: documentos, levantamento fotográfico e levantamento do construído, entrevistas e comparação com casos coevos.

Estão ao dispor deste estudo as seguintes fontes primárias relativas à Casa da Naia: vários registos presentes no ADB como **prazos**, **registos** e **cartas**, que ajudaram a elaborar um enquadramento histórico mais preciso da quinta, apesar da grafia antiga apenas ter permitido que o conteúdo fosse analisado de forma parcial; “*Quinta e Casa da Naia*”, documento da DGPC encontrado no SIPA, produzido no ano de 1999 e outras informações no *website* da DGPC⁴²; “*Maximinos: Monografia/Junta de Freguesia de Maximinos*”, revista que faz um roteiro da freguesia de Maximinos, e que menciona o nosso caso de estudo.⁴³

As fotografias tiradas nas vistorias de 1977 (aquando a classificação), em 1991 (antes de ser rebocada), de 2007 e 2013, e a entrevista a antigos vizinhos e moradores, permitem entender o funcionamento dos vários espaços da casa e da quinta.

Como verificamos anteriormente, o limite da quinta seria muito maior do que o demarcado atualmente. Muitas áreas da quinta foram vendidas e urbanizadas, tendo restado delas a toponímia das ruas do lugar: *Rua da Naia*, *Rua de Mira-a-Naia*, *Rua da Mata da Naia* e *Viela da Naia*. Segundo a população local, a quinta contava com seis lavradores que cultivavam os seus *eidos*⁴⁴ da *Naia de Cima* à *Naia de Baixo*⁴⁵, auxiliando os vizinhos em tempos

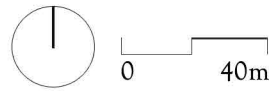
⁴² Dinis & Pereira 1999.

⁴³ Embora o documento eletrónico não mencione o autor, sabe-se que este texto foi produzido pelo historiador bracarense Eduardo Pires de Oliveira e assim será referenciado na bibliografia.

⁴⁴ Nome dado às pequenas casas de campo, cujos terrenos eram cultivados por lavradores. Estes pagavam uma renda ao senhorio.

⁴⁵ *Naia de Baixo* é o nome dado ao sopé do Monte da Amarela, em oposição à zona superior em que se encontra implantada a Casa da Naia popularmente conhecida por *Naia de Cima*.

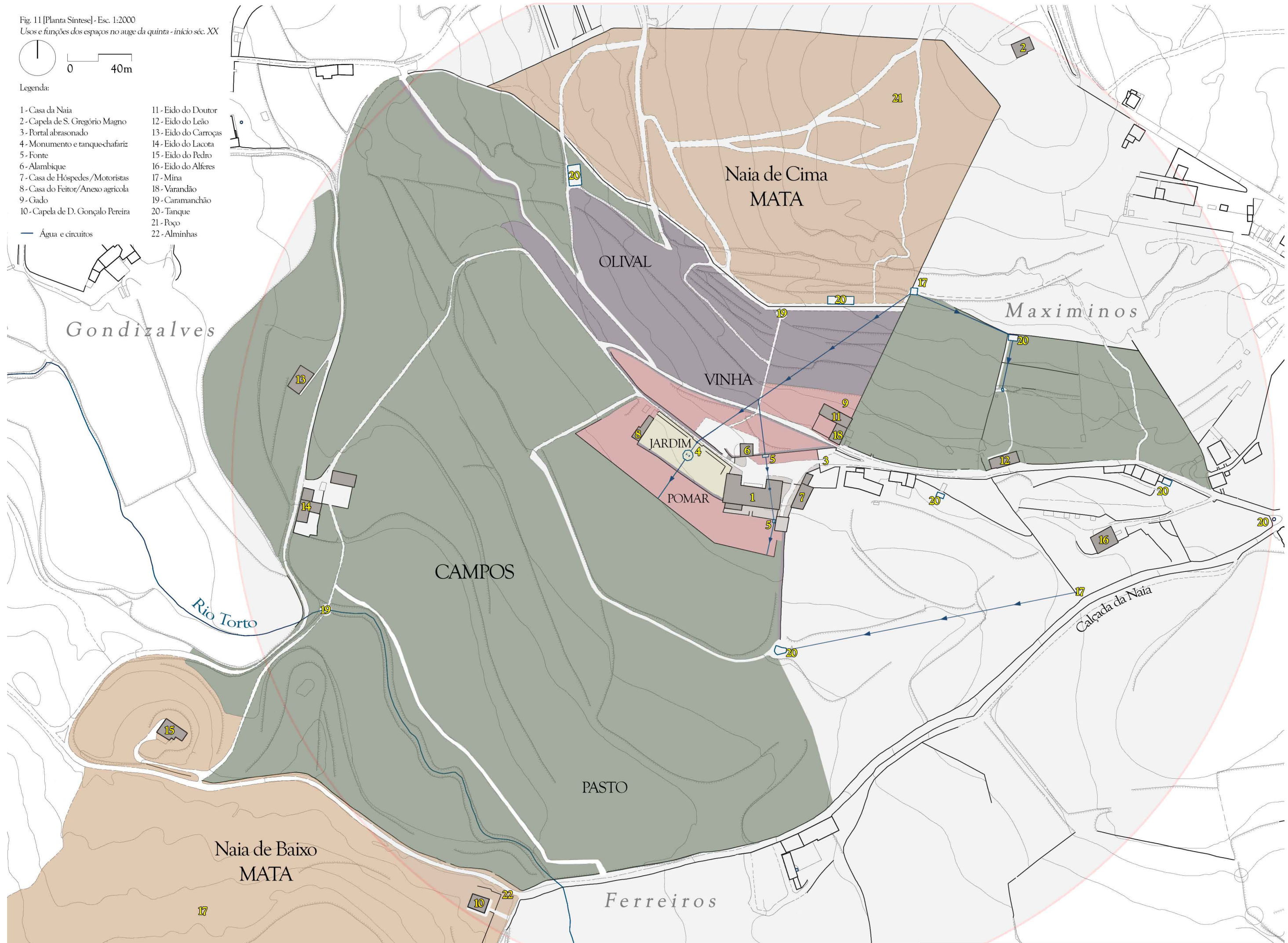
Fig. 11 [Planta Síntese] - Esc. 1:2000
 Usos e funções dos espaços no auge da quinta - início séc. XX



Legenda:

- | | |
|-------------------------------------|-----------------------|
| 1 - Casa da Naia | 11 - Eido do Doutor |
| 2 - Capela de S. Gregório Magno | 12 - Eido do Leão |
| 3 - Portal abrasonado | 13 - Eido do Carroças |
| 4 - Monumento e tanquechafariz | 14 - Eido do Lacota |
| 5 - Fonte | 15 - Eido do Pedro |
| 6 - Alambique | 16 - Eido do Alfêres |
| 7 - Casa de Hóspedes / Motoristas | 17 - Mina |
| 8 - Casa do Feitor / Anexo agrícola | 18 - Varandão |
| 9 - Gado | 19 - Caramanchão |
| 10 - Capela de D. Gonçalo Pereira | 20 - Tanque |
| | 21 - Poço |
| | 22 - Alminhas |

— Água e circuitos



díficeis, por exemplo, quando o senhorio não perdoava uma colheita destruída pelo mau tempo.

Os relatos da vizinhança informam que os eidos tinham os mais variados nomes, relativos aos lavradores ou a algo que os marcava: *Eido do Leão*; *Eido do Pedro*; *Eido do Doutor*; *Eido do Alferes*; *Eido do Carroças* e *Eido do Lacota*. É provável que possa ter tido mais eidos no passado, incluindo no lugar da atual Casa da Naia, restando hoje as ruínas de algumas destas no meio de vegetação infestante.

Teria também, ainda no início do século XX, a *Capela de D. Gonçalo Pereira* em pleno funcionamento, e umas *alminhas* adjacentes e que hoje se encontram parcialmente enterradas e cobertas por vegetação.

É possível dividir a quinta longitudinalmente como no esquema da *Figura 15*. Muitas quintas eram divididas desta forma, apresentando os campos de milho na parte baixa, junto ao rio em terra húmida, e as culturas de sequeiro e pomares na parte superior, neste caso, dispostos em valados de modo a vencer a topografia.

A água vinha da parte superior do monte, descendo por gravidade, de uma antiga mina conhecida por *Mina da Mourinha* – como nos precisa António Justino, caseiro da quinta vizinha – e que contava com os vários dispositivos ao redor da habitação, nomeadamente fontes e o tanque oitavado, que serviam como momentos de acumulação para posteriormente conduzi-la para o interior da habitação, bem como para as áreas de cultivo.⁴⁶

Foi elaborada uma proposta de um circuito hidráulico que procura entender o funcionamento da quinta com os dados que as entrevistas informaram, e a forma como este garantiu a sua autossuficiência durante séculos.^[Fig.11]

Hoje em dia, esta área norte encontra-se urbanizada, sendo que a mata superior desapareceu para dar lugar a quinta particular destinada a eventos.⁴⁷ No centro desta área também existiam umas escadas em terra até um *caramanchão*, que servia como momento recreativo e de repouso, com uma vista privilegiada para o vale (outro mais pequeno marcava o cruzamento do percurso com o rio Torto, numa ponte, também com ramada e vários choupos). Mais acima havia um poço e dois grandes tanques que recolhiam águas pluviais e

⁴⁶ Havendo alguns vestígios do sistema de drenagem das águas, estes são insuficientes para o traçar com rigor.

⁴⁷ Na *Figura 13* pode-se ver, do lado direito, uma torre construída recentemente pela empresa *Torre da Naia Eventos*.



Fig. 12 [Perspetiva fotográfica]
 Presente abundante de granito no Lugar da Naia, 23.03.2016



Fig. 13 [Perspetiva fotográfica]
 Obras na Naia de Cima, 26.03.2009
 (adaptado de Google Earth)

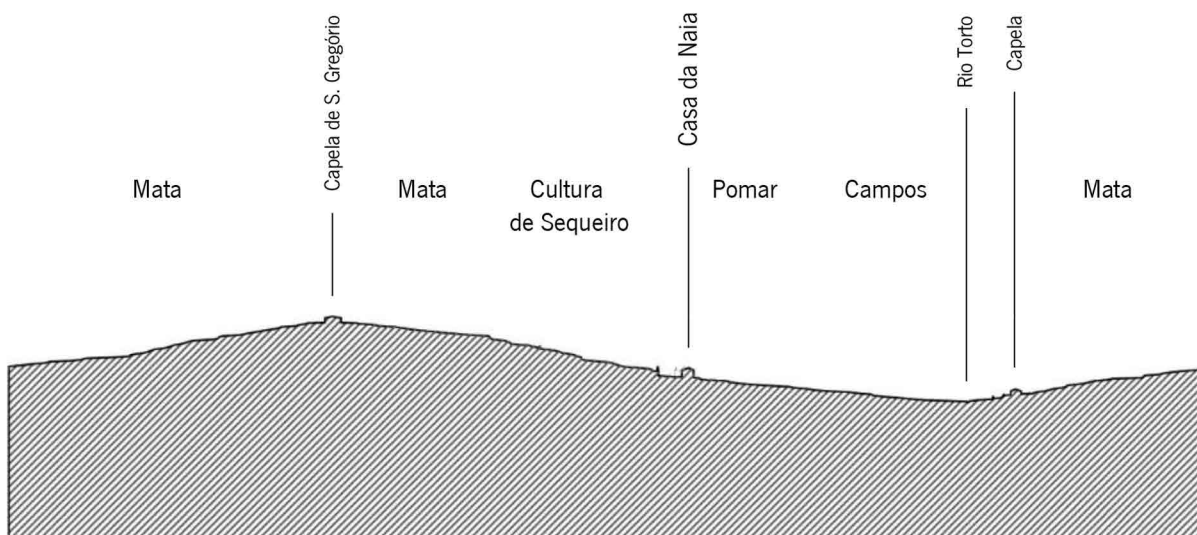


Fig. 14 [Esquema]
 Corte longitudinal  Quinta da Naia

irrigavam a zona de *policultura*⁴⁸ entre a mata e a casa, que se estendia com percursos ladeados por ramadas e oliveiras até *Gondizalves*. A água descia em dois circuitos: um que abastecia a casa e zonas de serviço incluindo o lagar para produção de vinho; outro estava associado às fontes do jardim, de onde se lançava, a partir do tanque-chafariz central, o sistema de rega do pomar, prosseguindo para a cota baixa onde se localizavam os campos de milho.

A Quinta da Naia era também lugar de atividades recreativas como a caça, na área de tapada e prados, que também serviam de *pasto*.⁴⁹

No terreiro oeste, o antigo jardim de aparato da segunda metade do século XVIII exibia canteiros de buxo, certamente de inspiração nos jardins modernos italianos introduzidos em Portugal no século XVI, caracterizados por sebes baixas decoradas com flores, ervilhas-de-cheiro, japoneiras, estas últimas comumente associadas aos jardins nortenhos desta época, a presentear espaços de estar com as suas cores e sombras.⁵⁰ Ainda é possível identificar três japoneiras, três laranjeiras e uma noqueira no jardim da Naia.

Embora nas fotografias do SIPA do ano de 2007 o jardim já apareça muito transformado, dando lugar a um espaço funcional para lavagem e uma horta, temos testemunhos de que, ainda em meados do século XX, o buxo conformava percursos cruzados⁵¹ com a geometria conservada do século XVIII, e que podiam ser percorridos até a um tanque-chafariz central, confrontado por um monumento.

O tanque-chafariz é oitavado e continha um menino sobre bola ao centro, motivo semelhante à Fonte do Pelicano na Praça do Município^[Fig. 15 e 16] atribuído por Robert Smith (1970)⁵² a Marceliano de Araújo, e um busto feminino numa das laterais, ambos já omissos. O monumento, por sua vez, tem uma linguagem barroca e inclui fonte e escultura, sendo descrita exaustivamente por António Dinis (1999): “*forrada a azulejos estampilhados, monocromos a azul cobalto, enquadrado por pilastras jónicas coroadas por urnas [já omissas], remate em friso e cornija e com espaldar, ao centro, contracurvado, sobrepujado por urnas [já omissas], com cartela sobre cornija volutada. Possui ao centro, nicho em arco de volta perfeita, ladeado por par de pilastras jónicas, sobrepostas, com a imagem de São João Baptista sobre mísula e bica em forma de golfinho donde jorra a água para uma taça gomada, cujo pé assenta num tanque retangular.*”⁵³

⁴⁸ Regime predominante da Quinta da Naia, de várias culturas (cereais, vinha, pomar, etc.).

⁴⁹ Foram encontrados aves de rapina, coelhos, raposas, entre outros animais.

⁵⁰ Stoop 1993: 83. Esta e outras árvores foram importadas em grande quantidade pelos portugueses neste período e vinham precisamente do Japão. As flores que esta árvore dá chamam-se *camélias*, daí também se dar a esta árvore o nome de *cameleira*.

⁵¹ Entrevista a José Manuel Coelho Fernandes, vizinho da Quinta da Naia.

⁵² Smith 1970: 62.

⁵³ Dinis & Pereira 1999.



Fig. 15 [Fotografia]
Tanque-chafariz do jardim (adaptado de SIPA)



Fig. 16 [Fotografia]
Menino sobre bola - Fonte do Pelicano, 24.04.2016



Fig. 17 [Fotografia]
Frente da casa (adaptado de Nóbrega 1970:756)

A fonte de espaldar no terreiro norte também é “*forrada a azulejos estampilhados monocromos, a azul cobalto, tendo ao centro bica carranca, representando um turco, encimada por cartela com a data de 1716 (erosão), rematada por pedra ornamentada com meia lua. Tanque de pedra de planta contracurvada.*” Esta data será importante numa análise posterior, bem como a da fonte a sul da casa, “*de espaldar quadrangular enquadrado por pilastras dóricas e remate em frontão triangular. No entablamento a data de 1689 gravada. Bica carranca, ao centro, de onde brota a água para um tanque retangular.*”

A este temos a entrada principal, feita através de um portal com brasão coroadado por urna, circunscrito entre pilastras toscanas encimadas por pináculos piramidais. Friso com cornija e ameias. Cada parede lateral contém um painel de azulejos com imagens policromas (amarelo, azul e roxo) com a representação de Santo António e de São Pedro (santo padroeiro de Maximinos), respetivamente. Existe uma fotografia na obra de Nóbrega (1970) que sustenta a existência dum painel de azulejos na parede da escadaria de lanços convergentes, desta vez com devoção a N.^a S.^a da Conceição, e onde também se pode ver a cantaria dos cunhais da casa, mais larga que atualmente.^[Fig.17]

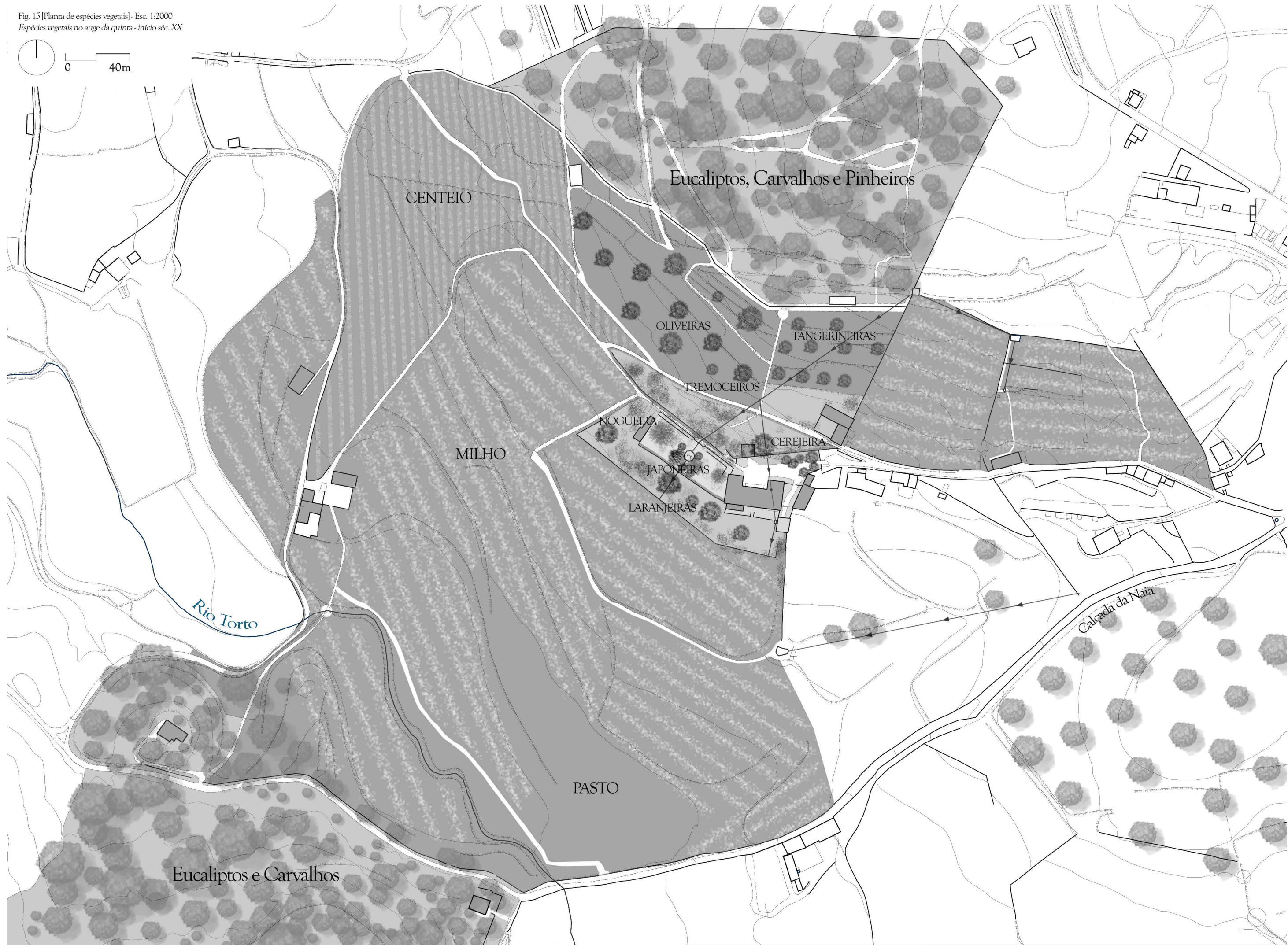
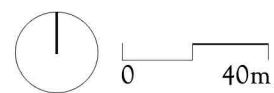
As *Figuras 11 e 18* constituem sínteses da Quinta e Casa da Naia na primeira metade do século XX, dos espaços e das espécies vegetais (respetivamente), época em que a quinta atingiu o auge da produção e se deu uma verdadeira revolução nos seus usos. Os limites assinalados a cor nos esquemas foram os que dedutivamente perduraram mais tempo relacionados com a quinta e com a casa senhorial, partindo do princípio geral de que as áreas subtraídas se tratariam das mais desvinculadas em relação à atividade central da quinta.

Observando a circunferência da *Figura 11*, constatamos um raio de cerca de 300 metros a partir da Casa da Naia, que circunscreve os serviços principais que a quinta dispunha e que coincide com o início da rua e capelas, como estudaremos mais à frente.

A oeste da quinta, situava-se uma saída que vinha de um percurso de serviço, murado, exclusivo aos lavradores, e que partia de uma *porta dos cavalos* à direita do grande portal abraseado. Logo após esta entrada podia-se encontrar um *varandão*⁵⁴ e um pequeno eido. Este espaço deu lugar a uma casa mais recente, embora já obsoleta. Também fica aqui registada a memória de que a norte desta casa se guardava o gado.

⁵⁴ O *varandão* servia para guardar produtos e, mais tarde, foi acoplado à casa do caseiro aquando a reabilitação.

Fig. 15 [Planta de espécies vegetais] - Esc. 1:2000
Espécies vegetais no auge da quinta - início séc. XX



O espaço privilegiado para o cultivo próprio do senhorio seria imediatamente a sul da casa em relação direta com a cozinha e anexos de apoio, através de um lanço de escadas. O acesso lateral sul era marcado por uma porta de dimensões consideráveis por onde passavam os carros de bois com as uvas e as colheitas, fazendo-as chegar à adega e ao celeiro. Ao lado da *porta dos bois* havia um anexo com copa, para uso do caseiro.^[Fig.21] Na fachada sul da casa também existe uma grande porta pelas mesmas razões funcionais, encimado por painel de azulejos azuis e brancos representando, mais uma vez, Santo António. No segundo piso apresenta um óculo oitavado correspondente a um oratório.

Na *Figura 18* foi reunida a informação de espécies vegetais recolhida nas entrevistas à vizinhança e através de fotografias aéreas antigas.^[Anexos 6 e 7]

A adega sempre ocupou o rés-do-chão. Teria *lojas* de apoio, dois grandes lagares de pedra com prensas, e grandes cascos dispostos lateralmente. No início haveria três lagares, tendo um deles sido trasladado para o rés-do-chão da *Casa dos Hóspedes*. No século passado, uma colheita de vinho permitia produzir 500L de vinho. A atividade era de importância central e representaria a principal fonte de rendimento do senhorio, o qual ficava com 2/3 do lucro da produção dos lavradores.

O século XX foi responsável por grandes inovações. Entrando no terreiro da casa podia-se encontrar à esquerda a garagem colocada ao lado da antiga casa do caseiro, entretanto transformada em *Casa dos Hóspedes*, também chamada *Casa dos Motoristas*; o surgimento do automóvel também foi responsável pela pequena reentrância na pedra presente em ambas as laterais do portal abrasonado^[Fig.22], de modo a que o novo carro de Artur Brandão o pudesse atravessar;⁵⁵ em frente à Casa dos Hóspedes havia um galinheiro; e finalmente, a norte deste terreiro foi inserido, no muro, um grande alambique para produção de água ardente.⁵⁶

Ainda no século XX, construiu-se um grande terraço a sul que parece encontrar-se inacabado (não chegou a ser alpendrado) e que servia de coberto para secagem de roupa no piso térreo.^[Fig.23]

⁵⁵ António Justino, caseiro do antigo vizinho, pai de José Manuel Fernandes, esclarece com exatidão que os carros do proprietário foram um *Ford*, um *Dodge Americano* e um *Mercedes rabo de peixe*. Este último, comprado nos finais dos anos 40 e mais largo que os anteriores, foi a causa do alargamento do portal, conquanto passasse à justa.

⁵⁶ Segundo Raúl Reguenga, filho do antigo feitor da quinta, e sua esposa Alice. Também há indícios que tenha servido igualmente para produção de azeite.



Fig. 19 [Fotografia]
Azulejos estampilhados no espaldar das fontes – Monumento, 01.05.2016



Fig. 20 [Fotografia]
Azulejos “Carvalhinho” da cozinha, 01.05.2016



Fig. 21 [Fotografia]
Porta dos bois e anexo com copa, 26.03.2016

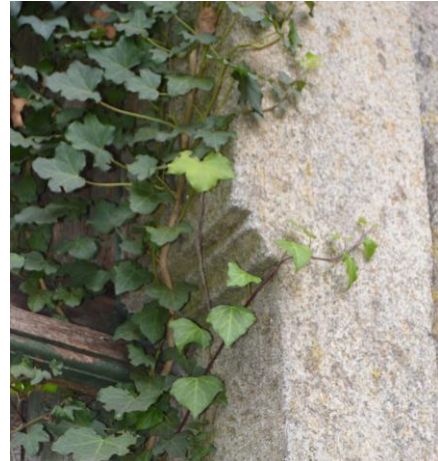


Fig. 22 [Fotografia]
Reentrância no portal abrasonado, 26.03.2016



Fig. 23 [Fotografia]
Roupa a secar no terraço (adaptado de SIPA)

Espaços interiores

Os interiores das casas de seiscentos e setecentos eram, regra geral, simples e austeros. Contudo, a aplicação de revestimentos em painéis de azulejo, pés-direitos consideráveis com tetos em masseira, rodapés com remates em estilo clássico, comprovam uma maior qualidade de vida refletindo, portanto, a riqueza dos seus proprietários.

A casa é construída em paredes autoportantes de alvenaria de granito rebocadas, tendo desaparecido as divisórias interiores de material mais leve que caíram há bastantes anos, detetando-se já a sua ausência nas fotografias da vistoria de 2007. Entretanto, parte da cobertura e pavimento do primeiro piso também desabaram sobre a adega, depois de sucessivas derrocadas na última década.⁵⁷

Os pavimentos do piso térreo são em terra batida e as paredes estucadas. Detetam-se fendilhações e fissuração por falta de coesão da argamassa das juntas do aparelho de pedra ou por fraca ligação entre paramentos ou estruturas de travamento, entre outras alterações superficiais, problemas de carácter estrutural e patologias cuja causa principal é a exposição aos agentes atmosféricos. Assinala-se aqui a vegetação infestante, a colonização biológica (essencialmente fungos) e as marcas devido à presença de humidade.

Foram feitas hipóteses de reconstituição do espaço interior conformado por estas paredes, talvez em taipa de rodizio ou tabique, que demonstraremos numa análise mais à frente.

A estrutura de vigas de madeira de piso é bem visível à qual se sobrepõem réguas de madeira de soalho e a cobertura é em telha vã, em alguns espaços aplicada sobre ripado de madeira assente em barrotes, e noutros, os de maior relevância, os tetos são enobrecidos por estrutura em masseira.

Há registo de obras mencionando *casas de banho* e *cozinha* no século XIX⁵⁸, provável data para a colocação dos painéis de azulejos vindos da Fábrica Cerâmica do Carvalhinho - Porto⁵⁹ (1840-1974), uma das principais fábricas portuguesas da segunda metade deste século,^[Fig.20] e da divisão recente da casa, com corredor de distribuição paralelo à varanda

⁵⁷ As fotografias tiradas em 2007, já demonstravam necessidade urgente de obras de conservação.

⁵⁸ “Séc. XIX - reformas importantes no interior da casa, nomeadamente na cozinha e casa de banho;” In Dinis & Pereira 1999.

⁵⁹ Inscrição em baixo relevo no verso dos azulejos refere a origem destes: “Carvalhinho”; “Porto”.

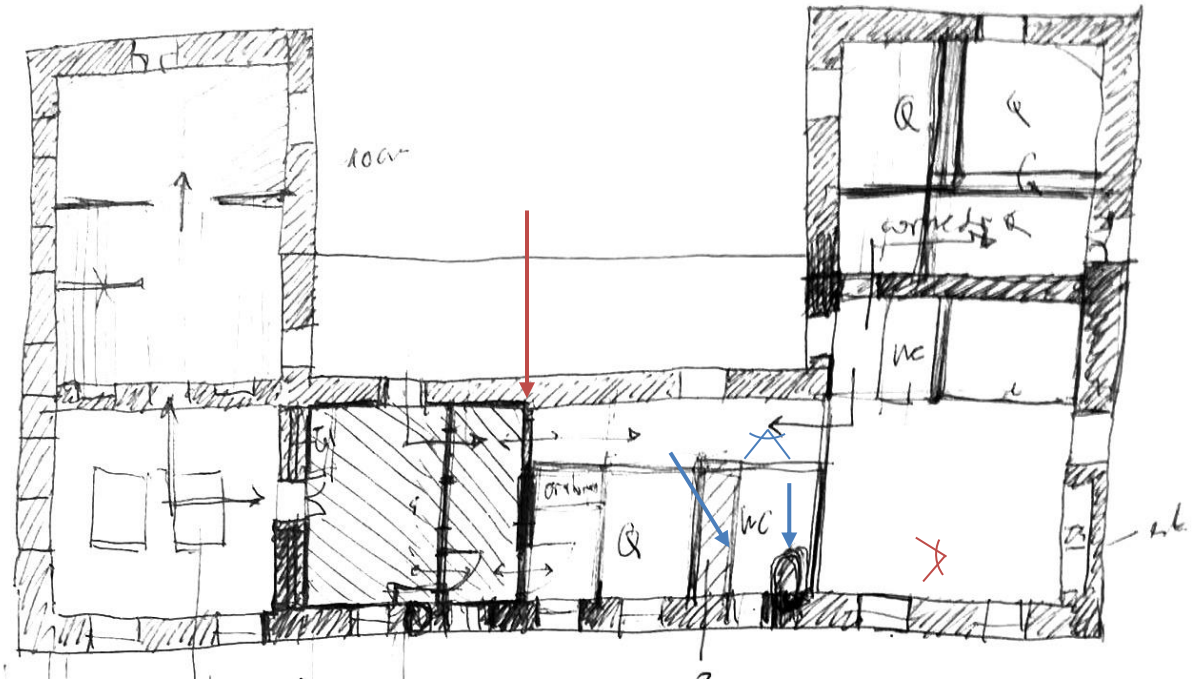


Fig. 24 [Esquema]
Estudo de distribuição programática tendo em conta marcas na construção atual e fotografias antigas

alpendrada a norte. As paredes laterais deste corredor eram carregadas de espelhos e prateleiras com porcelanas e outros objetos decorativos, reduzindo a distância de passagem.⁶⁰ Os quartos ficavam nas extremidades do ‘U’: o quarto do senhorio voltado a oeste para o jardim, e os quartos dos criados para este. Mais tarde foram adicionadas as paredes interiores, e também agregado um quarto no corpo central para hóspedes.

A sumptuosidade dos materiais do quarto do proprietário e dos grandes salões intercomunicantes contrastava com os das zonas da criadagem, o que se refletia também nas respetivas fachadas.

No centro da residência encontram-se as marcas daquilo que foi um pequeno oratório com altar. A presença deste espaço é assinalada no alçado sul por um óculo e um painel de azulejos com imagem de Santo António.

Não deixa de ser interessante a existência de uma janela com conversadeiras no quarto do alçado este, existentes desde a origem da casa. O seu significado, ligado à fruição da paisagem, justificaria que estas surgissem na direção oposta (sudoeste), o que curiosamente não sucede.

Mais tarde, no século XX, o corpo oeste sofreu uma transformação assinalável, tendo sido substituída a estrutura de madeira do chão por uma de betão, e conformado um novo uso para o espaço norte do piso térreo: deixando de deter a função de armazenamento para passar a ser uma sala com lareira decorativa e revestimentos em tijoleira, retirando o proveito da proximidade do jardim adjacente.

O abastecimento de água era feito por via do celeiro, dando diretamente para a cozinha e instalação sanitária que lhe estão contíguas e escoando, por canalizações à vista, para os compartimentos da adega. No alçado sul, a instalação sanitária do corpo central teria as suas canalizações embutidas na parede de pedra, onde se denotam costuras no aparelho que acusam o lugar por onde estas instalações passavam.^[Fig.24]

⁶⁰ Segundo José Manuel Fernandes, proprietário da quinta vizinha à Quinta da Naia.

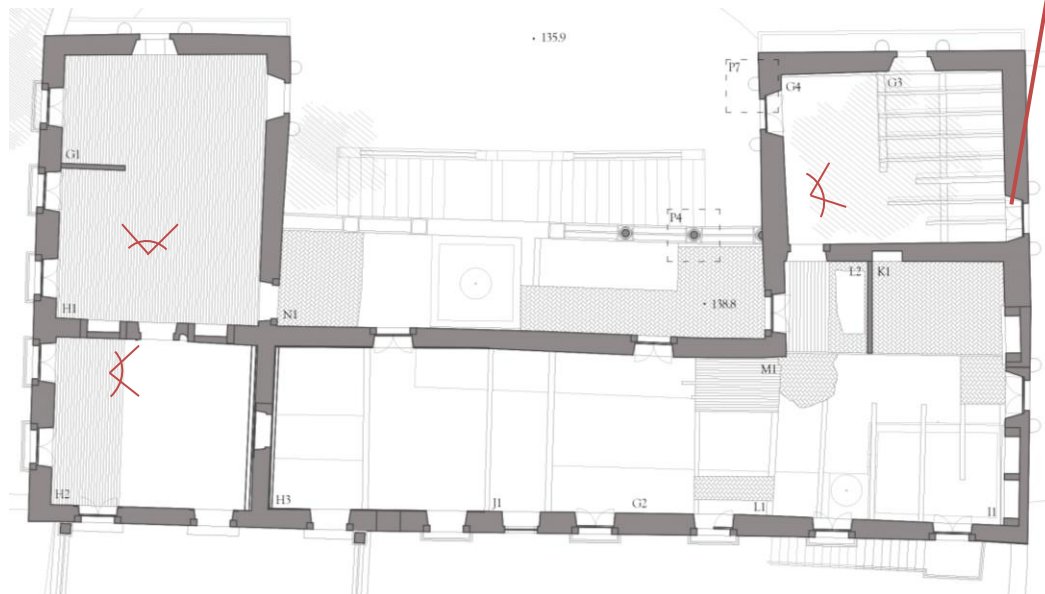
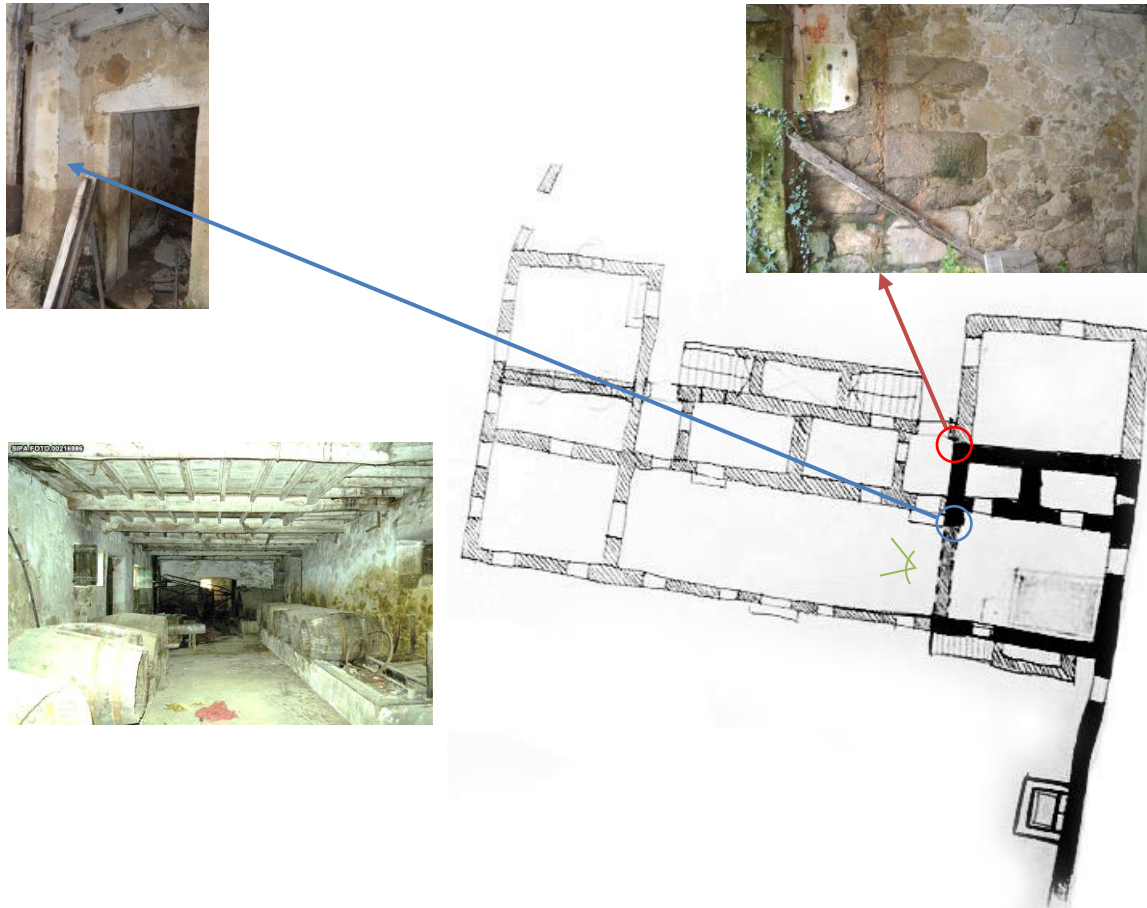


Fig. 25 [Esquema] -sem escala

Estudos de distribuição programática tendo em conta marcas na construção atual e fotografias antigas

Levantamento⁶¹

O levantamento do edifício é, sem dúvida, o elemento de maior relevância para a presente investigação. É através deste que o objeto é analisado detalhadamente e se torna possível o reconhecimento da sua história reconstituindo possíveis fases de construção. Conduzido a partir de triangulações de pontos⁶², utilizados na definição da planta e do corte, e auxiliados por fotografias, este método revela-se bastante eficaz quando auxiliado por um distanciômetro.

Houve também a necessidade de representar os escassos tetos nas duas plantas de piso através de plantas de tetos, possibilitando a reconstrução posterior da materialidade e da métrica da sua estrutura nas zonas mais afetadas pela ruína.

Os cortes permitem constatar a relação entre espaços interiores, e destes com a envolvente próxima, tendo sido optado por uma orientação horizontal da folha, de modo a garantir a comunicação eficaz desta relação com uma escala adequada à sua leitura.

A estereotomia da pedra dos alçados exteriores não é possível retirar devido a estarem rebocadas, tendo sido simplificada a representação das peças desenhadas, em parte, por coadunação à escala do desenho e aos propósitos da investigação, também mais atenta à casa e à sua estrutura do que à conformação do ornamento arquitetónico.

A ampliação ou o detalhamento de alguns elementos encontra justificação na valorização das suas características, por serem peças de marcação espacial que ajudam a entender e a valorizar o conjunto patrimonial, evidenciando grande valor arquitetónico e artístico: portal abrasonado; fonte do terreiro norte; fonte do terreiro sul, monumento dedicado a S. João Batista com fonte e tanque-chafariz. Também foram ampliadas colunas, remates da escadaria de lanços convergentes, mísulas, pináculos piramidais e chaminé, tendo sido assinaladas as lacunas, identificadas com o recurso a fotografias antigas.

A sobreposição da fotomontagem ao desenho bidimensional^{1[Fig.26]}, ou ortofoto de alçados, é uma ferramenta que permite perceber a ‘pele’ dos materiais tendo sido deixada,

⁶¹ Desenhos de levantamento: Anexo 11.

⁶² Método de triangulação é um método que permite fixar a verdadeira grandeza de medidas e ângulos de qualquer elemento no espaço a partir de três pontos, e que é frequentemente utilizado no levantamento de edifícios antigos dada a sua flexibilidade. A partir de dois pontos, traçam-se duas circunferências cujo raio é igual à distância destes a um terceiro ponto, achando-se este último no cruzamento das duas circunferências, formando um triângulo.

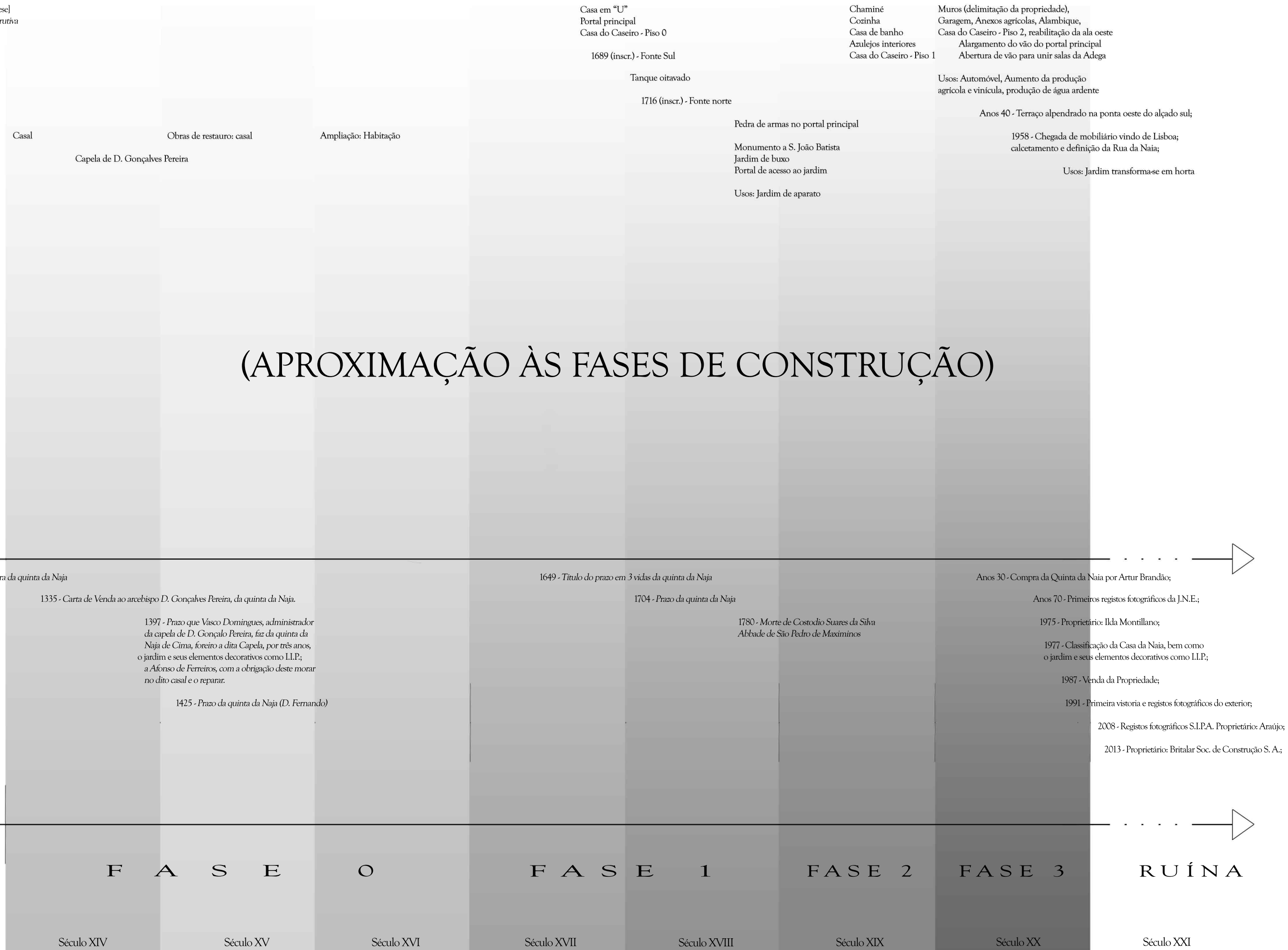


Fig. 26 [Fotomontagem] - Esc. 1:200
Alçado norte

em alguns desenhos, uma simetria que auxilia esta mesma compreensão. Integra informações sobre materiais, técnicas construtivas, estereotomias, cores, texturas, patologias, etc.

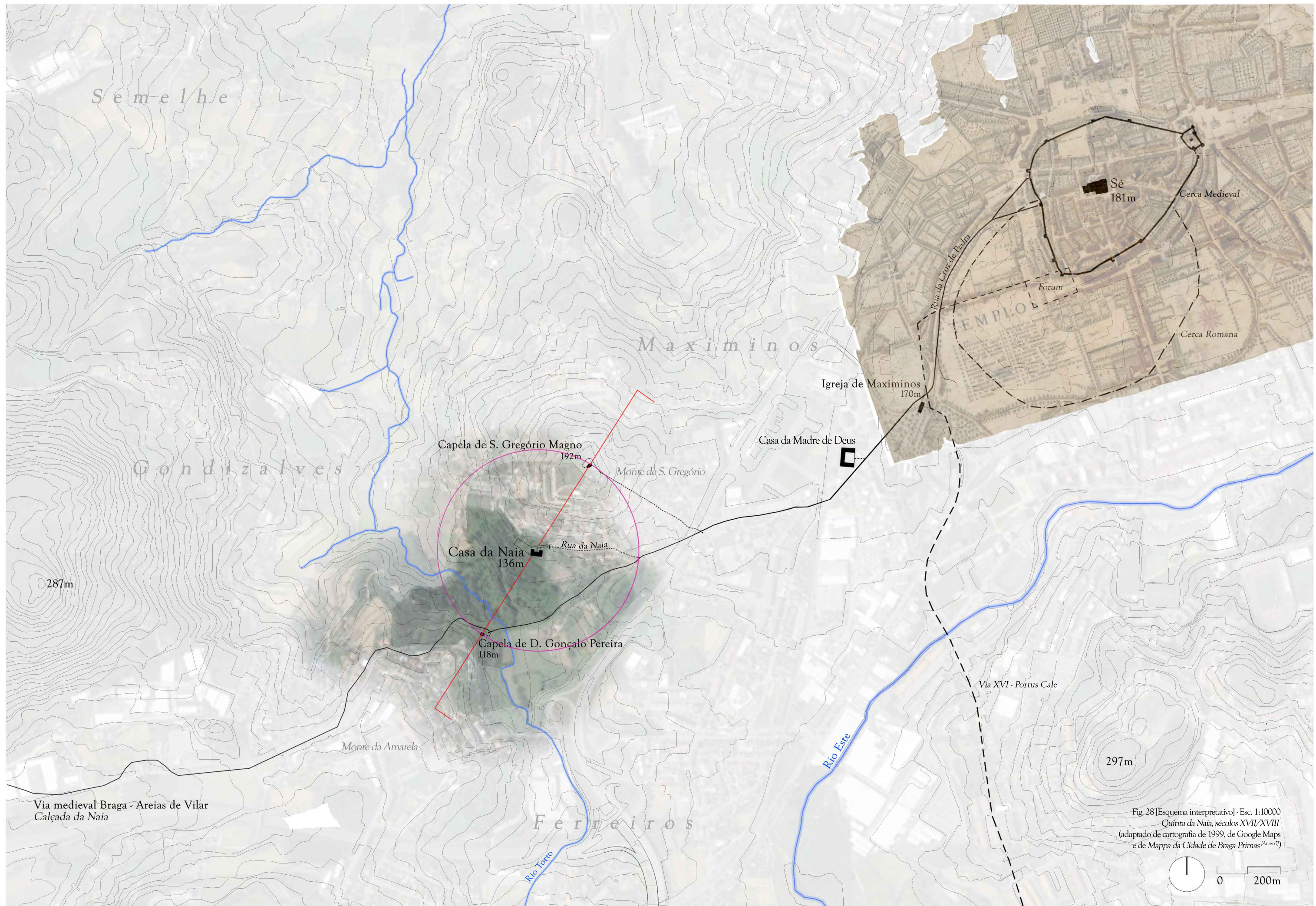
Por fim, foi possível encontrar informação sobre o quotidiano da quinta nas entrevistas feitas à vizinhança, sobretudo sobre o século XX, quando a quinta ainda estava em funcionamento. O proprietário da quinta vizinha à Quinta da Naia, José Manuel Fernandes, passou muitos momentos da sua infância na Casa da Naia, tendo tido uma relação muito próxima com a família Brandão. Ele mesmo soube indicar as pessoas que melhor conheceram a realidade da quinta e da casa nesta época, entre elas: António Justino, caseiro de seu pai, que reunia esforços com os feitores da quinta, sendo a pessoa mais velha conhecedora da quinta; Raúl Reguenga, o filho do feitor da quinta, e sua esposa, Alice, já que a casa esteve ao encargo deste casal depois da morte de Artur Brandão; e Mário Macedo Ferreira, morador no Lugar da Naia, que desde muito jovem chegou a fazer pequenas obras de manutenção da quinta, auxiliando o seu pai.

Fig. 24 [Cronologia Síntese]
Evolução histórico-constructiva



Parte 2

Da análise à discussão de resultados



Implantação, Aproximação e Matriz Tipológica

Através das inscrições nas fontes dos terreiros norte e sul (1716 e 1689) e da análise do construído é possível situar a atual edificação da Casa da Naia na transição do século XVII para o século XVIII. Chamemos ‘Casa da Naia’ apenas à casa em ‘U’, pois veremos que é possível, através do levantamento, comprovar que a casa foi sujeita a ampliações, transformações e restauros ao longo da sua história que também apontam, com o aval da documentação, para uma casa anterior a esta data no mesmo local.

Embora a casa se situe na encosta sul do Monte de S. Gregório, a área da quinta estender-se-ia até ao monte situado a sul, “*chamado de Amarela*”⁶³. Pressupondo que os terrenos a este do Monte de S. Gregório pertenciam aos *Falcões*⁶⁴ e a oeste aos *Brandão Pereira*⁶⁵, podemos inferir que os limites da Quinta da Naia se desenhavam, pelo menos aquando a construção da casa senhorial, entre as encostas destes dois montes, tirando partido do rio que passava no vale para irrigar os campos de cultivo.^[Fig.25]

A extensão da quinta ultrapassaria inicialmente o Monte da Amarela se interpretarmos um dos pergaminhos da seguinte forma: “*Carta de compra da quinta da Naja em Ferreiros abaixo [a sul] do Monte de S. Cláudio [da Amarela]*”⁶⁶.

Aquando a construção da casa senhorial, os limites da propriedade eram assumidos pela topografia, pelo rio e pelo portal, mas é apenas no século XX que a quinta vê grande parte do seu perímetro definido por muros.

Todavia, mais do que a vontade de definir limites, pesam razões de segurança, pelos sucessivos assaltos de que era alvo a residência, e por ter existido uma via pública – *Calçada da Naia* – a dividir a propriedade até meados do século XX.

Manifestamente afastada do perímetro muralhado da cidade (cerca de 2Km) e preservando o seu carácter rural até aos dias de hoje, apela ao isolamento e ao diálogo com a natureza, ao contrário de tantas outras que viram a sua envolvente urbanizada e que hoje se inserem num contexto inverso àquele em que foram construídas.

⁶³ ADB, *Registo Geral* 1774.

⁶⁴ Quinta da Madre de Deus, atual Colégio dos órfãos de S. Caetano. In Peixoto 1998.

⁶⁵ Testemunho de Vasco Briteiros em: <<http://geneall.net/pt/forum/157758/freguesia-de-maximinos-braga/>> (5 de maio de 2016).

⁶⁶ ADB, *Índice do Cabido* 1219. No século XIII já existia o monte de S. Gregório, logo é dedutível que este seja o nome do monte da Amarela no século XIII, eventualmente com um templo dedicado a S. Cláudio.

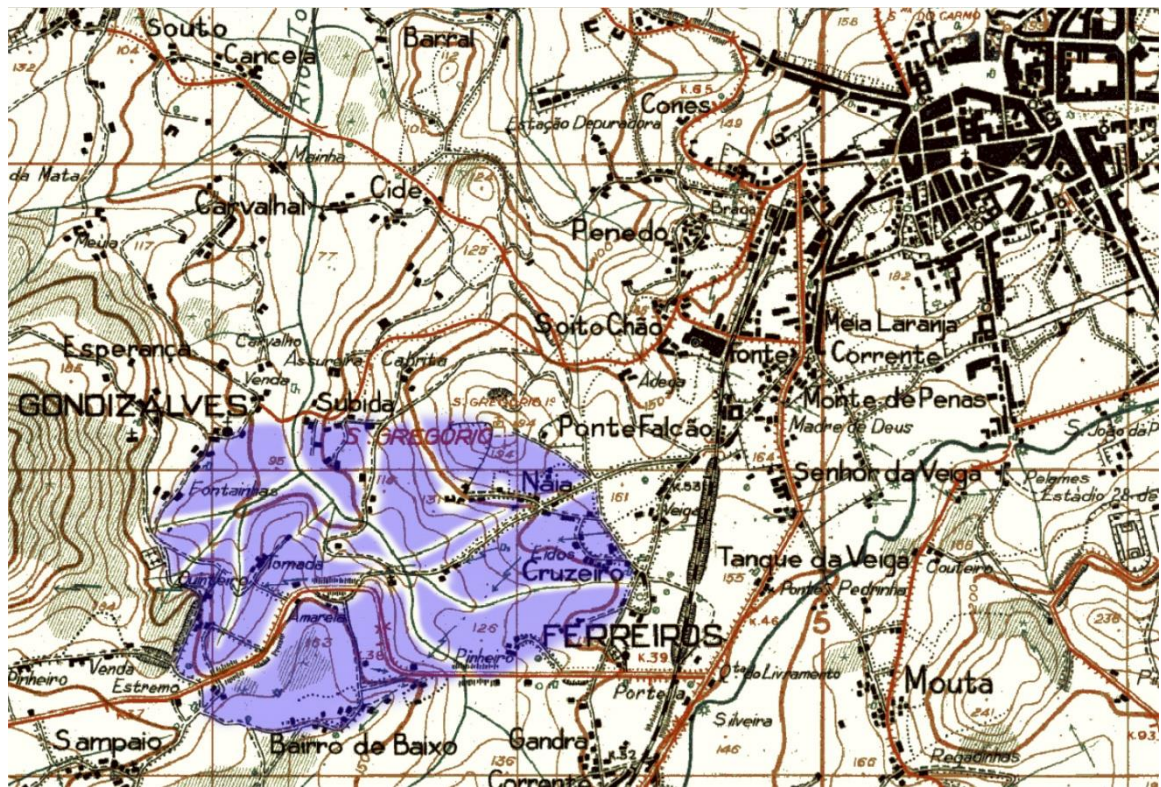


Fig. 29 [Cartografia]

Proposta do perímetro original da Quinta da Naia tendo em conta as estruturas do território, século XVII (adaptado de Cartografia Militar de 1948)

É de registar as distâncias entre a Casa da Naia e as capelas de S. Gregório e de D. Gonçalo Pereira (cerca de 300 metros), praticamente iguais, estando curiosamente alinhadas.^[Fig.30] É acrescida a pertinência desta análise pela abundância de motivos religiosos evocados na construção da casa e, sobretudo, se considerarmos pela distância como um *raio* que coincide com o início da Rua da Naia, na bifurcação com a antiga via chamada Calçada da Naia: a maioria dos edifícios de apoio à quinta, e outras vias, encontram-se dentro deste mesmo *raio*, como evidenciaremos posteriormente em escala mais aproximada.

Torna-se, assim, plausível que possa ter existido uma estratégia de implantação da casa em relação a estruturas pré-existentes, assim como a intenção de valorizar este eixo, pelo menos ao nível das relações visuais, comprovando um certo engenho do mestre de obra na acomodação às circunstâncias territoriais e da envolvente.

Constata-se ainda que o gesto de bifurcação do acesso aos edifícios se trata de uma repetição ao longo da extensão da antiga via, semelhante ao que sucede na Casa da Quinta da Madre de Deus e na Capela de S. Gregório (1302).

Imagine-se o que seria em finais de seiscentos a aproximação até à Casa da Naia. Esta aproximação é um dos grandes temas da casa, manifesto também no seu interior, com um conceito de percurso típico do Barroco.

Saindo pela muralha medieval da cidade pela antiga *Porta de Maximinos* (que vinha da antiga *Rua de Maximinos*, atual *Rua Paio Mendes*)⁶⁷ em direção à casa, ter-se-ia de percorrer a *Rua Cruz de Pedra*, rua tangente à muralha romana até cruzar a saída da *decumanus* (cujo alinhamento ainda se mantém nesta direção) da *Via XVI (Portus Cale)*^[Fig.31]. Depois deste cruzamento ainda se podiam encontrar vestígios – “*hum meyo circulo*” – correspondentes ao anfiteatro romano que ali existia à esquerda, bem como vestígios dos aquedutos romanos, conforme testemunhado pelo historiador Padre António Carvalho da Costa (1650-1715)⁶⁸.

À direita situava-se a antiga necrópole, continuando-se pela *Rua Direita* até à igreja de Maximinos. Chegando aqui, ao segundo cruzamento com a via romana onde se conformou o largo central da freguesia (em frente à igreja), começava-se a encontrar algumas casas de campo.

⁶⁷ Ribeiro 2008: 353.

⁶⁸ Costa 1706: 175, onde se lê: “Junto a esta Parochia de S. Pedro de Maximinos teve feu principio, & primeira fundação a Cidade de Braga, de que fe mostrarão ainda hoje ruínas de grandes edificios, que dão testemunho de fua antiga majestade, & ainda fe vê hum como meyo circulo, lugar em que estava o anfiteatro, aonde os Bracarenfes ao modo Romano celebravão fuas festas; & correndo de S. Pedro até o Hospital de S. Marcos apparecem vestigios, que indicaõ que atèli fe estendia a Cidade antiga. Tambem ha raftos de haver aqueductos, muy ufados no tempo dos Romanos, com que fe provia a Cidade de agua.”

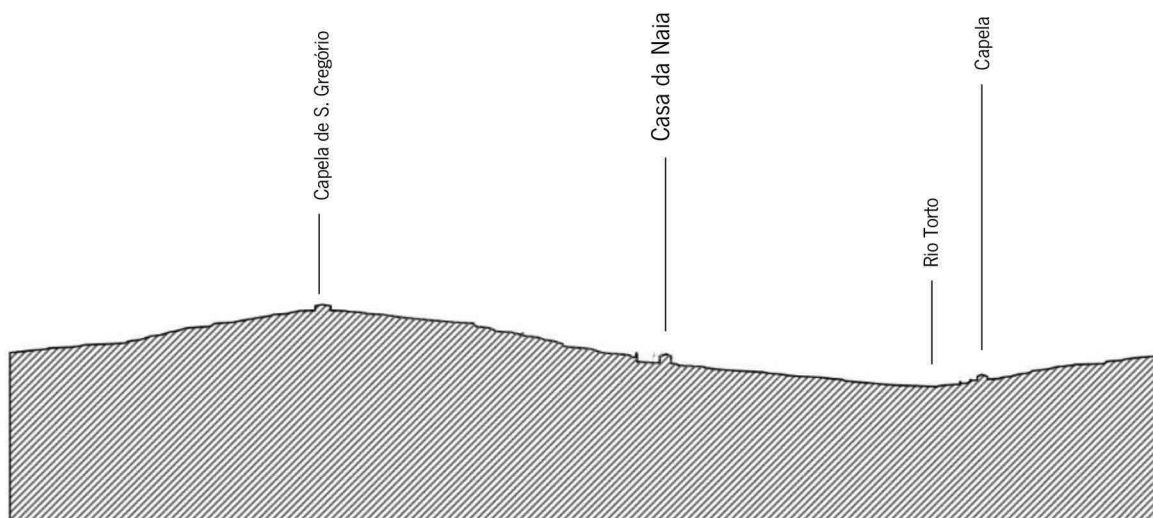


Fig. 30 [Perfil]
 Monte de S. Gregório - Monte da Amarela

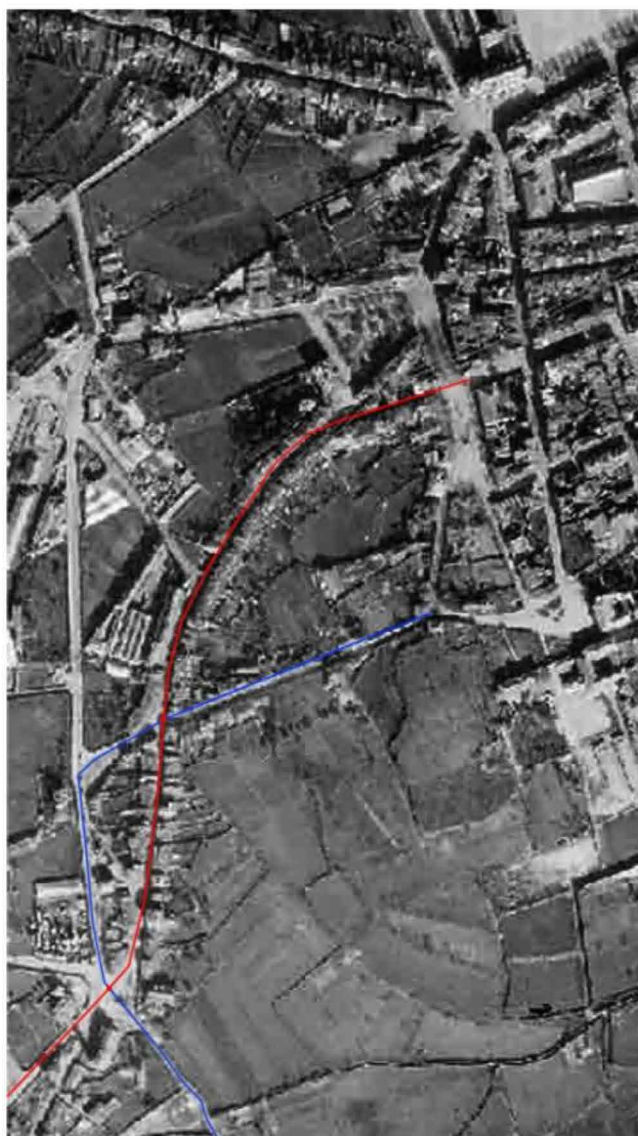


Fig. 31 [Fotografia aérea]
 Implantação da muralha baixo imperial: percurso até à Casa da Naia - vermelho; Decumanus e Via XX - azul (adaptado de fotograma de 1938)

Seguindo pela via medieval passava-se pela extensa Quinta da Madre de Deus até se avistar o Monte de S. Gregório. No cruzamento com o acesso íngreme até à capela podia-se encontrar umas alminhas a partir do século XIX, comemorativas da batalha que aqui sucedera aquando as invasões francesas.⁶⁹ Subindo até à Capela de S. Gregório, desfrutava-se de uma “*excellente vista em todas as direções.*”⁷⁰ incluindo para a Quinta da Naia.

Mas continuando o curso da *Calçada da Naia*, alcançar-se-ia, adiante, a bifurcação que lança um caminho até à Casa da Naia, e outro que seguia para Ferreiros. Aqui é possível observar as traseiras da casa desde a Naia de Baixo, onde passa o *rio Torto*. [Fig.32 e 33]

Atualmente esta via é impercetível (excetuando-se os muros do início do século XX, que estão quase totalmente enterrados devido a uma alegada subida do nível do terreno), havendo fortes indícios de que possa ter sido um antigo itinerário comercial.⁷¹ Segundo testemunhos da vizinhança, há 50 anos atrás podia-se ouvir, logo pela manhã, o som das chancas dos comerciantes e das rodas dos carros de bois que se dirigiam à cidade⁷², e certamente que esta fachada da casa não lhes passava despercebida: ensolarada, visível, imponente, centrada, a meia encosta, dominando o vale.

Se caminhamos até à sua entrada principal, temos um percurso sequencial, teatral e representativo, próprio do barroco, onde um grande portal abraseado o suspende, assinalando um primeiro momento de transição. Não é possível vislumbrar algo além do portal. Daqui somos acolhidos num grande terreiro murado que se oferece como pátio de honra rematado pelo ‘U’ da planta. [Fig.34]

É assim que a Casa da Naia se ‘dá a ver’ a quem chega. Não totalmente e de modo imediato, mas aparecendo em escorço para quem a vê a partir do portal, acelerando a profundidade aparente do espaço, juntamente com o muro que lhe faz frente.

A meio deste muro, encontra-se uma fonte que marca um segundo momento, no intuito de infletir o percurso reorientando a visão para a entrada da casa.

⁶⁹ São comemorativas da batalha que sucedera aquando das invasões francesas em Braga, e onde a capela de S. Gregório serviu de amazém para guardar pólvora (As almas invocam N^o S^a da Batalha). In A.H.M., Requerimento 1822.

⁷⁰ Belino 1895: 164.

⁷¹ “Não há dúvida de que por aqui seguia uma via romana que desde Braga por Ferreiros, calçada da Naia vinha enfrentar no rio Cávado. Os romanos, quando do seu domínio absoluto nesta parte da península, subiriam em barcos pelo Celano desde Fão, onde deixam as suas naves, até Areias de Vilar e dali, tomando a via terrestre, vinham directamente para a sua *Brachara Augusta*, cidade importante naquele tempo, sede de um convento jurico. Entrando pelo mundo das suposições talvez neste lugar aquela via romana de bifurcasse, seguindo uma por Encourados, Vilar, Santa Eugénia de Rio Covo, Barcelos, etc e outras directamente ao rio, à *Bouça da Barra*, onde aquele povo fazia o embarque de gente e mercadorias. (...) In «*Barcelos quem e além - Cávado de Teotónio da Fonseca*”. Disponível em: <<http://www.jf-martim.pt/freguesia.php>> (5 de Maio de 2016) ver também <<http://www.viasromanas.pt/index.html#locamaritima>> (4 de maio de 2016)

⁷² Entrevista a António Justino.



Fig. 32 e 33 [Fotografias]
Naia de Baixo - Calçada da Naia/Rio Torto, 01.05.2016; Vista da Naia de baixo - Calçada da Naia, 01.05.2016



Fig. 34 [Fotografia]
Teneiro de entrada da Casa da Naia (adaptado de vistoria da CMB à Casa da Naia, 1991)

Seguindo pela via medieval passava-se pela extensa Quinta da Madre de Deus até se avistar o Monte de S. Gregório. No cruzamento com o acesso íngreme até à capela podia-se encontrar umas alminhas a partir do século XIX, comemorativas da batalha que aqui sucedera aquando as invasões francesas.⁷³ Subindo até à Capela de S. Gregório, desfrutava-se de uma “*excellente vista em todas as direções.*”⁷⁴ incluindo para a Quinta da Naia.

Mas continuando o curso da *Calçada da Naia*, alcançar-se-ia, adiante, a bifurcação que lança um caminho até à Casa da Naia, e outro que seguia para Ferreiros. Aqui é possível observar as traseiras da casa desde a Naia de Baixo, onde passa o *rio Torto*. [Fig.32 e 33]

Atualmente esta via é impercetível (excetuando-se os muros do início do século XX, que estão quase totalmente enterrados devido a uma alegada subida do nível do terreno), havendo fortes indícios de que possa ter sido um antigo itinerário comercial.⁷⁵ Segundo testemunhos da vizinhança, há 50 anos atrás podia-se ouvir, logo pela manhã, o som das chancas dos comerciantes e das rodas dos carros de bois que se dirigiam à cidade⁷⁶, e certamente que esta fachada da casa não lhes passava despercebida: ensolarada, visível, imponente, centrada, a meia encosta, dominando o vale.

Se caminhamos até à sua entrada principal, temos um percurso sequencial, teatral e representativo, próprio do barroco, onde um grande portal abraseado o suspende, assinalando um primeiro momento de transição. Não é possível vislumbrar algo além do portal. Daqui somos acolhidos num grande terreiro murado que se oferece como pátio de honra rematado pelo ‘U’ da planta. [Fig.34]

É assim que a Casa da Naia se ‘dá a ver’ a quem chega. Não totalmente e de modo imediato, mas aparecendo em escorço para quem a vê a partir do portal, acelerando a profundidade aparente do espaço, juntamente com o muro que lhe faz frente.

A meio deste muro, encontra-se uma fonte que marca um segundo momento, no intuito de infletir o percurso reorientando a visão para a entrada da casa.

⁷³ São comemorativas da batalha que sucedera aquando das invasões francesas em Braga, e onde a capela de S. Gregório serviu de armazém para guardar pólvora (As almas invocam N^o S^a da Batalha). In A.H.M., Requerimento 1822.

⁷⁴ Belino 1895: 164.

⁷⁵ “Não há dúvida de que por aqui seguia uma via romana que desde Braga por Ferreiros, calçada da Naia vinha enfrentar no rio Cávado. Os romanos, quando do seu domínio absoluto nesta parte da península, subiriam em barcos pelo Celano desde Fão, onde deixam as suas naves, até Areias de Vilar e dali, tomando a via terrestre, vinham directamente para a sua *Brachara Augusta*, cidade importante naquele tempo, sede de um convento jurico. Entrando pelo mundo das suposições talvez neste lugar aquela via romana de bifurcasse, seguindo uma por Encourados, Vilar, Santa Eugénia de Rio Covo, Barcelos, etc e outras directamente ao rio, à *Bouça da Barra*, onde aquele povo fazia o embarque de gente e mercadorias. (...) In «*Barcelos aquem e além - Cávado de Teotónio da Fonseca*”. Disponível em: <<http://www.jf-martim.pt/freguesia.php>> (5 de Maio de 2016) ver também <<http://www.viasromanas.pt/index.html#locamaritima>> (4 de maio de 2016)

⁷⁶ Entrevista a António Justino.

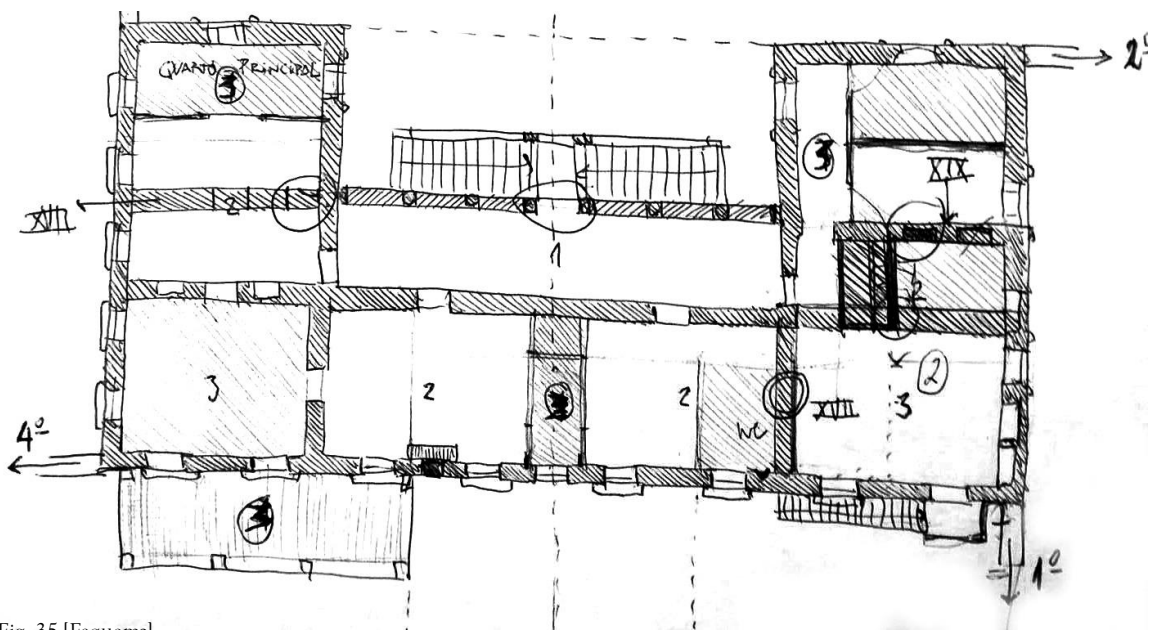


Fig. 35 [Esquema]
 Sequência hierárquica dos espaços



Fig. 36 [Fotografia]
 Alçado norte, 1991 (adaptado de SIPA)



Fig. 37 [Fotografia]
 Tanque-chafariz e monumento do jardim, 1991 (adaptado de SIPA)

A intencionalidade da posição desta fonte sublinha a importância do acesso mais próximo de quem chega à entrada da casa, em detrimento do acesso voltado para o jardim e para as zonas de serviço, de carácter mais secundário. Esta é também uma das razões que nos pode ajudar a especular que a atual casa em ‘U’ pode ser anterior a esta fonte, datada de 1716, sendo que a data de 1689, da fonte a sul, não levanta este tipo de indagações.

A escadaria de lanços convergentes neste alçado é uma expressão do barroco, de grande teatralidade e dinamismo. Este dispositivo é visto no Barroco como parte do ritual sequencial de aproximação. Na verdade, todos os espaços e elementos de marcação funcionam de forma sequencial sendo que, desta forma, poderiam ser numerados por ordem de aproximação, como vemos no esquema da *Figura 35*, formando uma hierarquia espacial.

O dinamismo da fachada norte é ostentado por esta escadaria, com arranques em volutas encabeçadas por pináculos, e que dava acesso a uma varanda alpendrada com oito colunelos (agora bastante arruinada). Esta varanda funcionava como espaço de distribuição para quatro espaços interiores, através de quatro portas dispostas simetricamente.^[Fig.36] Estes espaços, sociais e de representação da casa nobre, proporcionam relações visuais para os espaços envolventes.

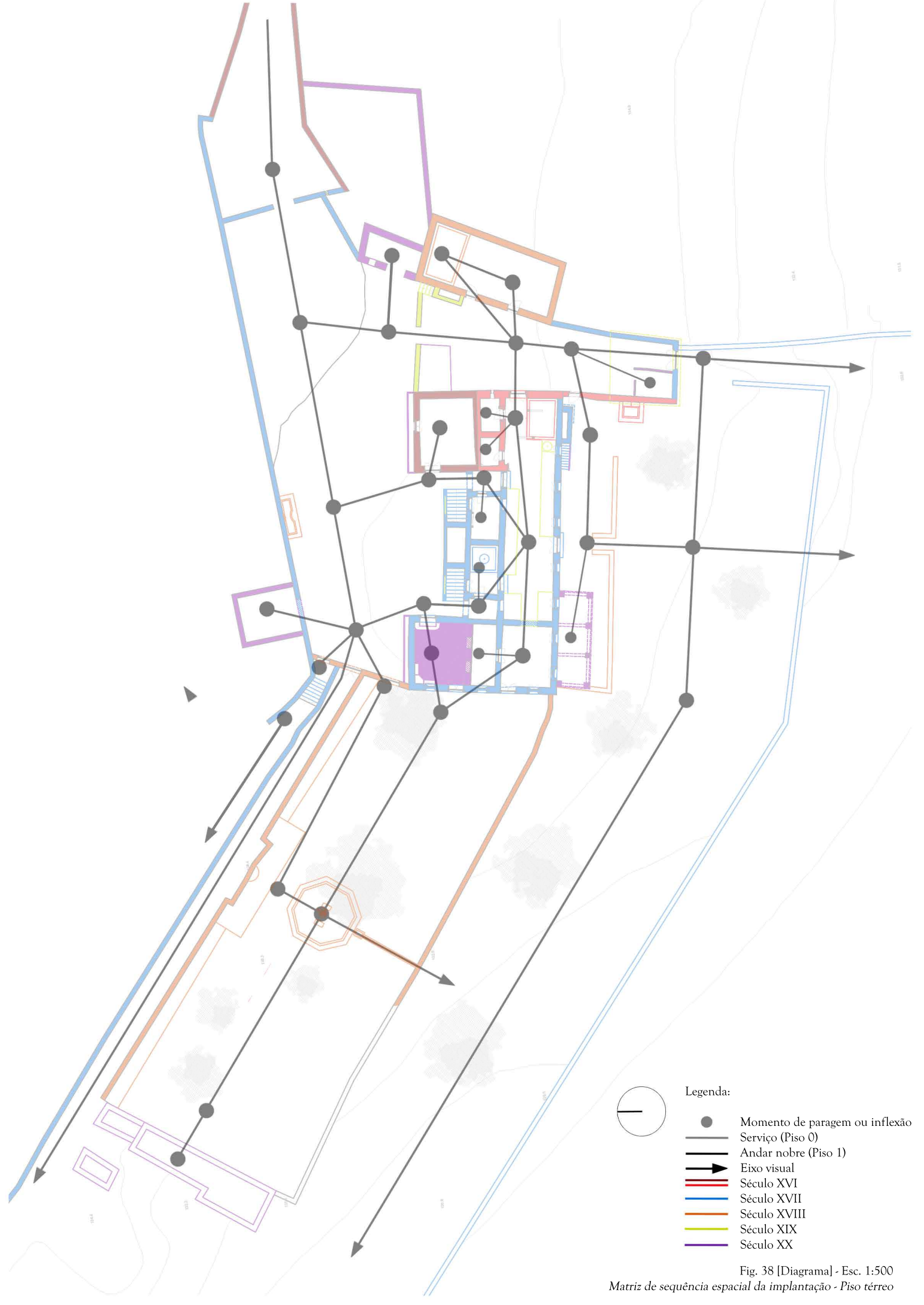
Toda esta exuberância da fachada de chegada colabora com o dramatismo sequencial, próprio do programa barroco cuja análise se torna decisiva para a compreensão da implantação do nosso caso de estudo e, assim, das implicações que o seu desenho teve nas transformações da casa.

O uso do esquema em ‘U’ responde à *“intenção de uma teatralização da fachada, criando forte efeito cenográfico, com o estabelecimento de uma continuidade espacial entre o interior e o exterior”*⁷⁷ e resulta num dinamismo que, mais tarde, no Solar de Mateus em Vila Real, se irá exprimir numa obra *“das mais notáveis do País”*⁷⁸.

Além de todos os fatores já mencionados, a peculiaridade da sua implantação encontra a sua base na topografia acidentada do terreno e até mesmo retendo o modelo difundido a partir de outras casas senhoriais do norte do país que, como a Casa da Naia, exibem o alçado posterior do ‘U’ para os seus campos agrícolas e para quem as avista de longe, tirando partido das relações visuais interior/exterior que esta tipologia oferece, e valorizando o contato com a natureza. Nesta ordem de ideias, a orientação norte do alçado de chegada fica explicada pela natureza da sua implantação e pelo seu programa.

⁷⁷ Carvalho 1987: 13.

⁷⁸ Azevedo 1969:87.



- Legenda:
- Momento de paragem ou inflexão
 - Serviço (Piso 0)
 - Andar nobre (Piso 1)
 - Eixo visual
 - Século XVI
 - Século XVII
 - Século XVIII
 - Século XIX
 - Século XX

Fig. 38 [Diagrama] - Esc. 1:500
 Matriz de sequência espacial da implantação - Piso térreo

Retomando a narrativa de implantação, é neste terreiro norte que se levanta um segundo portal, enquadrando cenicamente o espaço e conferindo-lhe fundo, um terceiro momento da sequência de entrada. Abrindo três portas, à esquerda podia-se seguir para o jardim; ao centro, pela porta principal (mais funcional), para os campos de cultivo a oeste; e à direita para os terrenos superiores, por meio de um pequeno lanço de escadas em pedra.

O jardim do século XVIII à italiana, que apresenta uma nova torção do eixo (acompanha a topografia), ‘calça’ o alçado poente da casa e conformava percursos cruzados em buxo até ao tanque-chafariz central, não tendo restado infelizmente quaisquer pistas do seu desenho.

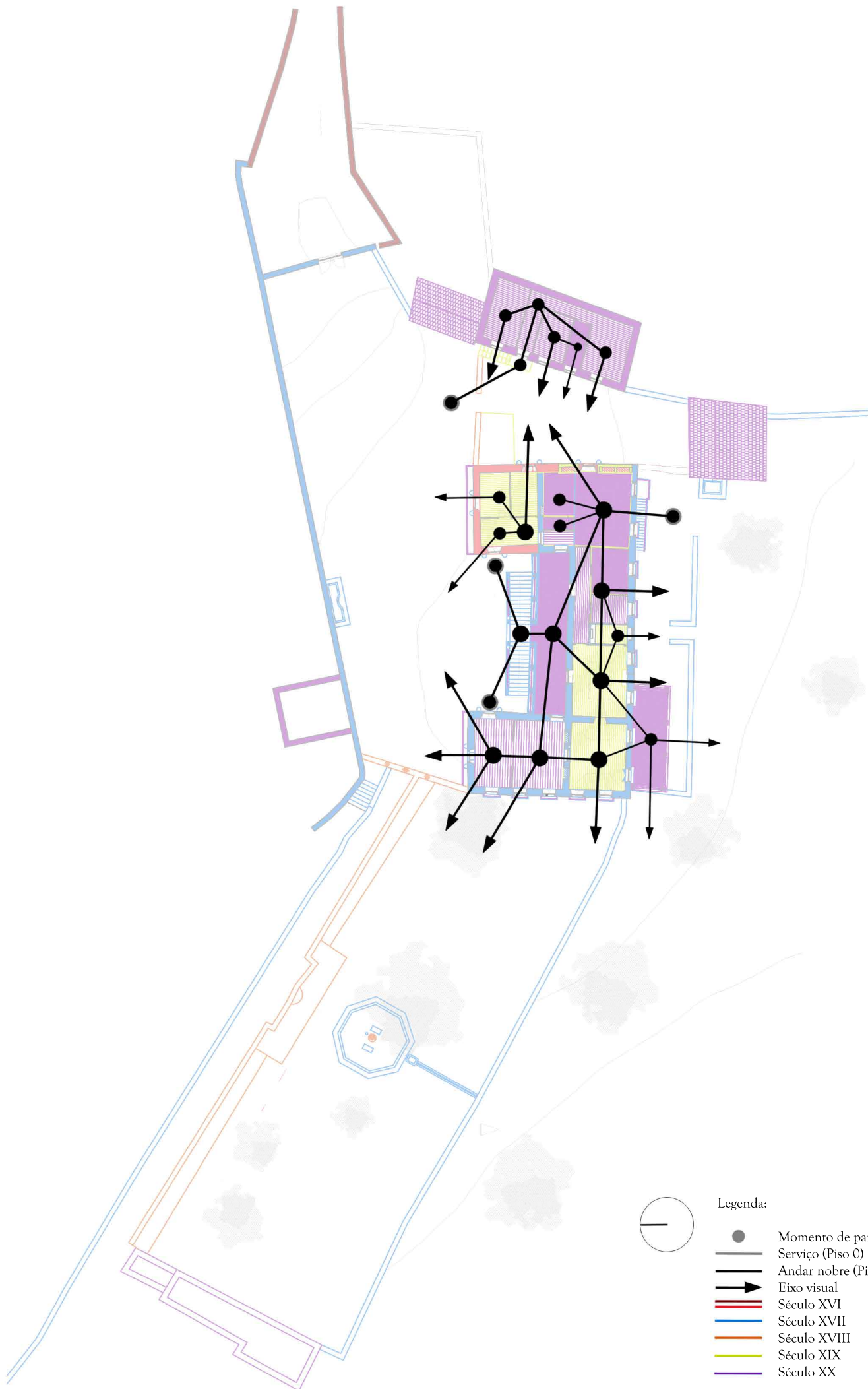
O tanque-chafariz é confrontado por um grande monumento com estátua de S. João Batista e fonte, elementos que configuram um novo eixo.^[Fig.37]

Mais uma vez deparamo-nos com a mesma intenção, já mencionada, de produzir um efeito teatral de chegada a outro momento, chamemos-lhe de ‘surpresa’, pela construção de um monumento no eixo transversal do jardim.

A construção de uma sequência espacial está muito patente na planta de piso térreo.^[Fig.38] Os espaços, originalmente de maior fluidez e liberdade espacial, foram sendo concebidos e pautados por uma hierarquia de percurso-momento-paragem. Esta lógica barroca organiza todos os espaços juntamente com a ideia de não revelarem de imediato o infinito ao observador, mas de ‘dividi-lo’ numa narrativa organizada de percurso, controlando visualmente o espaço e estruturando-o pela perceção ótica (usando também a perspetiva como instrumento de ilusão espacial).

Os diagramas apresentados nas *Figuras 38 e 39* são baseados numa planta síntese em que já aparecem espaços que não teriam a mesma configuração nos séculos XVII e XVIII. No entanto, e em suma, os gestos mais característicos mantêm-se, com as intenções claras de definir e delimitar os espaços: de chegada, com o portal abrasonado; de distribuição, com os muros, a casa e o portal tripartido no terreiro norte e no terreiro este; e de estar, com o jardim de aparato.

No que toca ao piso superior, correspondente ao andar nobre, constata-se a mesma montagem programática tendo em conta hierarquia de espaço. Este resulta tipologicamente como consequência deste conceito.



- Legenda:
- Momento de paragem ou inflexão
 - Serviço (Piso 0)
 - == Andar nobre (Piso 1)
 - ➔ Eixo visual
 - Século XVI
 - Século XVII
 - Século XVIII
 - Século XIX
 - Século XX

Fig. 39 [Diagrama] - Esc. 1:500
 Matriz de seqüência espacial da implantação - Piso 1

Os espaços interiores são intercomunicantes e quando a esta sequência se sobrepõem novas necessidades, conseqüentes a modos de habitar distintos, surgem novos espaços, como é o caso do terraço sul. Este terraço alpendrado construído em meados do século XX é um excelente exemplo da influência que a maneira de pensar uma casa pode ter numa intervenção futura. Este espaço, por sua vez, lança relações visuais com o exterior, originando novas relações físicas e visuais, com o piso térreo e com a paisagem. ^[Fig.39]

Outras transformações sucederam-se ao nível da divisão interior dos espaços, quando as condicionantes do modo de vida burguês do século XIX deram origem a um novo modelo de distribuição espacial e uma nova mentalidade que implicou uma separação concreta entre as zonas de serviço, dos criados, e as frequentadas pelos senhores. Desta forma, as marcas de um corredor que hoje se observam, não correspondem à organização primitiva do espaço, nem tão pouco corresponde as divisórias de pequenos quartos e casas de banho. Os espaços interiores funcionavam originalmente da forma que já explicitamos: intercomunicantes. Regra geral através de portas e arcos centralizados como vemos na *Figura 39*.

A tipologia de capela numa das laterais da casa, e que vemos perfeitamente aplicada em Vale de Flores e noutras casas do início do século XVIII, na Casa da Naia não é introduzida, tendo-se optado por algo mais peculiar: a colocação de um pequeno oratório ao centro da residência, marcado no alçado por um óculo oitavado. A relação axial e próxima com a capela de S. Gregório, no cimo do monte, e com a capela particular no vale da quinta, justificam a sobriedade na aplicação de mais um dispositivo religioso, expressões de piedade popular presentes neste período.

Como nos diz Carlos de Azevedo: “(...), a principal contribuição do século XVII é a casa de planta em U. (...) as plantas das casas começam acusando maior regularidade, desenvolvendo-se em comprimento, e a composição dos alçados caracteriza-se por grande simplicidade, repetindo, até, um tanto monotonamente as aberturas.”⁷⁹ Mais à frente, o mesmo autor afirma “que as casas do século XVII se caracterizam por uma grande sobriedade e que mantêm uma linha relativamente baixa (...)”.⁸⁰

É o que vemos nos alçados da Casa da Naia. A projeção do beiral e conseqüente dimensão produzida pela sua sombra transmitem esta linha relativamente baixa ao observador. Aqui pode-se constatar a preocupação pelo equilíbrio nas proporções e na simetria, comprovado também no rebatimento da altura dos corpos - 36 palmos (792cm) e

⁷⁹ Tipologia típica da arquitetura civil do século XVII. In Azevedo 1969: 55-56.

⁸⁰ Idem: 63.

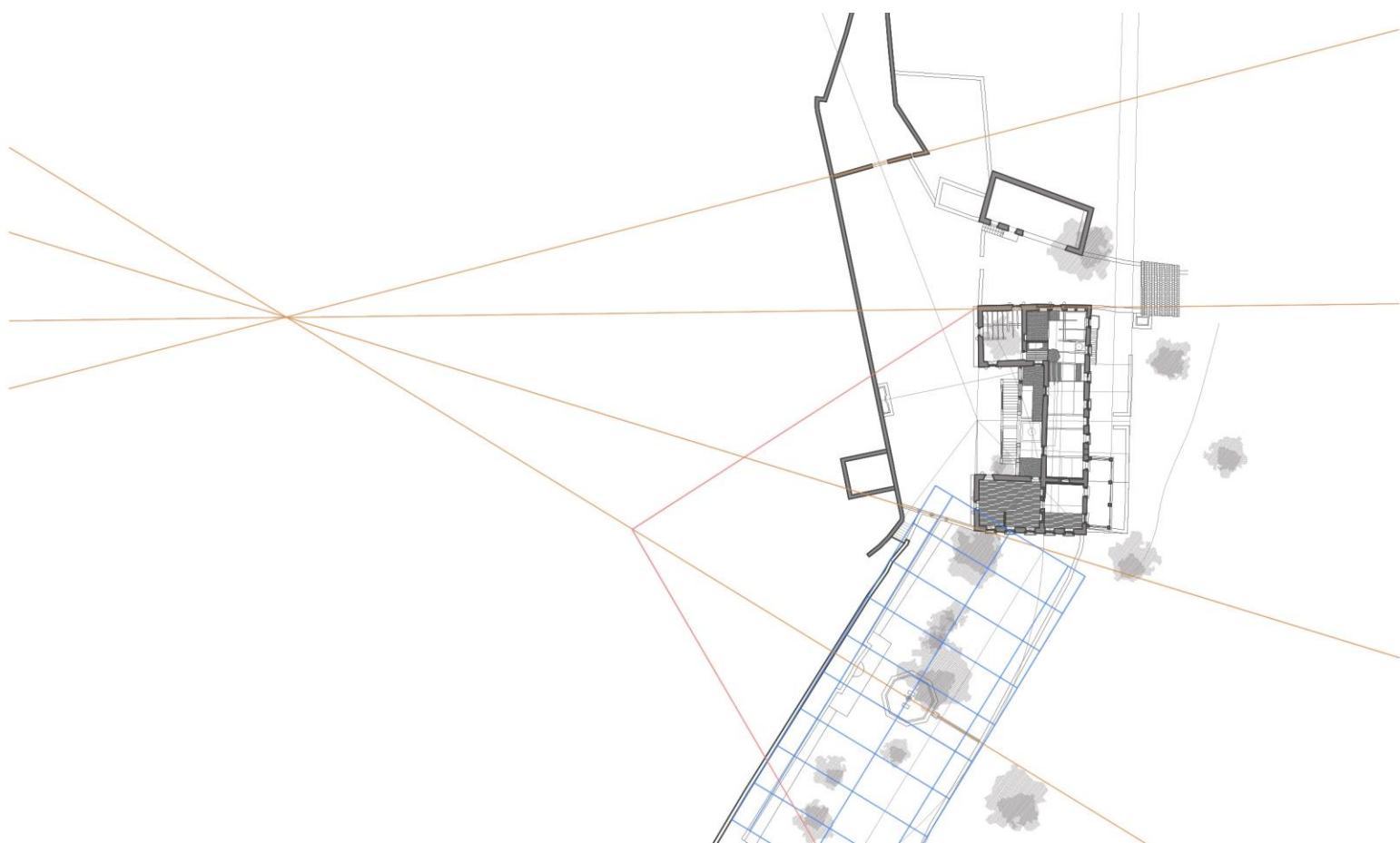


Fig. 40 [Esquema] Esc. 1:1000-N«-
Ponto de fuga nos alinhamentos da construção

garantido pelos pináculos piramidais. A chaminé do século XIX, construída com 14 *palmas* a partir do beiral, também parece inserir-se no ritmo modular do alçado.^[Fig.41]

Na Casa da Naia utilizou-se a unidade-base do *Palmo* (22cm), medida-padrão largamente utilizada desde a antiguidade, e em particular em Portugal com os seus múltiplos, fundamentalmente, o *Côvado* (33 cm) e a *Vara* (110cm). No alçado norte é possível medir o ritmo regulado pelas colunas de aproximadamente 3 côvados e meio (231cm).

Através de esboços, foram feitos estudos das proporções que a casa apresenta, onde se analisa a simetria dos espaços, especula-se e tenta-se dar justificação às matrizes modulares utilizadas, procura-se entender as assimetrias na composição e refletir nas malhas sobrepostas em planta e alçado, etc. De modo especial começam a colocar-se primeiras especulações acerca do corpo que contém as principais marcas de transformações e acrescentos, tendo por base os princípios modulares.

Os alinhamentos enviesados da construção sugerem na procura de possíveis coincidências em planta que tentem explicar algumas hesitações, mais ou menos fortuitas, nomeadamente a direção em que se coloca o portal do jardim, um pouco desfasada do resto da construção. A coincidência assinalada em planta, de um ponto de fuga para o centro do jardim, os portais e a casa, pode tratar-se do local ocupado pelo antigo caramanchão, nos terrenos a norte.^[Fig.40]

Ao observar o alçado norte e a simetria subjacente, constata-se a composição tripartida resultante do 'U', que é reiterada no alçado posterior pelo tratamento de uma abertura central diferenciada das restantes, tendo por baixo uma grande porta.^[Fig.39] Esta tripartição das fachadas está diretamente ligada a valores clássicos, tema frequentemente empregue na idade moderna, neste caso, mais assumido na frente da casa. A axialidade e simetria que a fachada sul apresenta é particularmente resultante, como já vimos, da intenção desta ser de representação.

Existe uma diferença clara em termos de tratamento entre os alçados norte/este e os sul/oeste: a orientação solar e um especial cuidado àquilo que são alçados de representação, ligados ao usufruto da paisagem e do jardim, justificam a abertura de vãos de forma mais sistemática, ainda que monótona e sóbria. Medindo a eixo dos vãos foi encontrada uma métrica de 18 palmos (396cm) na fachada sul, interrompida por 11 palmos (242cm) distribuídos pelos 3 vãos centrais (11+11); na fachada oeste, encontra-se um ritmo de 13 em 13 palmos (286cm).

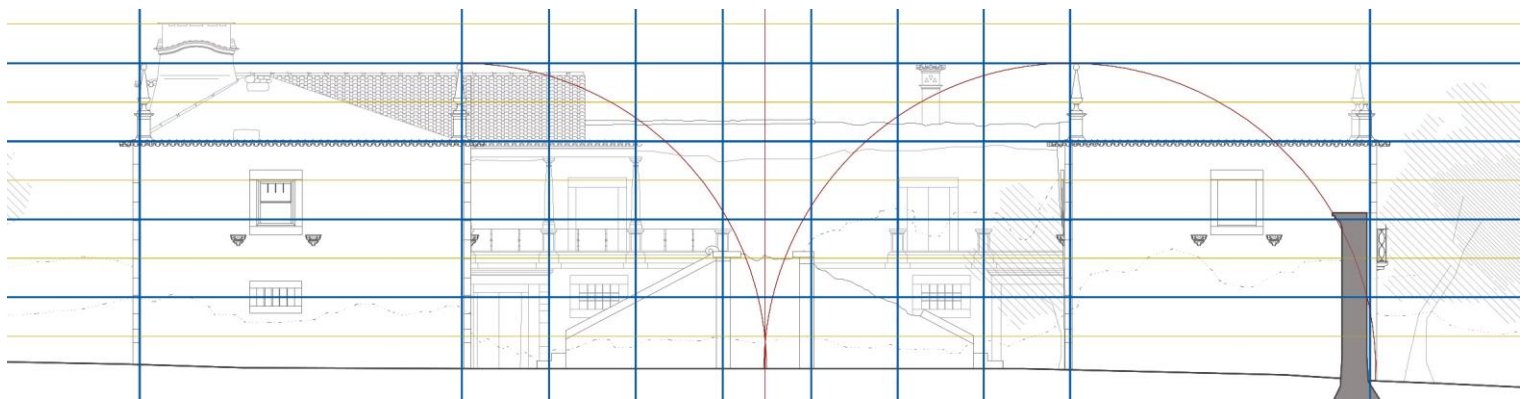


Fig. 41 [Esquema] Esc. 1:200
Matriz geométrica alçado norte

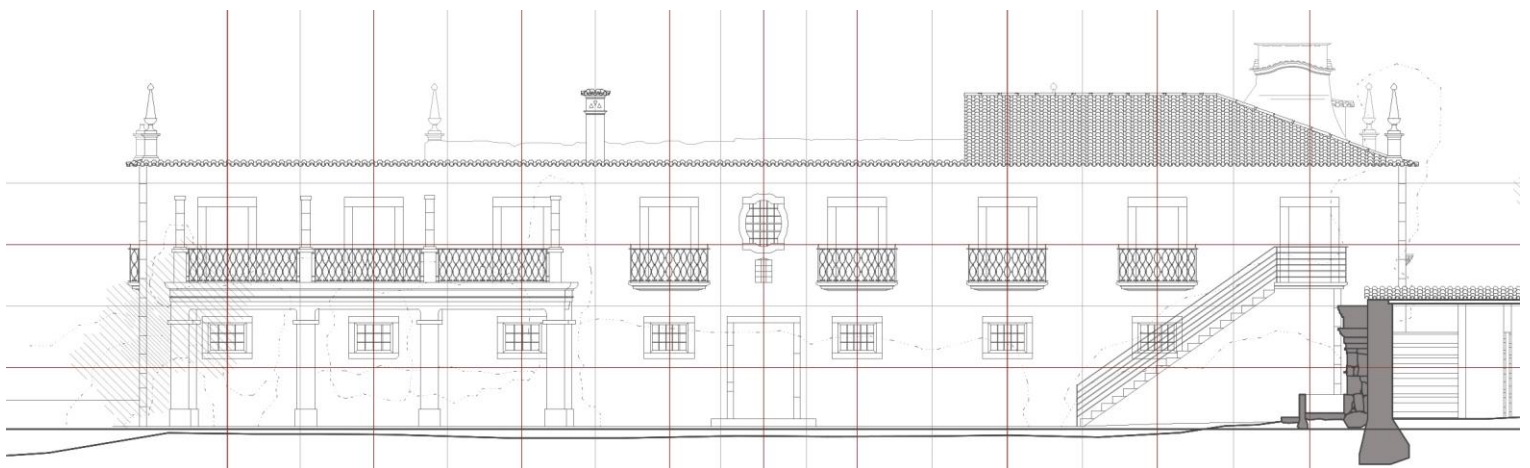


Fig. 42 [Esquema] Esc. 1:200
Matriz geométrica alçado sul

No que diz respeito à matriz geométrica que se pode sobrepor ao jardim, pode-se especular o desenho sobre uma malha rigorosa, repetindo transversalmente a distância entre os eixos das paredes do tanque oitavado (29 palmos) e espelhando longitudinalmente os muros que configuram o jardim. Os desenhos do buxo e dos canteiros fazendo percursos cruzados, hoje desaparecidos, podiam ter obedecido a esta matriz compositiva, pelo que conjecturamos um possível desenho em planta baseado em outros jardins, nomeadamente no do Palácio dos Biscainhos, e nos testemunhos do antigo caseiro, António Justino.^[Fig.44]

Pode-se supor que o desenho deveria respeitar também a disposição orientada dos elementos decorativos, (prolongando-se em direção ao infinito, tendência barroca)⁸¹ a assimetria do jardim e as marcas do sistema de rega em pedra que saem do tanque a eixo em direção ao pomar, rasgando percursos centrais mais largos que os percursos que os cruzam. Também se propõe que as direções dos percursos valorizem os eixos centrais do jardim e o topo do alçado oeste que contém o quarto principal e o acesso ao jardim, interior e pelo portal. Segundo Binney e Sapieha: “*Quanto aos jardins, considerados agora como um prolongamento formal dos palácios, traçam-se de forma a serem abarcados como um conjunto, vistos do andar nobre.*”⁸²

Posteriormente à conceção original do jardim, com tanque central, houve esta vontade de oferecer um plano de representação longitudinal ao jardim com um muro de linha baixa que integra monumento centralizado, aproveitando para destacar uma passagem de serviço para os campos a oeste independente do jardim, que se quis meramente decorativo por esta altura – finais do século XVIII.^[Fig.44] Deduz-se que foi neste período que também se levantou por fim o portal tripartido que ordena todo este programa decorativo e de serviço. Até então o jardim podia ser adivinhado desde a entrada da casa.

Estudou-se também a relação do eixo central do jardim com o corpo oeste que lhe faz frente, concluindo-se que se direciona precisamente para uma das entradas, marcada a vermelho na *Figura 43*.

Como vemos no esquema da *Figura 44*, o comprimento longitudinal do jardim adquire 9 módulos do tanque oitavado de 29 palmos, perfazendo o total de cerca de 26 palmos (572cm). Confirma-se, portanto, que a intenção de indicar esta porta, que nos abre um espaço de relação com o pátio central do ‘U’ (a outra dirige-se para a adega) foi, mais tarde, modificar a sua função de serviço/armazenamento para um espaço de estar/transição.

⁸¹ Azevedo 1969:75.

⁸² Binney 1987: 11.

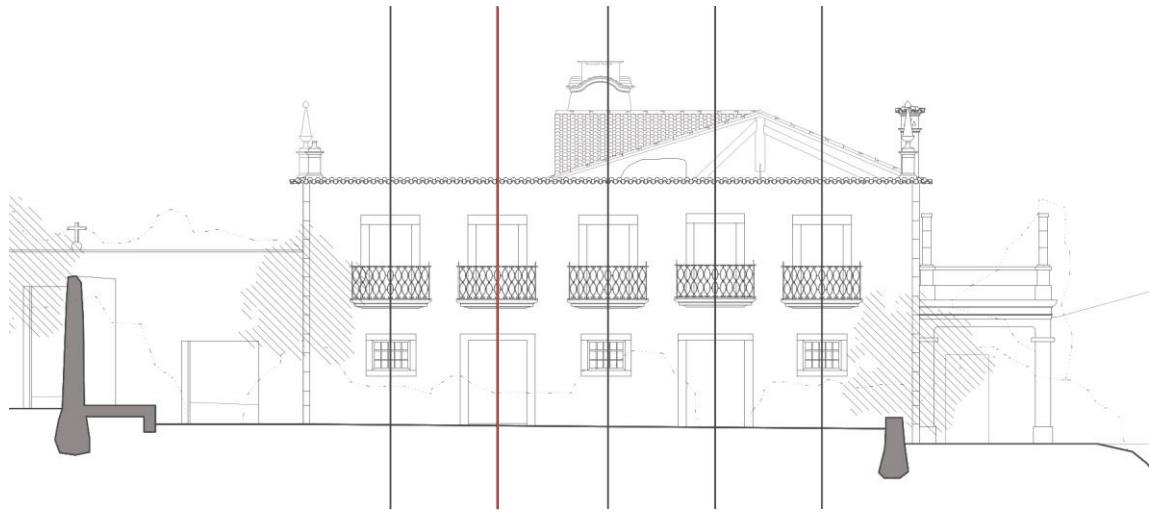


Fig. 43 [Esquema] Esc. 1:200
Repetição de vãos no alçado oeste

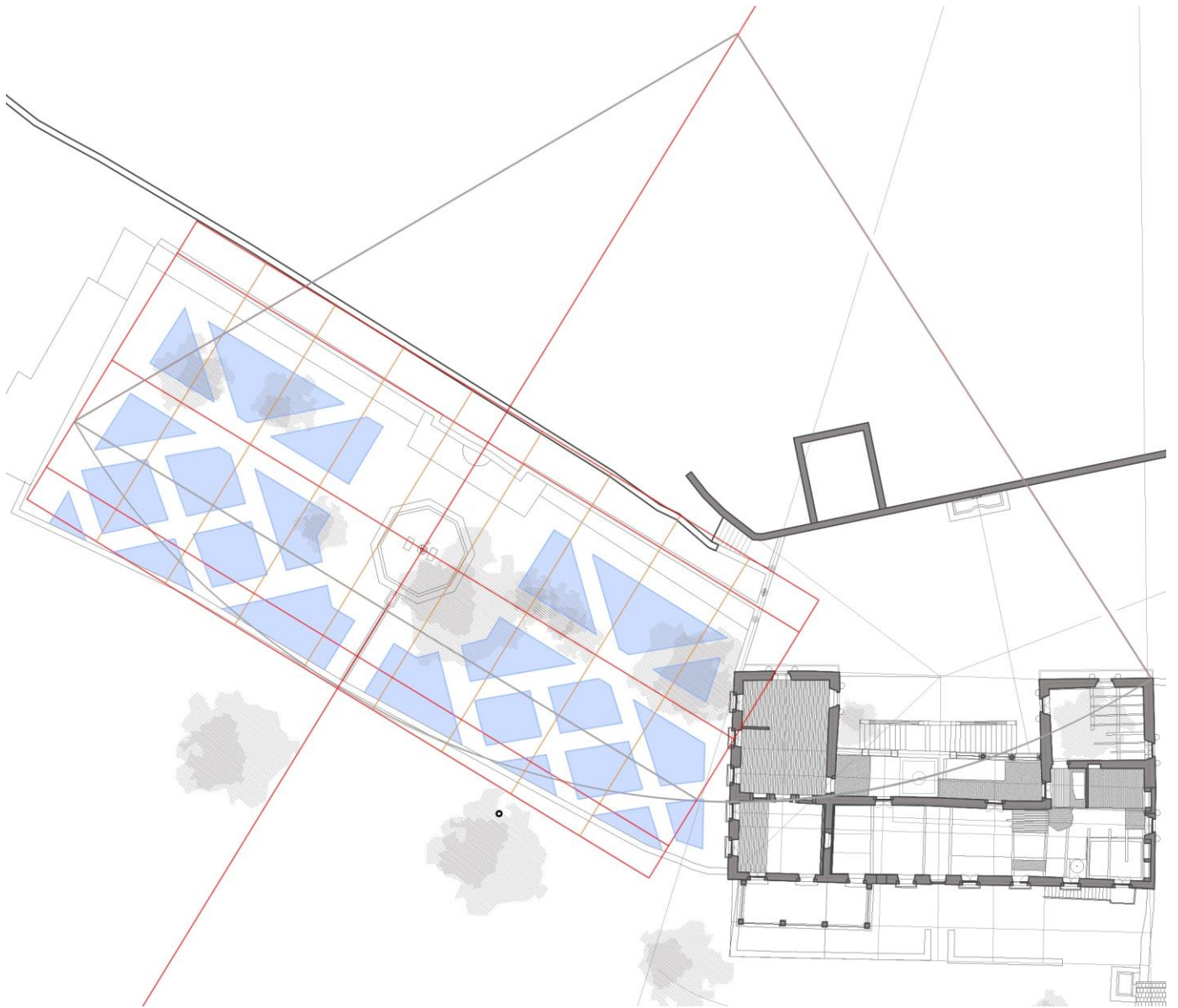


Fig. 44 [Esquema] Esc. 1:500
Matriz geométrica do jardim

Mais uma vez reflete-se na forma como as matrizes originais dos espaços podem servir de base, de modo natural, para os usos introduzidos no século XX.

Ainda na relação do jardim com a construção da casa em 'U', temos outra coincidência, desta vez mais fortuita, da direção e comprimento do jardim se tratar de um rebatimento do vértice nordeste da casa.

A análise da matriz geométrica da casa possibilita-nos tirar conclusões concetuais da forma como o espaço está pensado e organizado. Dividindo o 'U' pelo eixo central, constata-se que a metade oeste, mais rigorosa (uma vez desvinculada dos alinhamentos da construção pré-existente), forma um grande quadrado que se repete do outro lado, embora formalmente de modo menos exato, e que pode ser dissecado e organizado concetualmente.^[Fig.45]

Sobreposto à planta no eixo das paredes, a matriz concetual dos espaços divide-os em zonas interiores e exteriores, de estar e de distribuição, podendo-se concluir que: há três quadrados iguais correspondentes a três espaços nobres (quarto principal e dois salões); a largura da varanda alpendrada norte corresponde precisamente à largura do terraço sul; a largura da escadaria corresponde à largura entre a varanda e o muro, ambas no exterior; a parte central que contém o oratório comprova o fluxo transversal denotado pela centralidade das fachadas norte e sul, e que contraria a longitudinalidade do volume sul. Como tal, a matriz pode ser dividida em cores, como vemos no esquema da *Figura 46*, de modo a discriminar a relação concetual dos espaços e entender como estes se inter-relacionam.

Ainda neste esquema, parece existir o propósito de fazer convergir vários eixos de elementos – paramentos, muros e portal de entrada – para o centro do U, produzindo outro ponto de fuga em planta que se deve levar em consideração.

Descobriu-se também que o eixo das portas de acesso aos salões centrais da casa corresponde ao eixo entre vãos da fachada sul ou ao rebatimento da diagonal do retângulo configurado pelo salão e o alpendre.^[Fig.45]

Após este estudo, chega-se à conclusão que as relações geométricas entre a casa, os terreiros e o jardim, reiteram o sentido unitário de todo o conjunto.

A par da falta de rigor na sua matriz barroca, pouco erudita na regularidade do seu traçado, a casa sempre demonstrou um gosto regional nos seus elementos aquando as introduções de novos usos. O gesto do próprio 'U', embora seja uma novidade, aparece ainda bastante tímido, aproveitando as paredes e alinhamentos existentes, o material da região⁸³ e a relação com a topografia onde se implanta.

⁸³ Há notícia de haver uma grande pedra de granito na Naia de Cima, facto comprovado pela sua presença abundante na zona.

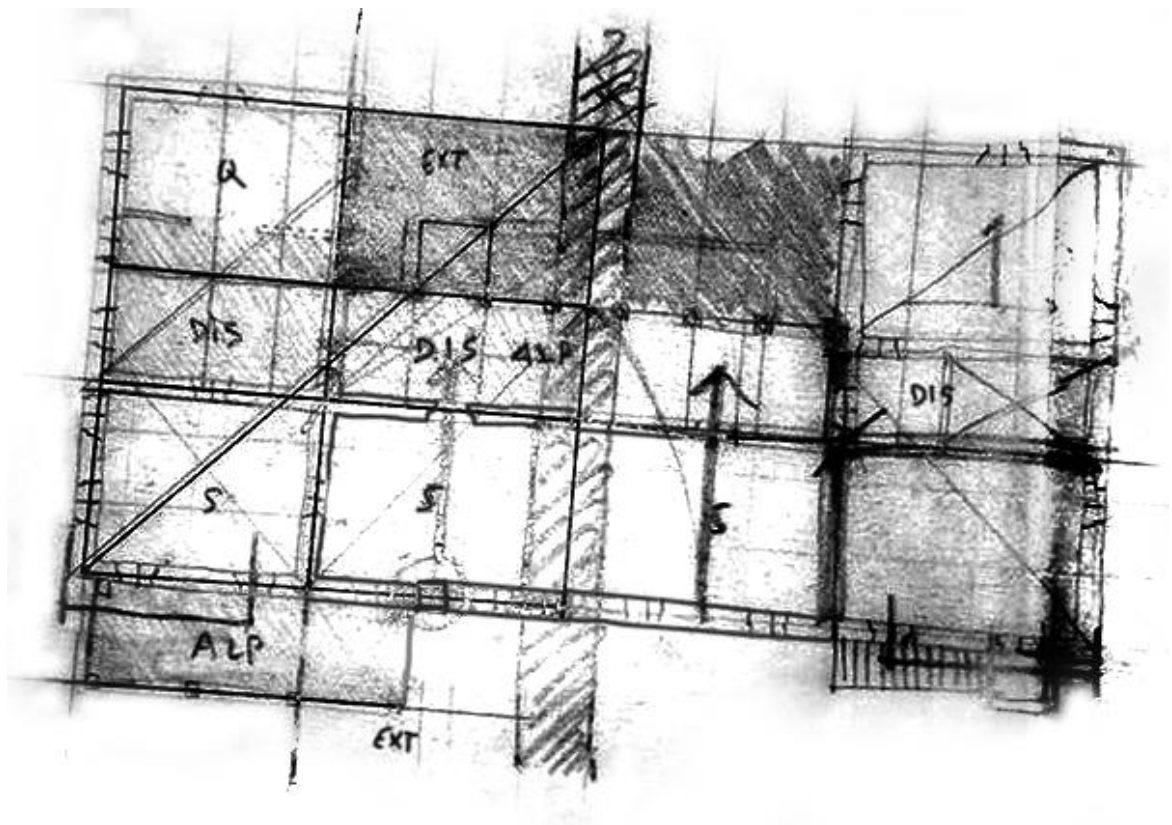


Fig. 45 [Esboço]
Estudo geométrico e conceitual

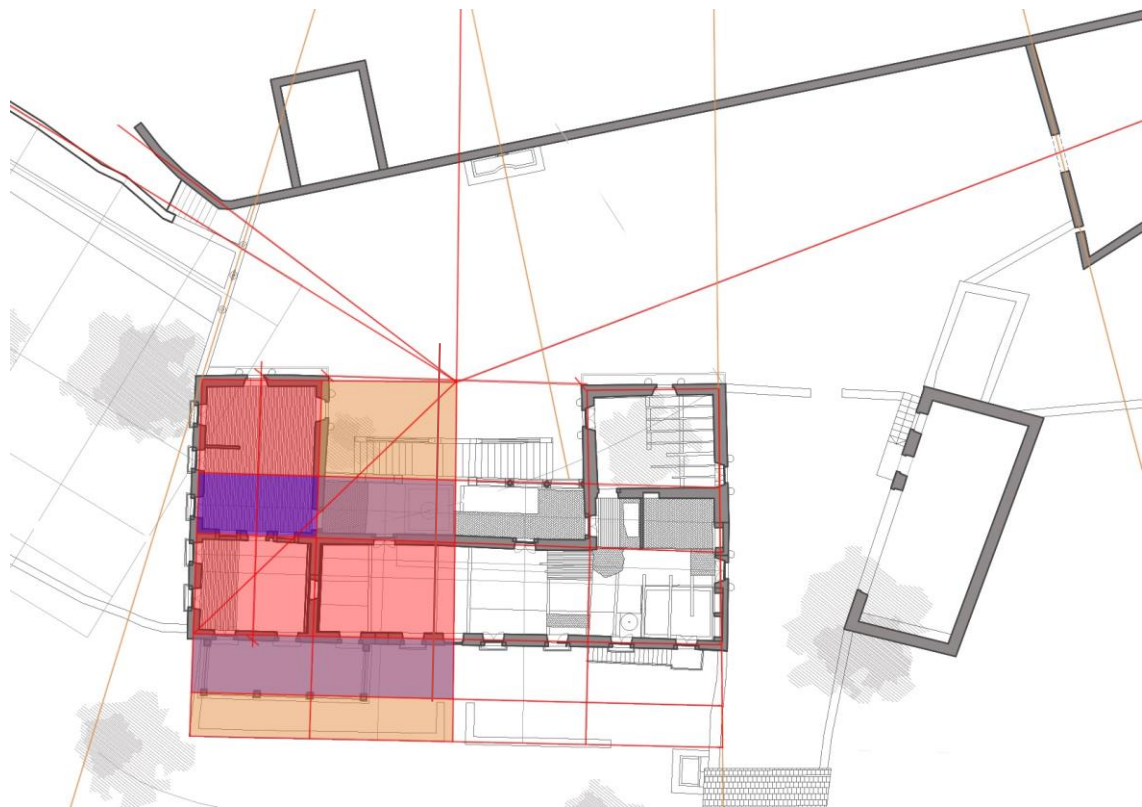


Fig. 46 [Esquema] Esc. 1:500
Matriz geométrica da casa

A opção pelo regionalismo também encontra motivos para que tenha sido um mestre da região o responsável pelo seu traçado original, especulação presente nos motivos do jardim que eram muito semelhantes aos da Fonte do Pelicano na Praça do Município, atribuída por Robert Smith (1970)⁸⁴ ao pedreiro bracarense Marceliano de Araújo, nomeadamente o menino sobre esfera que desapareceu.

A casa não terá tido sempre esta configuração em ‘U’. Já foi mencionado anteriormente um prazo que, além da capela de D. Gonçalo Pereira, faz menção a um “*casal*”⁸⁵ *por reparar na quinta da Naja de Cima*”.⁸⁶ Terá sido esta propriedade rural “*por reparar*” que terá servido de base à casa que hoje encontramos?

Esta possibilidade é apoiada pela deteção de diferentes aparelhos de pedra que evidenciam juntas relativas a acrescentos e transformações.^[Fig.48] Como é habitual neste tipo de casas, a sua evolução absorve as influências das diversas épocas que atravessava, e não surpreenderia se a atual casa, na verdade, tivesse sido o resultado da transformação de uma casa já existente, como exploraremos no capítulo das *Fases*.

⁸⁴ Smith 1970: 62. onde se lê: “Ainda mais evocadores do nosso escultor são as figuras das quatro bacias menores que compõem a grande fonte do Pelicano, porque representam outros meninos sentados sobre bolas ou esferas, alguns brincando com pássaros aquáticos.”

Livro pag. 62; Fig. 46 e Fig. 47 – Segundo o mesmo autor o chafariz do pelicano data de 1745-1751

⁸⁵ “Casal – Deriva-se da palavra latina Casa e em geral significa habitação. Dá-se porém particularmente este nome às casas de campo, que têm terras de lavoura e granjearia.” In Capela 2003: 38.

⁸⁶ ADB, Coleção Cronológica 1397, onde se lê: “Prazo que Vasco Domingues, administrador da capela de D. Gonçalo Pereira, faz da quinta de Naja de Cima, foneiro a dita Capela, por três anos, a Afonso de Fereiros, com a obrigação deste morar no dito casal e o reparar.”

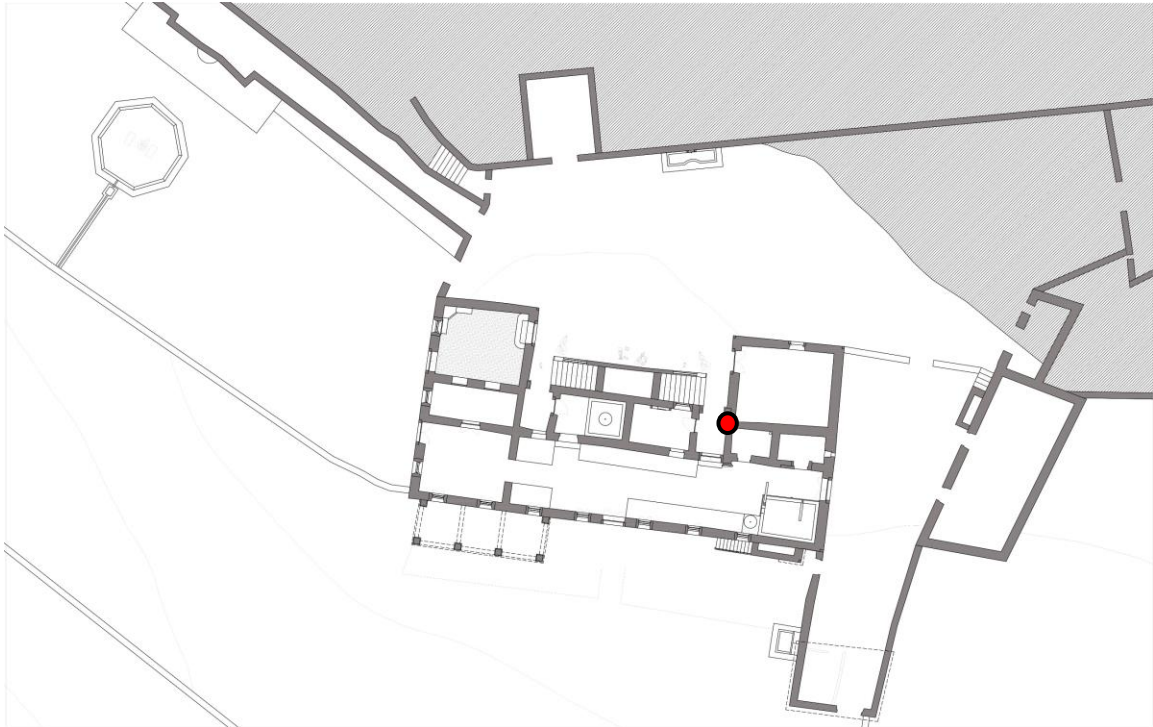


Fig. 47 [Planta de Localização]- Esc. 1:500
Marca de acrescento num dos acessos centrais à adega



Fig. 48 [Fotografia]
Marca de acrescento, 01.05.2016

Casos para comparação

A consulta de obras de referência obrigatória na área como “*Solares Portugueses*” de Carlos de Azevedo (1969) e “*Arquitetura Barroca em Portugal*” de José Fernandes Pereira (2ª edição de 1992) é de extrema importância para esta investigação. Apesar destes autores não fazerem referência à Casa da Naia, abordam obras de referência e reflexões que nos possibilitam traçar paralelismos e perceber matrizes comuns de organização.

Em meados do século XVII já tinha sido concretizado a expansão da cidade de Braga conforme o ideário de D. Diogo de Sousa. No entanto, no período da Restauração, conseqüente à libertação face à coroa espanhola que dominou o destino do país por mais de meio século, os desenvolvimentos da arquitetura encontravam-se prejudicados pela quebra de relações diplomáticas e comerciais. Nesta altura, Roma atingia o auge do Barroco e a coroa portuguesa iniciava uma progressiva atualização e abertura a modelos italianos com encomendas diretas a arquitetos italianos, legitimando o seu poder e imagem e promovendo novos arquitetos. Apesar de tudo, os círculos regionais serão dominados por engenheiros formados na tradição chã e mestres pedreiros.

As características que marcam este século de transição e de definição da arquitetura portuguesa, em particular da casa nobre – tendencialmente rural – são a reduzida experimentação formal e espacial⁸⁷ repetindo modelos passados (ex.: casa-torre). Contudo, é possível começar a identificar a presença de solares internacionais muito dominados por um renovado interesse pela monumentalidade (acentuada por harmonia, simetria e axialidade) e relações axiais (físicas ou visuais) plasmadas na abertura de varandas à paisagem, ordenamento de elementos ao longo de percursos, etc. São os primeiros passos do Barroco em Portugal, que se introduz lentamente por via da sobrevalorização das artes decorativas, combinado com o gosto tradicionalista que opta pelo funcionalismo espacial e pelo aspeto utilitário da construção.

Ao período entre meados de quinhentos e as primeiras décadas de setecentos, desenvolve-se também um clima de grande religiosidade, comprovado pela afluência de comunidades religiosas, organizadas em mosteiros, conventos e igrejas.

⁸⁷ Pereira 1992: 24.



Fig. 49 [Plantas] - Esc. 1:200
Casa da Naia (preto); Casa de Vale de Flores (vermelho, adaptado de Azevedo 1969: 59);
Palácio Galveias em Lisboa (verde, adaptado de Azevedo 1969: 58)

A Casa da Naia, porém, coloca-se nas linhas (ainda que timidamente) da assimilação de novos valores, adotando a regularidade numa planta de influência francesa em ‘U’ aberto e de escala equilibrada. Decerto não com o rigor que vemos na Casa de Vale de Flores, também na mesma cidade e da mesma época. Na Casa de Vale de Flores o ‘U’ é ‘fechado’, ou seja, conforma um pátio de honra e dispensa a relação interior/exterior que esta solução potencia⁸⁸. Esta matriz também se revela na estrutura da Casa da Naia, na aplicação do modelo abstrato, de um modo mais vinculado à circunstância da sua implantação. Um exemplo a sul, também com a mesma tipologia e que se pode apontar para comparação da planta, embora de outras proporções, é o Palácio Galveias.^[Fig.49]

A Casa Vale de Flores ou Casa de Infias, dos irmãos Roby, é uma casa setecentista (tem sido atribuída erradamente aos finais de seiscentos), situada no nordeste de Braga, é um exemplo de proveitosa relação com o nosso caso de estudo. Citada em *Solares Portugueses* como “*exemplo perfeito da casa nobre seiscentista*”, Carlos de Azevedo descreve-a, à semelhança do nosso caso de estudo: “(...) *a simples mas bem lançada escadaria de dois lados opostos, (...) na qual a decoração em esferas é ainda reminiscente da arte renascentista mas adoptando já no arranque do corrimão uma voluta que vai ser cada vez mais utilizada na arte barroca.*”⁸⁹ Para além da escada, podemos apontar semelhanças a nível da matriz de organização espacial, da sobriedade, regularidade e axialidade da fachada, a par do formulário construtivo como os pináculos piramidais coroados por esferas ou as pilastras presentes no portal com brasão. Conjuga elementos clássicos na sua fachada e integra a Capela N.ª S.ª do Pilar num dos corpos laterais, com inscrição de 1687.^[Figs.52 e 53]

Recentemente, uma publicação da autoria de Eduardo Pires de Oliveira (2014) esclareceu algumas imprecisões históricas no que toca à “*tipologia da casa nobre com planta em U*”. Servindo-se da análise de documentação primária sobre a Capela da Casa de Infias o historiador comprovou que a inscrição de 1687 está historicamente incorreta: a capela foi iniciada no ano anterior, deixada sem cobertura, e apenas décadas mais tarde foi terminada, acoplando-se o resto da casa em ‘U’ que perpetua a linguagem seiscentista da capela. Apesar disto, vence o facto de ser um exemplo de construção “*orgânica*”⁹⁰ que se nos chega praticamente incólume.⁹¹

⁸⁸ Op. cit.: 171.

⁸⁹ Azevedo 1969: 60.

⁹⁰ Entenda-se por “construção orgânica” uma construção resultante de corpos que lhe foram sendo acrescentados em várias épocas e que, por isso, não apresentam a sua tipologia original.

⁹¹ Oliveira 2014: 153-176. Ainda nesta publicação, Paço Arquiepiscopal de Braga: outro exemplo de organicidade na construção que culmina em ‘U’, apesar de pertencer ao âmbito da arquitetura civil.



Fig. 50, 51 e 52 [Fotografias]

Portais: *Casa da Naia*, 1973 (ad. de DGPC); *Casa da Orge e Casa dos Roby*, 02.05.2016; *Casa de Vale de Flores* (ad. de A.M.L.)



Fig. 53 [Fotografia]

Casa de Vale de Flores (adaptado de Oliveira 2014: 175)



Fig. 54 e 55 [Fotografias]

Fachadas: *Casa da Naia* (adaptado de vistoria da CMB à Casa da Naia, 1991); *Casa dos Roby*, 02.05.2016



Fig. 56 [Fotografia]

Casa da Orge, 2007 (adaptado de forum.bracaræ.com)



Fig. 57 [Fotografia]

Portal da Casa da Madre de Deus, 02.05.2016

Mais perto, no seguimento da via medieval que passava pela Naia, a Casa da Madre Deus da família Falcão Cota, também seguindo a tipologia de ‘U’ fechado, é uma casa que “deverá remontar ao ano de 1669” digna de comparação com a Casa da Naia, também pela proximidade espacial e temporal. Contudo, depois do projeto de Augusto Stamm (1886) foi muito modificada, tendo deixado de refletir a sua estrutura seiscentista para albergar um colégio – Colégio dos Órfãos de S. Caetano.⁹² A entrada dá-se com uma torção do eixo da via principal e a fachada posterior é tratada regularmente dominando a zona agrícola envolvente, como na Naia, como fachada de representação para quem a observa à grande distância. A sua proximidade leva-nos também à indagação da possibilidade de contaminação sob modelos semelhantes.^[Fig.57]

Mesmo ao lado desta, encontrava-se a Casa da Orge, em ‘L’, que embora possuindo “documentação desde 1688” é “datável dos finais do primeiro quartel do século XVIII”⁹³. Em 2007 foi demolida na procura da urbanização da propriedade, conservando-se a memória da fachada principal que foi trasladada para jardim do lado oposto da rua. Ornamentos como pináculos piramidais, merlões e varandins, são algumas das características seiscentistas também presentes na Casa da Naia.^[Fig.56]

Outro edifício seiscentista a merecer destaque é a Casa dos Roby. Bastante alterado e atualmente sede de uma instituição (Congregação Religiosa das Irmãs da Visitação), o Mosteiro da Visitação é um complexo de edifícios que se agregaram ao antigo solar, tendo sido preservada a antiga fachada principal, o claustro e o muro com portal encimado pelo brasão dos Roby. A axialidade da fachada, a repetição dos vãos e a linha baixa do alçado, são semelhantes ao nosso caso de estudo.^[Fig.51 e Fig.55]

Vizinho ao Arco da Porta Nova ergue-se o Palácio dos Biscainhos, atualmente tutelado pela D.R.C.N. como museu.^[Fig.58] Este Palácio, outrora inserido num ambiente periurbano com o seu imponente jardim de meados do século XVIII, é um verdadeiro exemplar do barroco português e um ótimo caso de comparação com a Casa da Naia. Muitos elementos fazem lembrar a Casa da Naia, mas todo o conjunto é bastante mais diversificado e orgânico na sua morfologia, com elementos de várias épocas e estilos. Além de ser considerado um dos jardins que melhor ensinam o gosto daquela época, naturalmente que,

⁹² Ver Colégio dos Órfãos S. Caetano in: Junta de Freguesia de Maximinos, *Maximinos: Monografia*, s.d., p.5, 6 e 11 <http://media.wix.com/ugd/9e86b2_243f42690b5343929e288622cfc626dd.pdf> Acesso em 6 de maio de 2016

⁹³ Idem.



Fig. 58 [Fotografia]
Palácio dos Biscainhos (adaptado de culturainorte.pt)



Fig. 59 [Planta]
Jardim dos Biscainhos (adaptado de Azevedo 1969:77)

pela proximidade que mantém com o nosso caso de estudo, poderá ter sido alvo para inspirações e trocas de ideias para o jardim da Naia, com os devidos ajustes de escala. O jardim é lançado em vários patamares a partir do eixo central do palácio e cada patamar é marcado centralmente por um tanque ou chafariz, sendo que a água é um elemento lúdico e de relevo na arte dos jardins, dirigindo em seguida o percurso em múltiplas direções, marcadas também por fontes, esculturas, monumentos, à semelhança do jardim da Casa da Naia.^[Fig.59]

A Casa de Mateus, por sua vez, é um palácio do século XVIII atribuído a Nicolau Nasoni, e que tem sido afirmado como o exemplo mais significativo da arquitetura portuguesa barroca. Tanto na Naia como em Mateus o alçado maior é virado para o vale agrícola a sul, usando o piso térreo para os serviços, 'lançando' varandas e abrindo o alçado lateral à paisagem.

Externo à área geográfica do nosso caso de estudo, a Casa de Calhariz em Sesimbra é outro exemplo que permite estabelecer comparações a nível formal e espacial. Seiscentista e de planta em 'U', possui uma chegada com ligeira torção do eixo visual, e um terreiro que serve de receção ao 'U', como na Naia. À semelhança da Casa de Mateus e do nosso caso de estudo, os construtores aproveitaram uma das fachadas para fazer o acesso ao jardim.

No que toca também à implantação e relações com a envolvente, na tipologia de casa nobre com quinta agrícola, foi possível encontrar diversos exemplos comparativos nos arredores de Braga, traçando vários raios de distância em relação à Sé (centro histórico), onde a própria Quinta da Naia também se insere.

Assinalamos 8 quintas que, pela sua implantação, remetem para uma intencionalidade coincidente à verificada na Quinta da Naia, incluindo os casos já mencionados da Casa de Vale de Flores, Casa da Madre de Deus e Casa dos Irmãos Roby. No esquema síntese da *Figura 60* procuramos sobrepor a mesma matriz de análise verificada na Casa da Naia nas restantes quintas, concluindo-se que o raio de cerca de 300m⁹⁴ repete-se na maioria das quintas, relacionando-se com as estruturas do território, nomeadamente com a estrutura viária, correspondendo também ao raio do centro histórico da cidade (muralla medieval). Também se constata que o eixo que as casas conformam é, regra geral, perpendicular à via de acesso, e que as quintas estão distribuídas partilhando raios de

⁹⁴ Raio já analisado no capítulo *Implantação, Aproximação e Matriz Tipológica*.

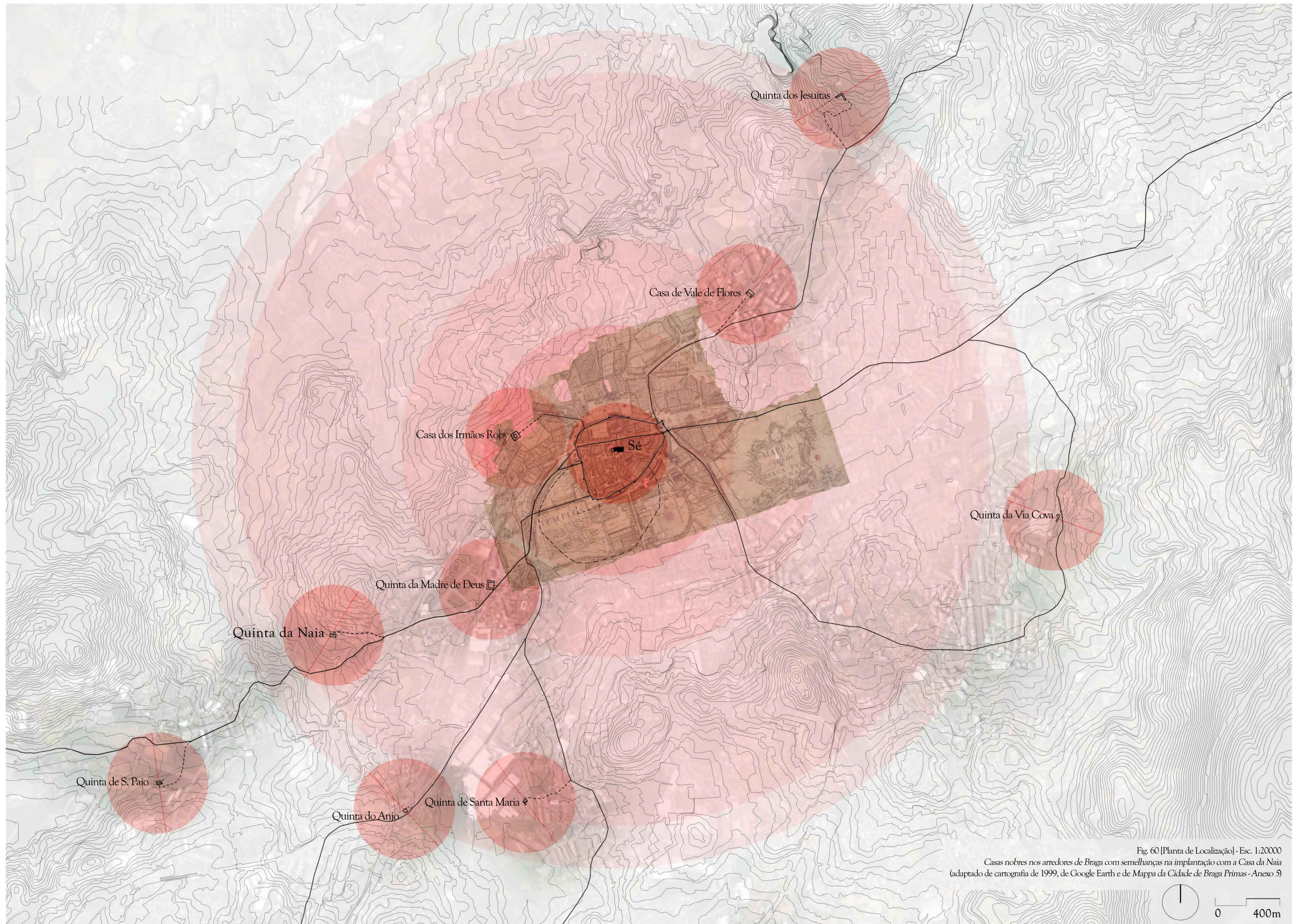


Fig. 60 [Planta de Localização] - Esc. 1:20000
Casas nobres nos arredores de Braga com semelhanças na implantação com a Casa da Naia
(adaptado de cartografia de 1999, de Google Earth e de Mappa da Cidade de Braga Primas - Anexo 5)

distância em relação ao centro (Sé) de cerca de 1,5Km - Casa dos Irmãos Roby; 2,5Km - Quinta da Madre de Deus e Vale de Flores; 4,5Km - Quinta da Naia e Quinta de Santa Maria; 5Km - Quinta dos Jesuítas, Quinta da Via Cova e Quinta do Anjo; e finalmente, um pouco mais afastada, a cerca de 6,5Km, a Quinta de S. Paio.

Partilhando praticamente o mesmo raio (cerca de 5Km do centro) encontra-se a Quinta de S. Paio em Sequeira, a Quinta do Anjo S. Miguel em Ferreiros (ambas setecentistas) e a Quinta de Santa Maria em Lomar (sem data):

A Casa de S. Paio em Sequeira, logo a sul da Quinta da Naia, é uma casa nobre barroca circunscrita num muro (com portal) que une dois corpos em 'U' e onde se acopla lateralmente uma capela em honra deste santo. É possível ainda verificar alguns usos da antiga quinta, nomeadamente no pátio do 'U', com acessos e tanque, bem como alguns dos socalcos que organizam a topografia e permitiam, outrora, otimizar condições produtivas da quinta. A casa contém ainda proporções dos seus corpos e de elementos decorativos bastante análogos aos presentes no caso de estudo.^[Figs.61 e 62]

A entrada da casa da Quinta do Anjo faz-se por um simples portal infletindo depois o eixo para a entrada ou continuando para um enorme jardim e quinta agrícola. Tem também paralelismos a nível morfológico com a Casa da Naia, como colunelos, escadarias, pináculos, apesar de aparentar ser mais tardia.^[Fig.64]

A Casa da Quinta de Santa Maria apresenta um gosto simples e vernacular, nomeadamente na sua fachada principal, que nos permite imaginar como seria a Casa da Naia antes das alterações que conformaram a sua organização em 'U'. A quinta desenvolve-se na encosta de um pequeno monte. O primeiro piso contém uma fresta horizontal muito semelhante à que existe no alçado este da Casa da Naia, correspondente à casa pré-existente.^[Fig.63]

Já a antiga Casa da Quinta dos Jesuítas situa-se na encosta do monte antigamente chamado Calvelo que definia, desde há muitos séculos, o limite norte da cidade, no lugar do atual Convento de Montariol pertencente aos franciscanos. Este antigo morgado, comprado em 1562 pelos jesuítas, implanta-se de modo semelhante à Casa da Naia. A antiga casa de campo do século XVII poderia ter tido uma configuração em 'L' ou em 'U', restando desta época o portal com a inscrição de 1698 ^[Fig.65] e talvez as japoneiras do jardim.⁹⁵

⁹⁵ Baseado em: < <http://bragamonumental2.blogs.sapo.pt/37224.htm> > (Acesso em 24 de Setembro de 2016)



Fig. 61 e 62 [Fotografias]
 Casa e Capela de S. Paio (adaptado de Google Earth)



Fig. 63 [Fotografia]
 Casa da Quinta de Santa Maria (adaptado de Google Earth)



Fig. 64 [Fotografia]
 Casa da Quinta do Anjo (adaptado de www.casaesol.com)



Fig. 65 [Fotografia]
 Portal da Quinta dos Jesuítas (adaptado de Google Earth)



Fig. 66 [Fotografia]
 Casa na rua da Via Cova - Lamações (adaptado de Google Earth)

Foi selecionada ainda uma quinta a este da cidade (*Quinta da Via Cova*) na encosta do monte do Bom Jesus, cuja casa possui semelhanças na implantação e na aproximação com a Casa da Naia. Apesar da ausência de informação, da sua época e até mesmo até do seu nome, foi considerada nesta análise, aparentando ser oitocentista; chamaremos *Casa da Quinta da Via Cova* a esta quinta em Lamações, por se situar à face da *Rua da Via Cova*. A casa em 'L' demonstra diversas semelhanças a nível morfológico e formal com a Casa da Naia, nas suas fachadas de linguagem barroca, linha baixa e simetria.^[Fig.66] Exibe a fachada de acesso para norte com escadaria de lanços convergentes, tal como na Naia, abrindo a fachada representativa posteriormente para os campos agrícolas e para a sua perceção desde o vale. Já bastante arruinada e desfigurada toda a sua envolvente, é mais um caso merecedor de atenção, de estudo e de uma urgente intervenção.

Prólogo às Fases

Depois de um registo detalhado daquilo que se conserva a Quinta da Naia até aos dias de hoje, é necessário analisar e especular sobre a forma como esta evoluiu, bem como sobre as circunstâncias em que se deram as transformações construtivas detetadas, de modo a compreender e valorizar este monumento e informar um futuro projeto de intervenção. Esta importância é também reforçada pela carência de documentação referente às obras que se levaram a cabo ao longo do tempo.

Torna-se fundamental assinalar as deduções, mostrar as dúvidas e demonstrar as certezas, criando uma base sustentada numa leitura arquitetónica e arqueológica do construído em paralelo com as informações já reunidas no levantamento gráfico. Deste modo, será acrescentado um maior conhecimento científico à investigação, valorizando o objeto também de um ponto de vista patrimonial.

O objetivo desta divisão faseada é reconstituir a matriz de organização espacial da casa, de modo a entender a lógica do traçado de cada período. Através de esquemas a partir do levantamento gráfico pretende-se identificar se há indícios que sustentem transformações^[Fig.67], bem como erguer novas suposições de como poderá ter evoluído, partindo de princípios formais como a geometria, métrica de alçados, espessura das paredes, etc.

Procedeu-se então à análise estratigráfica através da observação *in situ*, onde se identificou o palimpsesto, ou seja, as diversas camadas do construído, sobretudo depois, já sobre o levantamento gráfico. Não foi possível avançar de forma consistente ou conclusiva com este método não-destrutivo, devido à falta de suporte bibliográfico, possuindo um fio condutor essencialmente especulativo. Observou-se a estereotomia das zonas menos estucadas, detalhes arquitetónicos, ligações de paredes, costuras, e, dentro do possível, foram sendo relacionados estes dados com as fontes documentais.

As fases reconstituem a casa cronológica e sequencialmente desde um estado anterior à casa em 'U' até ao auge que a quinta atingiu no século XX com a introdução de novos usos do espaço. Estes tiveram, por sua vez, implicações nos espaços interiores e exteriores, cuja identificação é importante expor para fundamentar a interpretação da casa.



Fig. 67 [Fotografia]
Identificação de transformações no alçado este

Por conseguinte, foram criadas três fases distintas na evolução da casa e seus espaços envolventes, tendo em conta a montagem programática e a hierarquia espacial que caracteriza a sua implantação. A Fase 0 corresponde a hipóteses de transformação anteriores à casa em 'U' (até aos finais do século XVII); a Fase 1 incide na fundação da casa atual e elementos contíguos na viragem para o século XVIII e até meados deste século; a Fase 2 regista as reformas que se deram até ao século XIX e durante o mesmo, nomeadamente no interior da habitação; por último, a Fase 3 apresenta o século XX, com as inovações que se deram a nível programático, originando novos espaços.

Entende-se que esta divisão ajuda a estabelecer melhor a morfologia e o palimpsesto do conjunto edificado de forma sintética e eficaz.

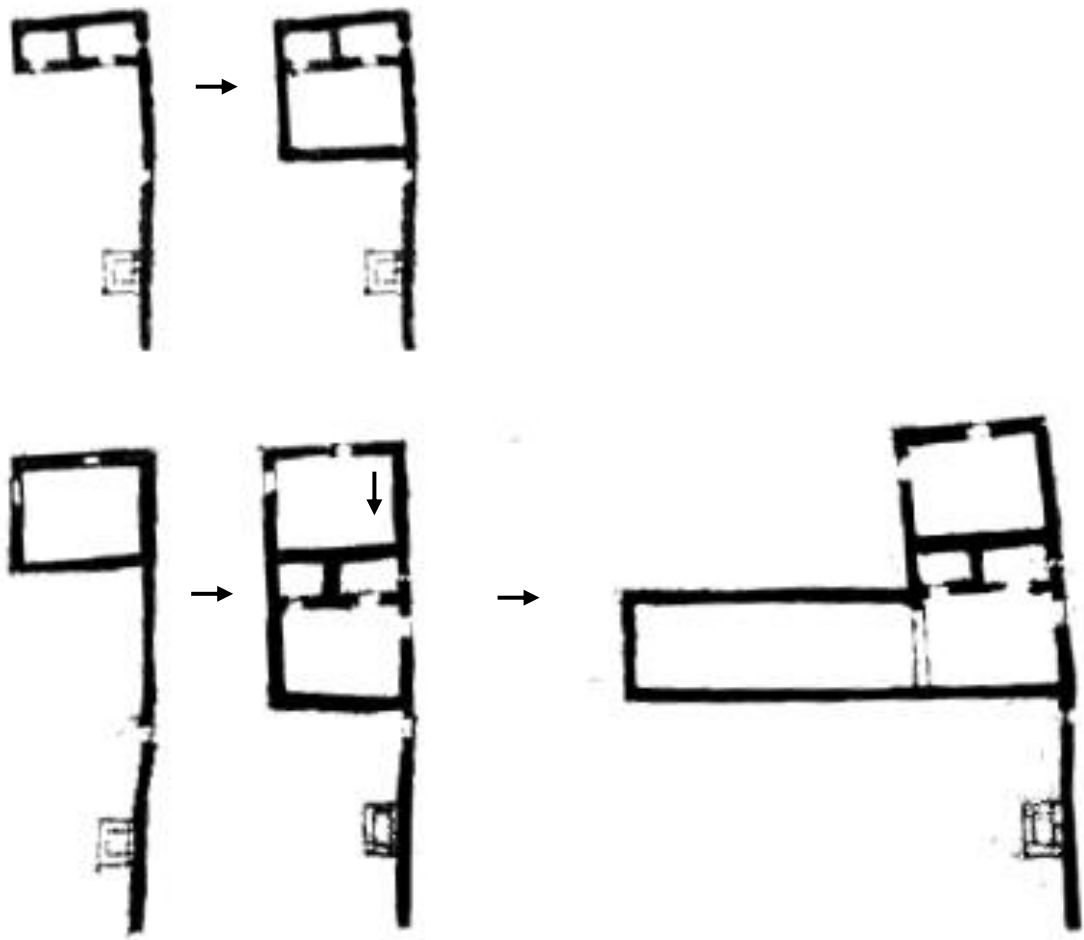


Fig. 68 [Esboço]-sem escala
Proposta de evolução construtiva

Fase 0

Como já vimos na Casa de Infias, e podemos constatar em tantas outras casas desta época, a construção que hoje vemos, aparentemente e tipologicamente coesa e de grande unidade, pode, afinal, resultar da sedimentação de transformações, acrescentos e demolições.

Esta fase é a que tem carácter mais exploratório, com escassos dados e pouco exatos na legitimação de morfologias da sua construção. Não se sabe ao certo desde quando é que o local onde a casa está implantada recebeu a primeira construção, ou dos seus impulsos construtivos. Sabemos apenas que a fonte a sul da casa contém uma inscrição do ano de 1689 e que antes desta data apenas nos aparece um documento que refere a reparação de um “*casal*” na Naia de Cima, e que tão pouco sabemos ao certo se se trata deste preciso local, ou de um outro, e de que tipo e dimensão.

Todavia, destacam-se marcas de uma construção, aparentemente primitiva, sinalizada pela alegada marca vertical, que não se repete do outro lado do ‘U’, e que corresponde a um acrescento na parede oeste do corpo este, ao que parece tratar-se de dois cunhais em cantaria: um do corpo do celeiro e o outro do corpo de armazenamento da adega.^[Fig.69] Resta-nos entender qual destas paredes corresponderia ao acrescento. No piso superior não foi possível detetar a marca coincidente, pois atualmente a fachada encontra-se rebocada, impossibilitando esta leitura. A variação da relação angular no pano de alvenaria do alçado este, ajudou a suportar a existência da mesma marca deste lado, impercetível nas fotografias.

As conjeturas que podem ser lançadas são informadas ainda por elementos como: a pequena fresta horizontal do alçado este, diferente de todos os outros vãos, e que ventila o espaço de armazenamento; uma parede saliente a este espaço de armazenamento, sugerindo que possa ter havido ali uma continuidade com a parede sul da adega; e a irregularidade da planta deste tramo este.

A suposição de que a pré-existência corresponde ao volume do celeiro explicaria a sua autonomia formal e estrutural em relação ao resto da casa, bem como a expressão artística diferenciada pela presença da janela com conversadeiras no primeiro piso. Podia ser perfeitamente uma habitação. Também é o único corpo que apresenta silhares desconectados dos panos de parede, salientes, nomeadamente nos seus paramentos norte e

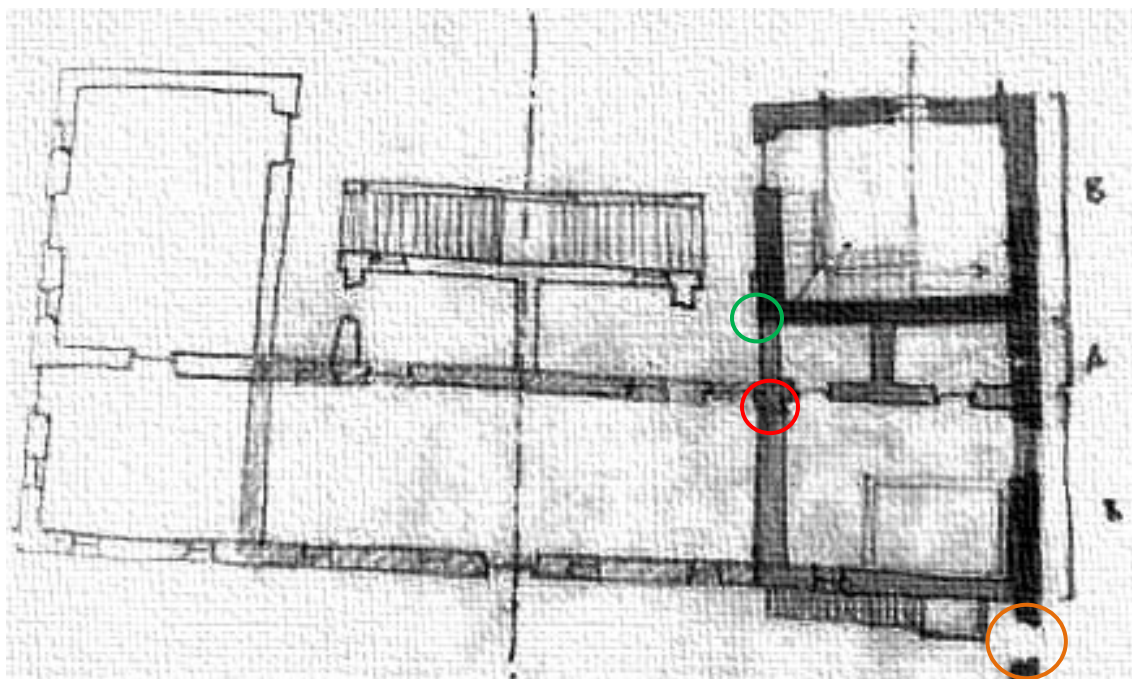


Fig. 69 [Esboço]-sem escala
Evolução construtiva tendo em conta marcas na construção - Fase 0 (verde - marca de acrescento; vermelho - sapata; laranja - porta no muro)

sul (pelo o exterior). Também podemos pensar na possibilidade desta casa poder ter sido conectada a uma outra, de cariz vernacular, correspondente atualmente à zona Este da adega que contém o lagar.

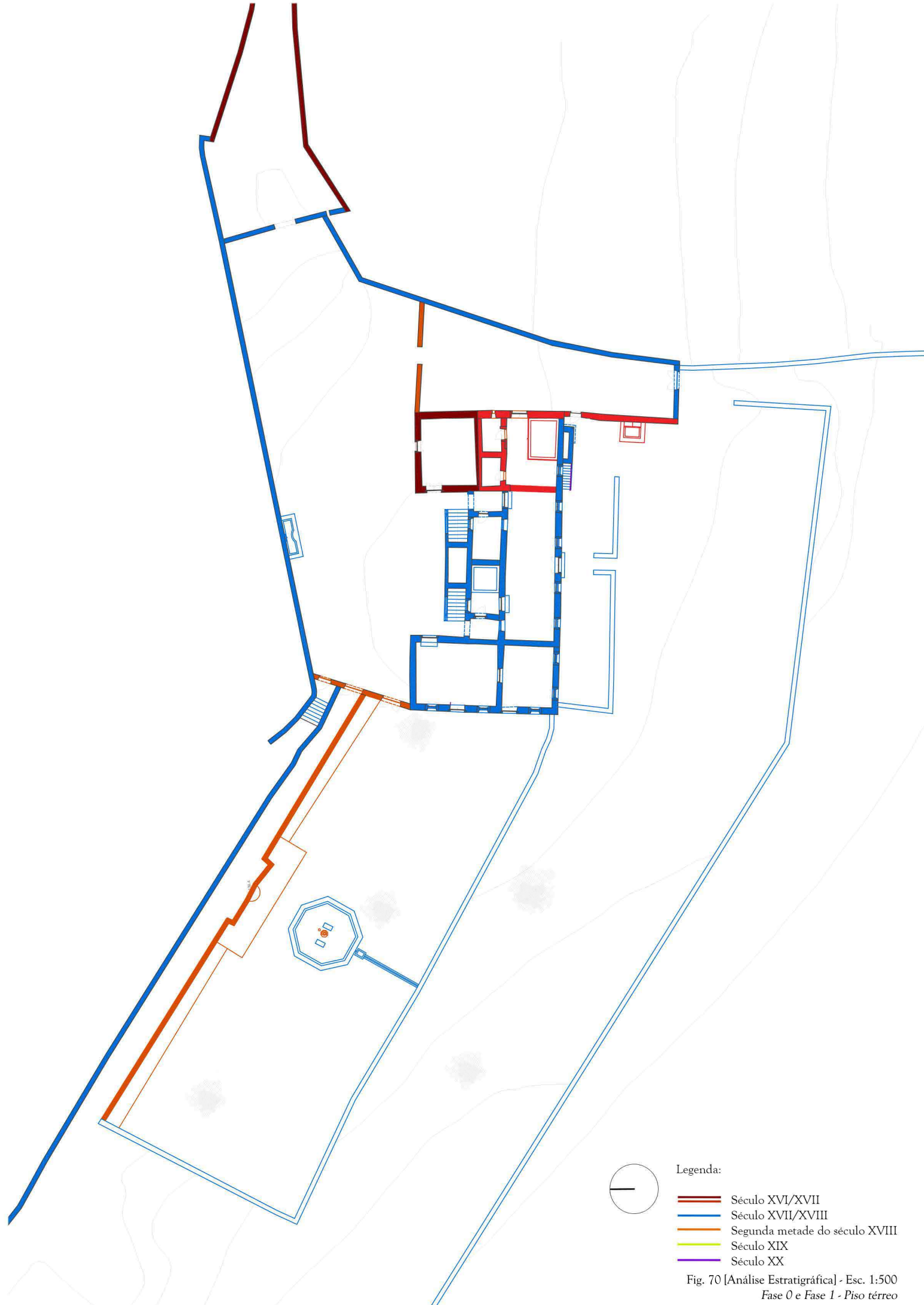
A parede sul deste compartimento apresenta também transformações posteriores na sua superfície ao chegar ao primeiro piso, aumentando a dimensão e a regularidade dos silhares de pedra. Porém, não há vestígios nos paramentos que indiquem ter havido um acesso vertical interior. Talvez fosse realizado através de uma escada de madeira desvinculada da parede, como vemos ensaiado na *Figura 69*. Neste ensaio aproveitou-se a posição dos vãos para inserir a escada: lançada na simetria com a janela norte e voltada para a janela com conversadeiras.

Nesta ordem de ideias, foram feitos esboços de duas suposições evolutivas: a primeira baseada nos dois compartimentos do armazenamento, que restaram de uma casa naquele local; a segunda baseada na hipótese do celeiro ser a casa primitiva, que depois cresce para sul. Optamos pela segunda hipótese como sendo a mais viável formalmente.

Podemos indagar, então, a partir deste ‘quadrado’ do celeiro, que a casa tenha evoluído diretamente para a *Fase 1*, integrando já o ‘U’, ou que tenha sofrido antes um ou dois impulsos construtivos correspondentes à configuração de planta retangular (alcançando a largura da casa) ou em ‘L’, antes da sua transformação sob os pressupostos da matriz tipológica em ‘U’.^[Fig.68]

Na primeira proposta evolutiva, admitiu-se a possibilidade de existir uma parede oeste, na continuidade daquilo que parece ser uma saliência nesta direção. Também não deixaria de ser estranho que um cunhal de cantaria como o exposto no vértice deste espaço lançasse uma construção tão curta. Em ambas as propostas foi integrado o muro que contém a fonte sul. A porta inscrita neste muro, parece anterior às escadas que a obstroem imediatamente à frente, num gesto pouco compreensível, como vemos na *Figura 69*.

Uma vez que a parede sul da casa está rebocada interior e exteriormente, não foi possível identificar marcas que corroborem as suposições sobre esta zona. Já a hipótese da configuração da casa em ‘L’ é uma hipótese sugerida pela planta atual. De qualquer modo, a casa primitiva terá sido durante muito tempo a mesma, sendo que as transformações até à conformação do ‘U’, se existiram, não terão tido o mesmo tipo de investimento construtivo e formal.



Legenda:

- Século XVI/XVII
- Século XVII/XVIII
- Segunda metade do século XVIII
- Século XIX
- Século XX

Fig. 70 [Análise Estratigráfica] - Esc. 1:500
 Fase 0 e Fase 1 - Piso térreo

Fase 1

Chamaremos *Fase 1* ao período de tempo correspondente à fixação de uma linguagem e matriz barrocas na Casa da Naia, assim como da sua envolvente exterior, entre o final do século XVII e meados do século XVIII.

No que toca à casa, é inegável o seu carácter de recreio, casa de férias, mas onde ressoam apontamentos de uma certa erudição, conseqüente à proximidade a Braga e motivada pela nobreza e vontade de afirmação da família proprietária, como reflete o emprego e exacerbação das armas no portal de entrada.

Podemos afirmar que a construção é de modo geral desta época, dando-nos a ideia de que o seu estímulo se integra no espaço temporal entre as datas das fontes norte e sul, 1689 e 1714, embora as próprias fachadas preservem transformações posteriores, nomeadamente a fachada este. Especula-se que algo semelhante possa ter acontecido ao alçado sul, pela porta central de dimensões muito superiores às das restantes entradas. Trata-se de uma especulação baseada nas medidas, mas esta porta funcional pode ter sofrido um alargamento tardio, algo que podemos associar às marcas de alargamentos diretamente lavrados na pedra que outra porta da adega sofreu, porventura para a passagem de elementos mais largos como cascos.^[Fig.71]

Quanto ao programa, se o piso térreo mantinha globalmente a sua função de armazenamento e adega, da mesma forma o piso superior teria um programa muito semelhante àquele que mostrava recentemente.

Aqui, podemos elaborar uma proposta para a divisão dos espaços internos, limpando divisórias recentes. Podemos assumir que a compartimentação seria marcada nesta fase, de forma geral, pelos tetos em masseira, partindo do pressuposto de que a masseira é já um elemento da campanha barroca desta altura e que serviu à unificação linguística dos espaços, como à dotação de escala dos seus pés-direitos. Destes tetos, apenas retiramos os quartos dos criados, que correspondem também à parte primitiva, e cuja estrutura, registada nas fotografias, demonstra não terem existido.^[Fig.72]

Como também já foi motivo de análise, os espaços interiores eram intercomunicantes e a função de distribuição cabia à varanda exterior. A existência de um oratório na zona central da residência é algo que atribuímos à família proprietária pela forte



Fig. 71 [Fotografia]
Porta norte da adega, 21.04.2016



Fig. 72 [Fotografia]
Quartos dos criados (adaptado de SIPA)

relação que os seus membros possuíam com a Igreja, patente também na simbologia aplicada nos ornamentos, de modo particularmente evidente logo no portal de entrada.⁹⁶

Talvez uma parede oeste da cozinha existisse espelhando o que acontecia do outro lado de casa, centralmente, com a mesma espessura, ou com uma espessura mais delgada, num material mais leve, caso a parede do piso inferior não existisse ou tenha sido demolida nesta altura.^[Fig.73] A zona da cozinha que contém atualmente instalação sanitária, chaminé e dispensa seria eventualmente local de lavagem em alguidares (saneamento?), pois era aqui que passava o abastecimento de água.

A proposta de divisão dos quartos foi realizada no sentido de se apoiar na informação fotográfica e levantamento. No quarto principal mantivemos a mesma divisória que os tetos em masseira induzem; no volume oposto sabemos, pelas entrevistas, que no século XX era dividido em três quartos, mas estas paredes já não aparecem nas fotografias.^[Fig.72] Não existiria corredor aqui, pelo que, nesta fase, o compartimento seria único ou dividido transversalmente em dois, com a porta de acesso central, ou lateral dirigida à janela com conversadeiras.^[Fig.73]

No que diz respeito ao jardim é bastante nítida a intenção de aparato. Um jardim para ser contemplado a partir dos espaços internos do *palácio*, nomeadamente daqueles orientados a poente. É plausível pensarmos que quando foi lançado o jardim já o corpo oeste teria lançado as suas varandas para a paisagem, aproveitando a axialidade e a simetria desta fachada para desenhar os percursos ajardinados até às fontes e esculturas, como já tivemos oportunidade de analisar. A arte dos jardins assume grande relevo no norte do país nesta época de setecentos – período de grande estabilidade financeira com as riquezas vindas do Brasil. As quintas de recreio ganham notabilidade e devem ter motivado este tipo de jardim, como já vimos no Palácio dos Biscainhos. Esta estabilidade foi responsável pela larga quantidade de obras levadas a cabo nesta fase.

Sobre as esculturas no tanque e no monumento central, Carlos de Azevedo descreve: *“No Norte, longe de se deixarem isoladas, muitas destas esculturas surgem de tal maneira integradas no jardim que chegam a ser parcialmente absorvidas pela vegetação, sintoma desta necessidade de harmonizar a arte e a natureza. E sempre esta localização é escolhida com o espírito atento ao efeito teatral, e até de surpresa, uma e outra coisa muito procuradas na época barroca. (...) o jardim barroco emprega a água em efeitos mais complexos, embora não ponha de parte o tanque tradicional.”*⁹⁷

⁹⁶ Ver capítulo *Proprietários*.

⁹⁷ Azevedo 1969: 76.



Legenda:

- Século XVI/XVII
- Século XVII/XVIII
- Segunda metade do século XVIII
- Século XIX
- Século XX

Fig. 73 [Análise Estratigráfica] - Esc. 1:500
Fase 0 e Fase 1 - Piso 1

Fase 2 e Fase 3

No século XIX assistimos a uma campanha de obras de reforma dos espaços interiores da Casa da Naia. A breve monografia realizada pela D.G.P.C. (1999)⁹⁸, quando os espaços da residência conservavam ainda a sua integridade, afirma que nesta altura de oitocentos foram feitas “*reformas importantes no interior da casa, nomeadamente na cozinha e casa de banho*”. Contudo, a cozinha é descrita praticamente como se apresenta atualmente: “*já sem divisões, forrada a azulejos azuis e brancos, com armários embebidos na caixa murária.*”

As divisões internas parecem tratar-se das que delimitavam os espaços da cozinha e das instalações sanitárias. A partir deste mote podemos procurar entender o conteúdo concreto destas obras, discriminando os elementos que assumem uma linguagem tardia nestes espaços: chaminés, revestimentos das paredes e pavimento, armários em pedra embutidos.

No que toca aos revestimentos das paredes, como já tivemos oportunidade de ver no capítulo que faz a *Síntese do Levantamento*, tratam-se de azulejos da segunda metade do século XIX, pela inscrição no verso. Da mesma forma, os simples azulejos brancos da casa de banho a norte da cozinha, apesar de se encontrarem numa zona inacessível, devem ser da mesma época dos anteriores, quando este uso começa a ser introduzido no país. Infelizmente não temos notícia do mobiliário aqui presente, mas é legítimo pensarmos que se pudessem ter usado outras peças cerâmicas na decoração e nos serviços.

Os pavimentos são em soalho, mas em certas partes apresentam revestimento cerâmico, de cor rosada, com a sigla “G&C”, eventualmente referente a uma fábrica.

As transformações na parede exterior relativa aos “*armários embebidos na caixa murária*” podem-se denotar pelas fotografias de 1991, apresentando silhares regulares e de cor clara. Podemos, com grande nível de certeza, atribuir estas transformações a esta fase da construção.

O corte construtivo da *Figura 75*, explica-nos aquilo que se pode encontrar hoje na zona melhor conservada da casa, que ainda preserva bem os materiais utilizados.

⁹⁸ Dinis & Pereira 1999.

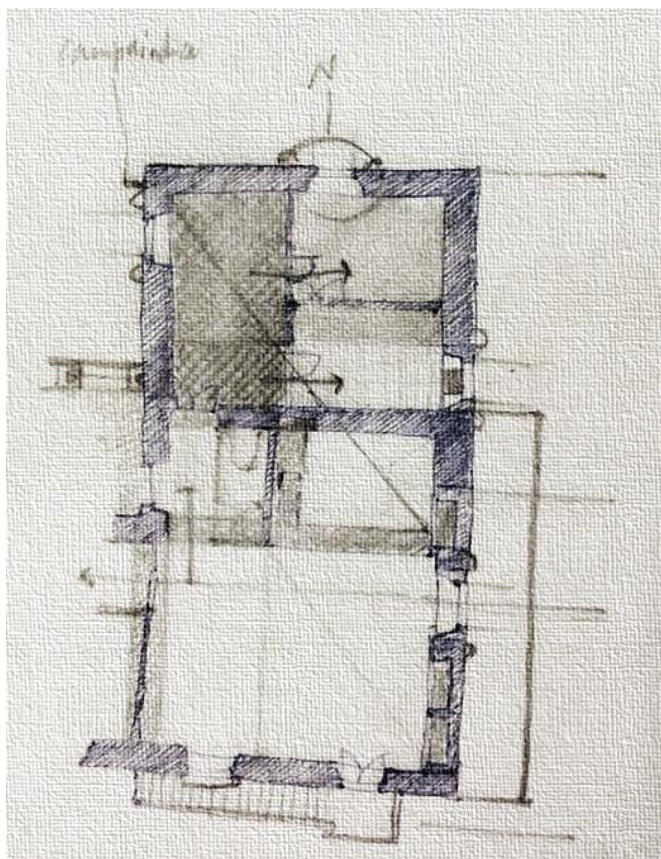


Fig. 74 [Esboço] - sem escala
 Estudo das transformações levadas a cabo no século XIX - corpo Este

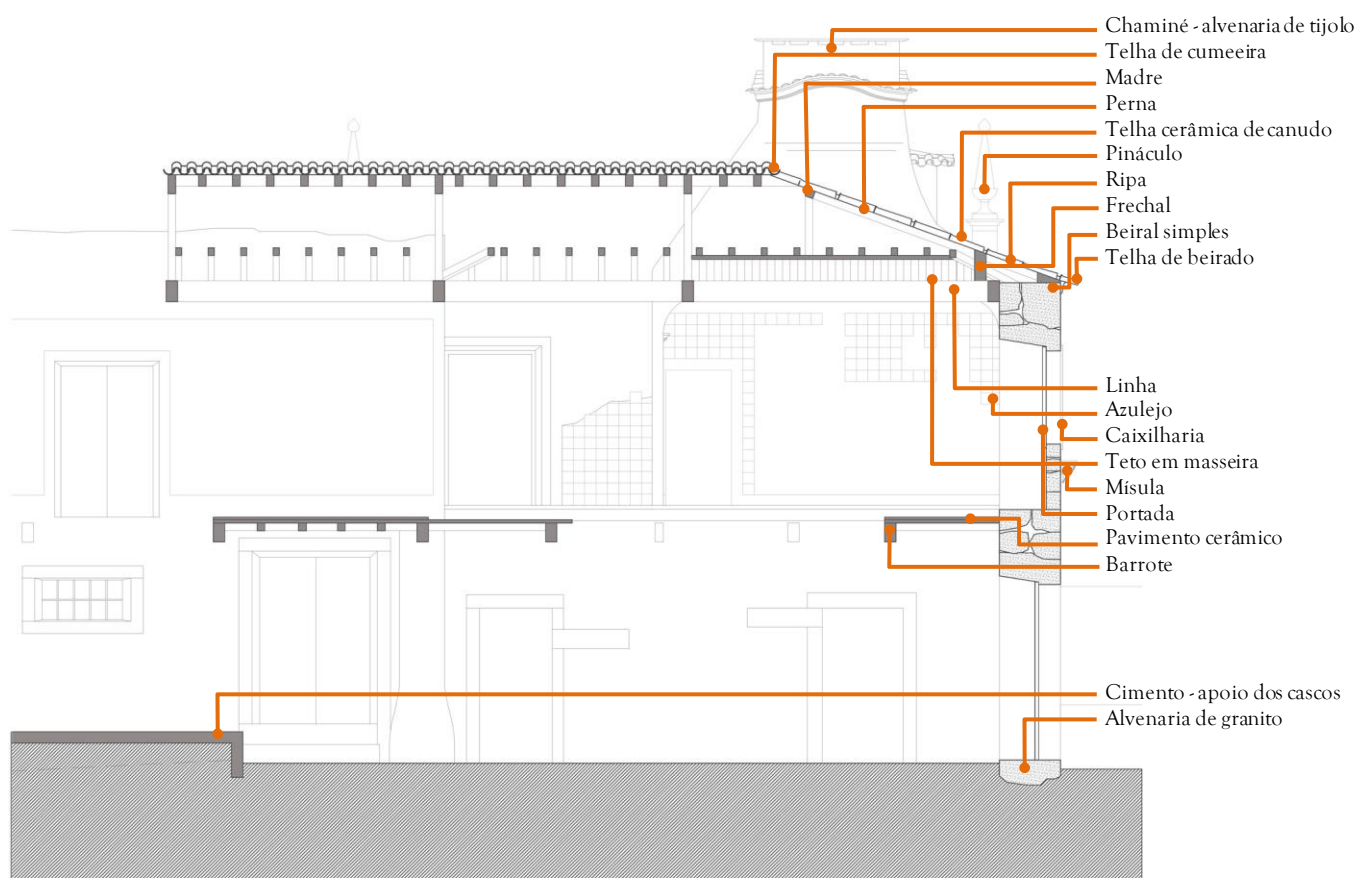


Fig. 75 [Pormenor construtivo] - 1:100
 Corte transversal pela zona melhor conservada e identificação de materiais - corpo Este

Quanto ao edifício a Este da Casa da Naia, que se abre num muro, também pode ser atribuído a esta centúria, tendo tido aqui somente o piso térreo, com o programa de adega, para onde se trasladou um dos lagares existentes na Casa da Naia.

Como já foi analisado, o corredor também se insere nesta fase, presente no corpo central, onde foi adicionada uma casa de banho (esta de maiores dimensões) e um quarto de hóspedes.

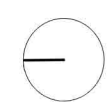
Verifica-se, diante das marcas verticais dispostas nas paredes exteriores, a posição destes compartimentos, exceto no corpo nordeste, em que não existe reboco no interior que permita deixar adivinhar estas marcas. Neste último, optou-se por considerar a estrutura dos barrotes de madeira, para propor um modelo para os compartimentos, auxiliado pelos relatos da vizinhança que nos confirmam a existência de três quartos para criados neste corpo. Neste corpo também existia uma campainha, que deve ter sido adicionada na transição para o século XX.^[Fig.74]

A *Fase 3* retrata este último século, século responsável por grandes inovações a vários níveis. Sabe-se pelos relatos da vizinhança que a Casa da Naia possuía inovações inéditas, mesmo em relação à cidade.⁹⁹

Temos naturalmente mais dados sobre as obras deste último período de funcionamento da quinta: casa do caseiro (1º piso - proposta de divisão na *Figura 76*); delimitação de toda a propriedade por muros; alambique no terreiro norte para produção de água ardente; vários anexos agrícolas; garagem; alargamento do vão do portal principal para introdução do automóvel; e várias obras de reabilitação do corpo oeste - terraço alpendrado na fachada sul, nos anos 40¹⁰⁰; parede, revestimentos e lareira decorativa no espaço do piso térreo da ponta norte; abertura de portal na adega - e a transformação do jardim numa horta.

⁹⁹ Diz-se que foi das primeiras casas da cidade com direito a telefone fixo, que se situava ao fundo do corredor da entrada, como recorda o antigo caseiro, António Justino.

¹⁰⁰ Segundo António Justino o mestre arquiteto responsável pela obra chamava-se *António Lopes*. Todavia, não foi encontrada qualquer tipo de informação sobre este, nem tão pouco obtida qualquer tipo de resposta no sentido da existência de um levantamento ou planta correspondente a esta obra na CMB.



- Legenda:
- Século XVI/XVII
 - Século XVII/XVIII
 - Segunda metade do século XVIII
 - Século XIX
 - Século XX

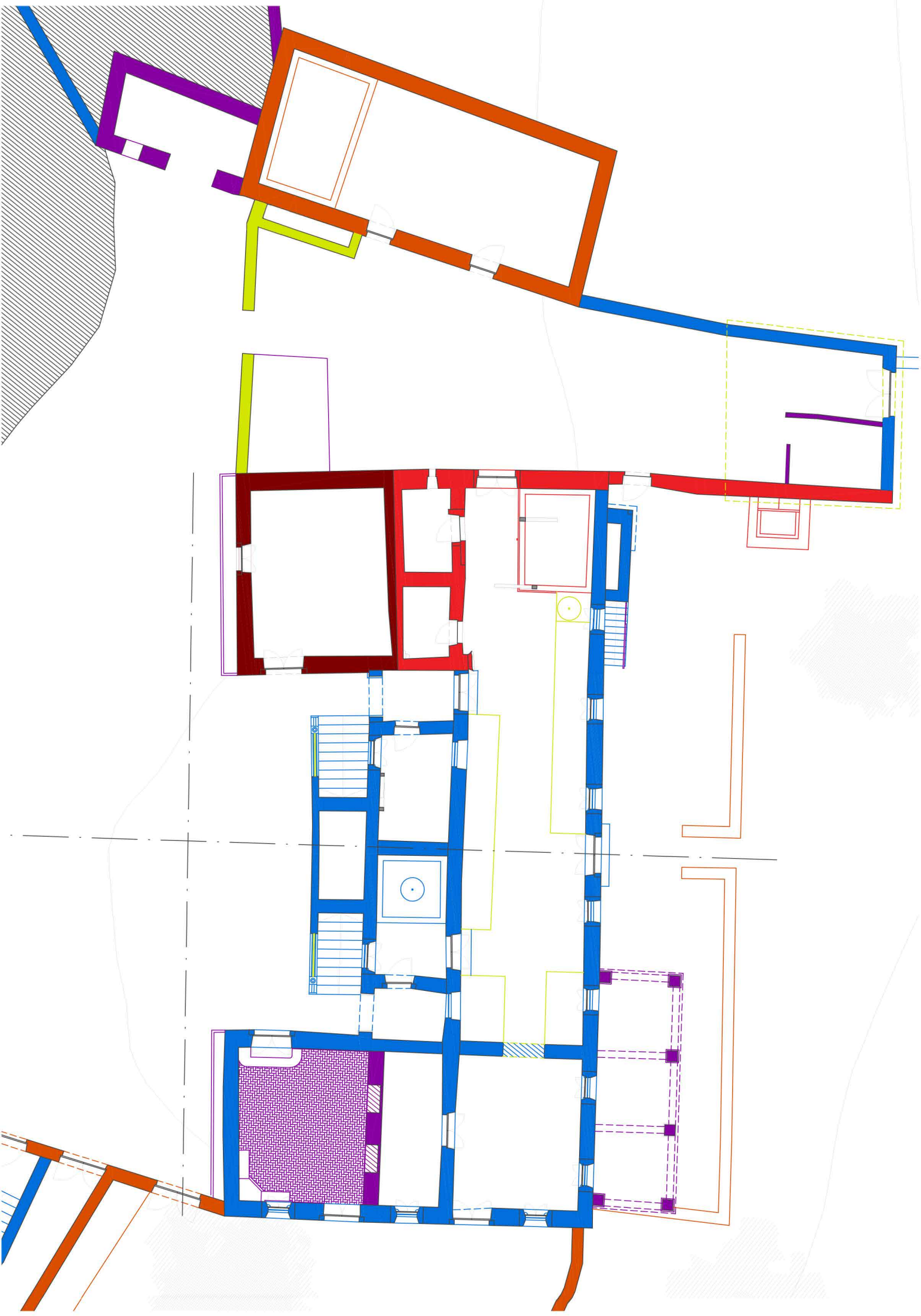


Fig. 76 [Análise Estratigráfica] - Esc. 1:200
Fase 2 e Fase 3 - Piso 0 e 1

Conclusões

Nesta última parte iremos fazer uma síntese dos principais pontos da análise ao longo da investigação e tecer algumas considerações finais.

Sabemos que a Casa da Naia e seu jardim, estão classificados na categoria de Imóvel de Interesse Público (I.I.P.), categoria que significa que a *“respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado.”*¹⁰¹

Entende-se por classificação *“o acto final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural”. Sendo um imóvel particular “só são passíveis de classificação como de interesse público os que sejam de elevado apreço e cuja exportação definitiva do território nacional possa constituir dano grave para o património cultural.”*¹⁰²

Segundo a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), um imóvel são *“obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”*.¹⁰³

Pretende-se dar a esta distinção a atual análise histórica e artística, de modo a entender a sua legitimidade após aproximadamente 40 anos da sua classificação.

Como a análise da presente investigação pretende demonstrar, o valor da Casa da Naia não se prende apenas na casa isoladamente, mas na sua implantação a nível geral, da sua envolvente próxima e distante, num raio de 300 metros, e essencialmente na relação sequencial e organização dos seus espaços exteriores e interiores.

Também vimos que a antiga paisagem agrícola da quinta também ocupa uma posição privilegiada no território que marca o vértice de três freguesias, e que constitui a base na qual se implanta a casa senhorial.

Nesta ordem de ideias, e tendo em conta que os conjuntos de interesse público (C.I.P.) são considerados *“grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da*

¹⁰¹ Decreto-Lei n.º 107/2001, Diário da República, I Série-A, Título IV, artigo 15, n.º 5, 8.09.2001.

¹⁰² Idem, artigo 18, n.º 1.

¹⁰³ Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, artigo 1º, 1972.



Figura 77 [Planta] - Esc. 1:1000

Esquema de enquadramento do sistema de elementos merecedores de proteção além dos limites diretos da construção (adaptado de Google Earth)

história, da arte ou da ciência”¹⁰⁴ é legítimo questionar se uma classificação que valorize o conjunto não seria mais adequada, considerando uma proteção do sistema de elementos desde o portal abrasonado, terreiro norte, passando pela casa, até ao jardim oeste.^[Fig.99] Apesar desta proteção não ter sido considerada pela ZEP inicial, a revisão do processo de classificação de 2013 parece já extrapolar os limites supracitados para uma zona mais alargada, que inclui o pomar e o terreno de cultivo a norte.^[Anexo 9]

A sequência e organização espacial é o tema que mais valoriza a casa enquanto objeto ainda ‘vivo’, inserido num palimpsesto territorial¹⁰⁵ com uma implantação muito peculiar, adaptada às circunstâncias topográficas e às exigências de um programa barroco.

Ao mesmo tempo, este artefacto pode contribuir ainda com o seu palimpsesto simbólico para uma reflexão dentro daquilo que é a própria identidade da cidade de Braga, cidade do Barroco e cidade dos Arcebispos, representando um modo de pensar e de viver à atual comunidade e às gerações futuras.

Entre os elementos que atualmente conferem valor patrimonial ao objeto de estudo e ajudam a legitimar a sua classificação, podemos destacar:

- Natureza da implantação, aproximação, sequência e organização dos espaços, a matriz tipológica e o sentido unitário do conjunto de construções que a casa apresenta na sua envolvente;

- Portal abrasonado;

- Terreiro norte com fonte e portão abrasonado, que serve de pátio de honra para a casa e oferece uma sequência de aproximação e implantação tipicamente barrocas, no ordenamento de elementos ao longo de percursos;

- Espaço correspondente ao antigo jardim de aparato, cujas fontes centrais e matrizes geométricas reiteram o léxico barroco adaptado ao contexto particular da casa;

- Casa da Naia e seus espaços internos, que refletem uma organização programática associada a relações axiais visuais e físicas com o exterior através das aberturas;

- Postura cenográfica da casa em relação a quem entrava na cidade pela antiga via medieval (imperceptível pela vegetação), com fachada de representação, símbolo do poder de outrora.

¹⁰⁴Op. cit, loc. cit.

¹⁰⁵ Corboz 2004.

É pertinente refletir na forma como pode ser levada a cabo a recuperação do imóvel e a dignificação da sua envolvente. Deve-se salvaguardar a autenticidade do construído e o seu “*aspeto original*”, bem como o uso posterior, que deve ser “*compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial*”, como declara a Carta de Cracóvia¹⁰⁶, partindo dos princípios de análise que a presente investigação pretende informar.

Considera-se também importante a promoção cultural deste objeto, cujo uso futuro pode, inclusive, passar por servir a freguesia.

As análises e estudos elaborados na presente investigação contribuem para o Estado do Conhecimento da Casa da Quinta da Naia. A cronologia e evolução histórico-construtiva propostas são resultantes dos métodos e ferramentas utilizadas na investigação, as quais ajudam a compreender o objeto no atual entendimento do território como processo material de sedimentação.

Através do levantamento documental e físico, analisaram-se as questões suscitadas pela peculiaridade da sua implantação, também em paralelo com outros casos do mesmo contexto de forma a legitimar os registos gráficos. Em seguida, estudou-se a sua aproximação e a forma como esta foi transformando os espaços, enquadrando-a no contexto histórico-artístico evidenciado. A partir daqui foi proposto um faseamento, justificado pelo campo cronológico de 4 séculos, que faz uma síntese interpretativa desta análise, dando origem a um olhar especulativo do que podem ter sido as motivações que deram origem aos espaços que hoje se podem encontrar.

O período definido ao desenvolvimento de uma dissertação de mestrado, bem como as ferramentas meramente académicas utilizadas no levantamento do construído, determinaram a natureza exploratória desta investigação, que não ambiciona tão-somente o enaltecimento do objeto enquanto património artístico, mas de contribuir para o conhecimento sobre o objeto, informando futuros estudos e intervenções com leituras atentas e pertinentes da área da Arquitetura.

Da mesma forma, concluímos que o envolvimento das áreas da História da Arte e da

¹⁰⁶ Carta de Cracóvia 2000, artigo 6.

Arqueologia e a sua articulação ajudaria a sanar muitas dúvidas que surgiram ao longo da investigação e que impediram que esta ganhasse mais fôlego.

As inconsistências bibliográficas do objeto bem como as condições desfavoráveis do levantamento constituíram oportunidades para a resposta dada que, para além de mais uma monografia sobre um artefacto esquecido, prova ser possível a análise destes objetos, ainda que especulativa, e a reclamação do seu valor patrimonial.



Figura 78 [Fotografia]
Apropriação do património pela natureza, 24.04.2016

Bibliografia

Fontes Primárias (por data):

ADB, Índice do Cabido (1179). *Carta de compra de uma Herdade em Ferreiros e em Gunteriz desde a quinta da Naja abaixo do Monte de S. Cláudio que compraram Pedro Pelágio, e João Pelágio a Sueiro Suarez, e a Pedro Suarez, e a Urraca Soares, e a Maria Soares.* Gaveta 6: Propriedades Particulares, nº 171.

ADB, Índice do Cabido (1219). *Carta de compra da quinta da Naja em Ferreiros abaixo do Monte de S. Cláudio, que comprou Gonçalo Petri, e sua mulher Maior Petri a Pedro Petri, e a André Petri filhos de Maria Petri.* Gaveta 6: Propriedades Particulares, nº 291.

ADB, Coleção Cronológica (1335). *Carta de venda que fez Vasco Gonçalves e outros ao arcebispo D. Gonçalves Pereira, da quinta da Naja.* Cota 681: Pasta 17.

ADB, Índice do Cabido (1375). *Instrumento de admoestação, que por parte do Arcebispo de Braga D. Lourenço, e do Cabido se fez ao Deão Estevão Peres sobre a má administração da Capela do Arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira com cominação de ser privado dele não se emendando (...).* Gaveta 2: Das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 16.

ADB, Coleção Cronológica (1397). *Prazo que Vasco Domingues, administrador da capela de D. Gonçalo Pereira, faz da quinta da Naja de Cima, foreiro a dita Capela, por três anos, a Afonso de Ferreiros, com a obrigação deste morar no dito casal e o reparar.* Cota 928: Pasta 25.

ADB, Coleção Cronológica (1425). *Prazo que fez o arcebispo de Braga D. Fernando a Gonçalo Domingues, mercador de Braga e a sua mulher Beatriz Jorge e a uma pessoa após eles, da quinta da Naja, termo de Braga.* Cota 1053: Pasta 29.

ADB, Registo Geral (1649) *Titulo do Prazo em 3 vidas da quinta da Naja, em favor de D. Hierónima, filha de João Pereira de Abreu, moradora na quinta do Carqueijal, e de mais duas vidas após ela.* Id.6421: Livro 23, fls. 17v-20v.

ADB, Registo Geral (1704). *Prazo da quinta da Naja, foreiro a Capela do Arcebispo Dom Gonçalo Pereira, a favor de João Mendes de Araújo.* Id.2157: Livro 19, fls. 90v-95v.

ADB, Inquirição de genere (27-01-1730). *Custodio Soares.* Processo 31155: Pasta 1378.

ADB, Inquirição de genere (14-08-1730). *Félix José Soares Silva.* Processo 29402: Pasta 006.

ADB, *Livro de Óbitos.* Maximinos: nº3, fl. 47v.

ADB, Registo Geral (1774). *Registo de provisão a favor do Capitão Lourenço Francisco da Costa, morador na Rua de Souto desta cidade, para aforar um pedaço de terra sito junto a sua quinta da Naja no Monte da Amarella.* Id.34546: Livro 139, fls. 203-203v.

AHM, Requerimento 9 (1822). *Requerimento assinado pelo tenente Caetano José da Silva, dirigido a Joaquim Cardoso, referente à ocupação da Confraria de São Gregório do Monte, para guardar pólvora durante as invasões francesas*. Divisões: Assuntos Militares Gerais 3, Propriedades e Instalações Militares em Geral: Obras em Geral 20, Caixa 10 [Online]. Lisboa, <<https://arqhist.exercito.pt/details?id=120788&ht=S%C3%A3o%20greg%C3%B3rio%20do%20Monte>> (24 de maio de 2016).

Oliveira, Eduardo Pires de (s.d.). *Maximinos: Monografia/Junta de Freguesia de Maximinos* [Online]. Braga: Junta de Freguesia de Maximinos, <http://media.wix.com/ugd/9e86b2_243f42690b5343929e288622cfc626dd.pdf> (3 de janeiro de 2016)

Carvalho, Rosário (s.d.). *Casa da Naia* [Online]. Porto: DGPC, <<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73978/>> (3 de janeiro de 2016).

Dinis, António & Pereira, Ana (1999). *Quinta e Casa da Naia* [Online]. Porto: DGPC, <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=342> (3 de janeiro de 2016).

Bibliografia Geral

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1968). *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho* (vol. 1). Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Azevedo, Carlos de (1969). *Solares portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa, Livros Horizonte.

Binney, Marcus & Sapiéha, Nicolas (1987). *Casas Nobres de Portugal*. (4ª edição). Lisboa: Difel.

Belino, Albano (1895). S. Gregório do Monte. In *Inscrições e letreiros*. Porto: Typographia Occidental.

Capela, José Viriato (2003). *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga: Barbosa & Xavier Lda.

Carta de Cracóvia (2000). *Princípios para a conservação e restauro do património construído*.

Carta de Veneza (1964). *Conservação dos Monumentos e dos sítios*.

Carvalho, Manuel P. Rio (1987). Introdução. In Binney, Marcus; Sapiéha, Nicolas. *Casas Nobres de Portugal* (4ª edição). Lisboa: Difel.

Corboz, André (2001). *Le Territoire comme palimpseste et autres essais*. Paris: L'Imprimeur.

Correia, António Mendes, et al. (1970). *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia.

Costa, P. A. C. da (1706). *Corografia Portuguesa, e descripçam topográfica* (tomo I). Lisboa: Valentim da Costa Deslandes.

FONTES, Luís (2010). *Mosteiro de Santo André de Rendufe, Análise de Paramentos e Evolução Arquitectónica do Edificado: Estudo prévio*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Freitas, Bernardino José de Sena (1890). *Memórias de Braga*. Braga: Imprensa Catholica.

IPPAR (1993). Casa da Naia. In *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado: Distrito de Braga* (p.23). Lisboa.

Meco, José (2007). *O recheio desaparecido do Palácio Marquês de Pombal, em Oeiras*. Oeiras: Escola Superior de Artes Decorativas e Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.

Nóbrega, Artur Vaz-Osório da (1970). *Pedras de Armas e Armas Tumulares do distrito de Braga: Cidade de Braga* (vol. I, tomo II, pp. 755-759). Braga: Junta Distrital de Braga.

Oliveira, Eduardo Pires de (2014). A Capela de N.ª S.ª do Pilar e a tipologia da casa nobre com planta em U. *Revista Mínia*, nº 13, III.ª série, Braga: Aspa, pp.153-176.

Oliveira, Eduardo Pires de; MOURA, Eduardo Souto; MESQUITA, João (1982). *Braga – Evolução da estrutura urbana*, Braga: Câmara Municipal de Braga.

Peixoto, José C. G. (1998). *O Colégio de S. Caetano, instituição bracarense: 1791-1998*. Braga.

Pereira, José Fernandes (1992). *Arquitetura Barroca em Portugal*, Biblioteca Breve (vol. 103, 2ª edição). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Ribeiro, Mario do Carmo (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.

Ribeiro, Maria do Carmo & Melo, Arnaldo Sousa (2013). *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

Smith, Robert (1970). *Marceliano de Araújo: escultor Bracarense*, Porto: Nelita Editora.

Sousa, Rigaud de (1974). *Processo de Classificação da Casa da Naia*, IPPAR/DRP. CLS-144, Porto: DRCN.

Stoop, Anne de (1993). Casa do Portelo. In *Palácios e casas senhoriais do Minho*. Porto: Editora Civilização.